



# ANAIS DA ASSEMBLEIA

Nº 182

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 30 DE NOVEMBRO DE 1999

ANO XXV

## Mesa Diretora

**NELSON JUSTUS**

Presidente - PTB

**CAÍTO QUINTANA**

1º Vice-Presidente - PMDB

**JOSÉ MARIA FERREIRA**

2º Vice-Presidente - PSDB

**NELSON GARCIA**

3º Vice-Presidente - PFL

**HERMAS BRANDÃO**

1º Secretário - PTB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Secretário - PPB

**RENATO GAUCHO**

3º Secretário - PSDB

**ÂNGELO VANHONI**

4º Secretário - PT

**LUIZ CARLOS ZUK**

5º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

Líder do Governo .....	Valdir Rossoni
PFL.....	Plauto Miró Guimarães
PTB.....	Ademar Traiano
PMDB.....	Orlando Pessuti
PPB.....	Tony Garcia
PT.....	Péricles de Holleben Mello
PDT.....	Edgar Bueno
PSDB.....	José Maria Ferreira
PL.....	Pastor Edson Praczyk
PSB.....	Ricardo Maia
PSC.....	
PSL.....	Edno Guimarães
PST.....	Divanir Braz Palma

## Representação Partidária

PTB - 11: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Serafina Carrilho; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo (licenciado) - Luciana Rafagnin - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; BLOCO PARLAMENTAR - PSL/PL/ PSC - 05: Edno Guimarães - Pastor Edson Praczyk - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Miltinho Puppio.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 114ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
30 DE NOVEMBRO DE 1999**

*(terça-feira)*

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Augustinho Zucchi e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas de Oliveira, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 2639-A**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 15/96 (Ministério Público).

Sala das Sessões, em 30.11.99.

(a) HERMAS BRANDÃO

**REQUERIMENTO N 2616**

Senhor Presidente.

Em razão das emendas apresentadas pelos Senhores Deputados terem sido incorporadas ao substitutivo apresentado, e não havendo novas emendas para serem apreciadas, o Deputado que o presente subscreve, após ouvido o Plenário, REQUER, que a segunda votação seja realizada com interstício de 24 (vinte e quatro) horas.

Sala das Sessões, em 30.11.99.

(a) CAÍTO QUINTANA.

**REQUERIMENTO Nº 2637**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a diminuição do interstício para a votação do Projeto de Lei nº 498/99 a ser apreciado na Sessão Ordinária do dia 1º de dezembro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 30.11.99.

(a) VALDIR ROSSONI

**REQUERIMENTO Nº 2617**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à família Lopes do Município de Laranjal, com votos de profundo pesar pelo falecimento do Senhor João Maria Lopes.

Requer ainda, que seja dado ciência para o Sr. Edgar Lopes, à rua Sergipe s/nº - Laranjal-PR.

Sala das Sessões, em 30.11.99.

(a) NEREU MOURA

**JUSTIFICATIVA:**

Tronco de uma grande família, o senhor João Maria Lopes, do Município de Laranjal, deixa esposa, filhos e netos. A eles deixa também como legado uma vida toda de correção, honestidade e integridade.

Homem humilde iniciou a sua vida no Município de Chopinzinho e posteriormente transferiu domicílio para Laranjal.

Com certeza, jamais e em tempo algum fez sequer uma inimizade sobretudo em função, da sua maneira calma, tranqüila e serena de ser.

O Município de Laranjal, encontra-se em estado de profunda consternação. As pessoas que conviveram com ele são testemunhas da sua retidão, caráter firme, benevolência e amizade. Abriu-se uma grande lacuna e um sentimento de tristeza e saudade se abateram sobre a comunidade.

A Assembléia Legislativa do Paraná na pessoa deste parlamentar, cumpre o doloroso dever de endereçar a família enlutada, votos de pêsames e condolências,

rogando a Deus que a todos ampare e conforte nesta hora de dor e sofrimento.

#### REQUERIMENTO Nº 2626

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Associação Brasileira de Odontologia - Seção Paraná (rua D. Rocha Filho, 625), pela comemoração de seus 80 anos.

Sala das Sessões, em 30.11.99.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação Brasileira de Odontologia, está comemorando 80 anos.

Fundada em 1919, a Associação Odontológica do Paraná, manteve este nome até o final de 1939, quando a entidade tornou-se Associação de Cirurgiões-Dentistas do Paraná, resultado da fusão com o Sindicato Odontológico do Paraná. Em 1996 houve a mudança definitiva para a Associação Brasileira de Odontológica - Seção Paraná. ABO-PR.

Os 80 anos da ABO-PR foram completados dia 09 deste mês e estão sendo comemorados ao longo deste ano com diversas atividades científicas, esportivas e sociais, entre elas o V Congresso Internacional de Odontologia, realizado em agosto último, com uma participação recorde de cirurgiões-dentistas e acadêmicos: uma série de conferências e palestras científicas realizadas no auditório da entidade.

Hoje a ABO-PR, transformou-se numa entidade de Utilidade Pública Federal, graças aos relevantes serviços sociais prestados à comunidade.

Além da sede em Curitiba, todas as 30 regionais espalhadas pelo Paraná, são equipadas com escolas de aperfeiçoamento profissional- EAPs. Garantindo cursos de especialização e aperfeiçoamento que formam diversos cirurgiões-dentistas anualmente, oportunizando que milhares de pessoas vindas da população carente tenham atendimento gratuito em todas especialidades da odontologia.

A escola de aperfeiçoamento profissional da ABO-PR trabalha dentro de um rigoroso controle de infecções, separação do lixo, garantindo a saúde dos professores, alunos, funcionários e da comunidade que tem tratamento dentário gratuito. Tudo isso transformou a EAP da ABO-PR em referência às ABOs de outros Estados.

As parcerias com o Governo Estadual no projeto "Protegendo a Vida" e com a Prefeitura de Curitiba, no "Cárie Zero" e o apoio a outros projetos relevantes no âmbito social como o "Adotei um Sorriso" da Fundação ABRINQ para crianças e adolescentes demonstram outras preocupações da ABO-PR com a necessidade de diminuir as disparidades sociais do País, na questão da saúde bucal.

Pela comemoração de seus 80 anos, receba a ABO-PR, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 2630

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, que seja consignado em ata da sessão de hoje, votos de congratulações ao Excelentíssimo Senhor Teruo Kato, Prefeito Municipal de Paranavaí, pelo Prêmio Prefeito Criança 1999, da ABRINQ.

Sala das Sessões, em 30.11.99.

(a) RICARDO CHAB.

#### JUSTIFICATIVA:

O Prêmio Prefeito Criança foi criado para incentivar os municípios em todo o território nacional que estejam desenvolvendo ações exemplares nessa área. Partindo do princípio que a criança deve ser a prioridade absoluta das administrações públicas.

Paranavaí apresentou 14 de seus projetos e conquistou a comissão julgadora, provou que é possível, através de ações concretas e com o apoio da sua população, melhorar efetivamente a situação de crianças e jovens, oferecendo condições dignas para que o futuro seja realmente melhor.

Contando com o apoio dos nobres pares seja expedida correspondência ao Senhor Teruo Kato - D.D. Prefeito Municipal de Paranavaí - Rua Getúlio Vargas nº 900 - CEP 87.702.000 - Paranavaí-PR.

#### REQUERIMENTO Nº 2632

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos Trabalhos Legislativo de voto de congratulações à Comunidade Árabe Palestina pela comemoração no dia 29 de novembro do Dia Internacional de Solidariedade do Povo Palestino.

Requer ainda que a decisão do Douto Plenário seja comunicada a Embaixada da Palestina em Brasília e a Federação das Entidades Árabes Brasileiras do Paraná, na Rua Marechal Deodoro, 252, 11º andar, conjunto 1113, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 30.11.99.

(a) BETO RICHÁ

#### JUSTIFICATIVA:

o dia 29 de novembro é reconhecido como Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino. Foi neste dia que em 1947 as Nações Unidas aprovaram a resolução Divisiva que determinou o estabelecimento de um Estado Árabe e um Estado Judeu na Palestina, com um status internacional para a Sagrada Cidade de Jerusalém. Também simboliza as promessas feitas aos palestinos que ainda não foram cumpridas.

Neste dia, nas capitais de diversos países do mundo e na sede das Nações Unidas, o dia da Solidariedade é guardado pelos Governos, instituições e grupos privados, quando várias atividades são organizadas com o intuito de promover um profundo entendimento sobre a questão palestina e a empatia pela situação delicada do povo palestino.

Aqui em nosso Estado, através da Federação das entidades Árabes do Paraná, presidida pelo Dr. Kamal Kuri (licenciado) na pessoa da eminente advogada Dra. Álida Haddad, presidente em exercício, e a pedido do embaixador da Palestina do Brasil organizou atividades para a comemoração do Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino que merecem o presente Voto de Congratulações do Poder Legislativo Paranaense.

#### REQUERIMENTO Nº 2622

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores da Avenida Beira Mar, que solicitam a troca das lâmpadas queimadas dos postes existentes em frente ao Bailão, sito nessa avenida. Afirmam os moradores que todas as outras lâmpadas que estavam queimadas foram trocadas por essa Municipalidade, faltando somente as do local citado acima, o qual é muito escuro à noite. Com o atendimento do presente toda a comunidade será beneficiada.

Sala das Sessões, em 30.11.99.

(a) LUZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 2623

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua o Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo na Avenida Iguaçu, trecho compreendido entre a Avenida Marechal Floriano até o Bairro Rebouças. Ocorre que os "pivetes" que ficam pedindo dinheiro para os motoristas vêm assaltando os pedestres, e causando muito medo e apreensão para a população. A presença de policiais se faz necessária e urgente visando proporcionar segurança no local.

Sala das Sessões, em 30.11.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 2633

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, respeitosamente REQUER:

01 - Sejam prestadas pela Secretaria de Educação Alcione Saliba, informações sobre os horários de funcio-

namento, assim como atividades que realiza o Centro Tecnológico do Paraná.

Sala das Sessões, em 30.11.99.

(a) NEIVO BERALDIN

#### REQUERIMENTO Nº 2634

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, respeitosamente REQUER:

1 - Sejam prestadas pela Secretaria de Educação Alcione Saliba, informações sobre a Reabertura dos Cursos Profissionalizantes em estabelecimentos públicos de ensino no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 30.11.99.

(a) NEIVO BERALDIN

#### REQUERIMENTO Nº 2631

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, conste na Ata dos Trabalhos de hoje a matéria do Jornal da Manhã, intitulada "Milícias Combaterão Invasões de Terra", em anexo.

Tal matéria refere-se aos proprietários rurais do Paraná, que estão montando milícias paramilitares para se defender das invasões promovidas pelo Movimento Sem-Terra. A Sociedade Rural dos Campos Gerais chegou a uma posição tida como "dura" com relação às invasões e roubos. Embora nos Campos Gerais a situação esteja aparentemente calma, os proprietários rurais da área não podem relaxar. Segundo a Sociedade Rural, está começando a "época" do roubo de defensivos agrícolas. Em duas fazendas já foram registrados roubos e em outra, os ladrões só não conseguiram seu intento porque foram recebidos à bala.

Para que não haja futuros confrontos entre o MST e proprietários rurais, o Governo do Estado do Paraná tem que tomar uma atitude urgente em relação às invasões, assim como cumprir a lei.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência do Senhor Ilson Morawski, Presidente da Sociedade Rural dos Campos Gerais, Caixa Postal 272 - Ponta Grossa / PR - 84001-970.

Sala das Sessões, em 30.11.99.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 615/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam isentos do pagamento da Taxa de Estacionamento, pelo período de 30 (trinta) dias, os proprietários de veículos automotores apreendidos em

virtude de violação das leis de trânsito ocorridas nos perímetros urbanos em todo o Estado do Paraná.

Parágrafo Único - A isenção mencionada neste artigo somente será efetivada para os primeiros 30 (trinta) dias de apreensão e para ter direito a mesma o proprietário deverá, nesse prazo, regularizar a situação do veículo, com o respectivo pagamento das multas que ocasionaram a apreensão.

Art. 2º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.11.99.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o presente Projeto de Lei tendo em vista que, dos veículos apreendidos por infrações de trânsito, especialmente nas cidades do interior do Estado do Paraná, uma grande parte dos mesmos constitui-se de veículos com vários anos de fabricação e seu valor venal não é compatível com os altos valores das multas de trânsito atualmente cobradas. As dificuldades que os proprietários têm em efetuar o pagamento das multas são muito grandes e, com a cobrança da taxa de estacionamento, caso o veículo permaneça apreendido pelo prazo de 30 (trinta) dias, praticamente impossibilita os pagamentos e a liberação dos mesmos, o que acaba ocasionando uma superlotação nos pátios que o DETRAN e a Polícia Militar disponibilizam nas pequenas cidades para tal finalidade.

Acreditamos que com a isenção dessa taxa de estacionamento, praticamente todos os proprietários de veículos terão a oportunidade e a possibilidade de quitarem os débitos das multas aplicadas e conseqüentemente de liberar seus respectivos veículos.

PROJETO DE LEI Nº 616/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Governo do Estado do Paraná a implantar o Programa de Leitura de Revistas e Jornais - PROLERJ, nas escolas estaduais de ensino médio e fundamental.

Art. 2º - O PROLERJ terá como finalidade o fornecimento de revistas e jornais para as bibliotecas das escolas estaduais, visando dar condições ao educando de ter informações atualizadas com a realidade de seu município, do Estado, do País e do mundo, e de desenvolver habilidade específica na área de comunicação.

Art. 3º - Competirá à Secretaria de Estado da Educação baixar normas necessárias para cumprimento da presente lei.

Art. 4º - Para implantação e manutenção do PROLERJ o Governo do Estado alocará, anualmente, recursos específicos para esse projeto.

Parágrafo Único - Para o ano 2.000, o Governo do Estado alocará recursos oriundos do Serviço de Loterias do Paraná - SERLOPAR.

Art. 5º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições que a contrariem.

Sala das Sessões, em 30.11.99.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O objetivo do Poder Executivo e Legislativo do Estado do Paraná é dar todas as condições necessárias para o harmônico desenvolvimento da criança e do adolescente no exercício de sua aprendizagem nas escolas estaduais.

O Programa de Leitura e Revistas e Jornais - PROLERJ, tem por objetivo informar o educando da realidade existente na sua região, no seu Estado, no Brasil e no mundo, ao mesmo tempo que dá às escolas estaduais condições materiais permanentes para desenvolver habilidades relativas ao setor da comunicação escrita.

O art. 178 e incisos da Constituição Estadual vigente enumera princípios para o ensino paranaense, entre os quais se destaca:

"Art. 178 - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - ..... (omissis) .....;

II - ..... (omissis) .....;

III - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

IV - ..... (omissis) .....;

V - garantia de padrão de qualidade em toda a rede e níveis de ensino a ser fixada por lei;"

Com base nesses princípios propõe-se o presente projeto de lei, na certeza de que a leitura habitual de revistas especializadas e de jornais diários ou semanais, em muito ajudará aos alunos das escolas estaduais na aprendizagem e na busca de informações que não constam em compêndios escolares.

PROJETO DE LEI Nº 617/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Governo do Estado do Paraná a instituir o Município de Maringá como "Cidade Turística Ecológica e Religiosa - Basílica Menor Nossa Senhora da Glória".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições que a contrariem.

Sala das Sessões, em 30.11.99.

(a) RICARDO MAIA

**JUSTIFICATIVA:**

Maringá, cidade cravada no Noroeste do Estado, foi fundada em 10 de maio de 1947 pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, sucedânea da Companhia de Terras do Norte do Paraná, que se planejou a cidade de forma a ser um modelo nacional de urbanização e de melhor qualidade de vida para seus habitantes.

Foi assim que nasceu Maringá, de avenidas largas, amplamente arborizadas, obedecendo um plano urbanístico previamente estabelecido. Praças, ruas e avenidas foram demarcadas, considerando ao máximo as características topográficas do sítio escolhido e revelando preocupação lúcida no que se refere à proteção de áreas verdes e vegetação nativa, projetada pelo urbanista Jorge Macedo Vieira.

Foi elevada à condição de Município em 14 de fevereiro de 1951 pela Lei nº 790. Em 09 de março de 1954, foi instalada a Comarca de Maringá. Possui dois Distritos: Iguatemi e Floriano.

Planificada para abrigar uma população de 250.000 habitantes, num prazo de 50 anos, abriga hoje cerca de 300.000. Seu nome nasceu inspirado na música do maestro e compositor Joubert de Carvalho, o que lhe valeu o epíteto de "Cidade Canção".

Possui dois bosques nativos emoldurando sua silhueta de cidade ecológica, que foram preservados desde sua fundação, além de um horto florestal, que foi criado pela própria companhia fundadora da cidade.

Um dos bosques, transformou-se no Parque do Ingá, que tem características de parque de lazer, de centro de pesquisa e de prática de educação ambiental. Localiza-se em uma área de terras de 47,3 hectares, com lago artificial, zoológico com exposição de animais da fauna regional, parque infantil e uma gruta de Nossa Senhora Aparecida, além de lanchonete, churrasqueira e palco para shows e outras atividades artísticas e culturais. Possui ainda o Jardim Imperial Japonês, inaugurado em 21 de junho de 1978, em homenagem à vista do então Príncipe Akihito, hoje Imperador do Japão, e de sua esposa Michiko a Maringá.

**PROJETO DE LEI Nº 618/99**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica denominado de "Colégio Estadual Professor Paulo Alberto Tomazinho", o atual Colégio Estadual de Umuarama, estabelecimento educacional do Município de Umuarama.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.11.99.

(a) NELSON GARCIA

**JUSTIFICATIVA:**

O presente projeto de lei tem por objetivo denominar de Professor Paulo Alberto Tomazinho o Colégio

Estadual de Umuarama, em justa homenagem a esse professor e educador que prestou relevantes serviços à comunidade de Umuarama e ao Estado do Paraná, como educador e também como homem público. Faleceu aos 51 anos de idade na cidade de Umuarama.

Casado com a senhora Ângela Maria, com quem teve seus dois filhos: Paulo Henrique e Luiz Fernando. Residente em Umuarama desde 1972, ano em que iniciou suas atividades na rede Estadual de Ensino do Estado do Paraná, no Colégio Estadual de Umuarama.

Paulo Alberto Tomazinho foi professor da rede Estadual de Ensino em Paraguaçu Paulista e Maracá (SP) sua terra natal. Formado em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, pós-graduado em História sobre "História do Pensamento Econômico". Fez cursos de especialização na FAFIU em Umuarama sobre o "Desenvolvimento Econômico Brasileiro" e "Metodologia do Ensino Superior".

Em Umuarama também atuou como professor titular da cadeira de "Estudo dos Problemas Brasileiros", na Faculdade de Direito de Umuarama; professor titular da cadeira de Economia Brasileira da Faculdade de Ciências Administrativas, Contábeis e Econômicas de Umuarama; professor titular da cadeira de História do Brasil na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Umuarama; Chefe do Departamento de Disciplinas Complementares da Faculdade de Direito de Umuarama; Chefe do Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Umuarama; Chefe do Núcleo Regional de Ensino de Umuarama.

Como homem público desempenhou atividades na área comercial de Umuarama, sendo sócio-proprietário de estabelecimento comercial; proprietário rural; chefe da COPASA e Chefe da CAFE do Paraná.

Queremos prestar uma homenagem a esse professor que ao longo de sua vida, sempre se destacou pelo espírito humanitário e foi sempre respeitado pela conduta correta e serena, com que administrava a sua vida profissional e pessoal, deixando agora uma lacuna impreenchível, um exemplo de vida a ser seguido e uma imensa saudade no coração de todos os que tiveram o prazer e a honra de tê-lo conhecido.

**PROJETO DE LEI Nº 619/99**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação União e Consciência Negra de Maringá, com sede e foro em Maringá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.11.99.

(a) SERAFINA CARRILHO

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação que ora se pretende declarar de Utilidade Pública, vem, há muito tempo, desempenhando



com muita presteza e eficácia, os objetivos para os quais foi criada.

A documentação que anexamos à presente proposição atesta o cumprimento dos requisitos exigidos pela Lei nº 6.994 com as alterações da Lei nº 8.589, e registra ainda, o empenho e dedicação dos integrantes da atual diretoria que, sem qualquer tipo de remuneração, dedicam-se com afinho na busca de soluções para os problemas da comunidade.

Com esse projeto de lei, buscamos de forma positiva, auxiliar essa instituição a proceder a ampliação de suas atividades, através de forma legal junto aos órgãos públicos, já que tem tempo suficiente e méritos semelhantes.

É a nossa justificativa.

PROJETO DE LEI Nº 620/99  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Delegacia da Mulher no Município de Marechal Cândido Rondon.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.11.99.

(a) ADEMIR BIER

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Marechal Cândido Rondon, distante 596 km da Capital do Estado, possui cerca de 46.000 habitantes, possuindo atualmente diversos prédios públicos, tais como hospital, posto de saúde, escolas municipais e estaduais, além de uma economia baseada em agricultura, agropecuária, agroindustrialização e turismo.

Como em todo o nosso Paraná, Marechal Cândido Rondon possui problemas sociais, entre eles o de ocorrências policiais envolvendo mulheres. As autoridades policiais locais, na tentativa de diminuir a violência em geral, vem desenvolvendo um exaustivo trabalho.

O município possui apenas uma Delegacia de Polícia Civil e um Batalhão de Polícia Militar, ambos situados no centro da cidade, para atendimento de sua numerosa população e de municípios vizinhos como: Mercedes, Entre Rios do Oeste, Pato Bragado, Quatro Pontes e Nova Santa Rosa, não possuindo estrutura adequada para atendimento envolvendo mulheres.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 621/99  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Delegacia da Criança e do Adolescente no Município de Marechal Cândido Rondon.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.11.99.

(a) ADEMIR BIER

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Marechal Cândido Rondon, distante 596 Km da Capital do Estado, possui cerca de 46.000 habitantes, possuindo atualmente 15 escolas estaduais e 53 escolas municipais, totalizando cerca de 10.000 alunos matriculados.

Como em todo o nosso Paraná, Marechal Cândido Rondon possui problemas sociais, entre eles o de ocorrências policiais envolvendo crianças e adolescentes principalmente nas escolas, não havendo projetos para coibir e orientar na busca de minimizar estes problemas.

O município possui apenas uma Delegacia de Polícia Civil e um Batalhão de Polícia Militar, ambos situados no centro da cidade, para atendimento de sua numerosa população e de municípios vizinhos como: Mercedes, Entre Rios do Oeste, Pato Bragado, Quatro Pontes e Nova Santa Rosa, não possuindo estrutura adequada para atendimento envolvendo crianças e adolescentes.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 622/99  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Delegacia da Criança e do Adolescente no Município de Rio Branco do Sul.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.11.99.

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Rio Branco do Sul, distante 20 km da nossa Capital, possui hoje cerca de 30.000 habitantes fixo, número este que oscila sempre a maior pelo grande número de caminhões que por ali trafegam, fazendo o transporte de cargas das empresas de calcário e cimento.

O município possui com uma economia baseada em exploração de calcário e produção de cimento, estando ali localizada uma das maiores empresas da América Latina - a Votorantin, destacada nacionalmente.

Rio Branco do Sul possui alguns problemas sociais graves, entre eles o grande número de menores de rua, alguns frequentando bares e outros estabelecimentos noturnos que o Município possui em grande quantidade. Isso está ocasionando um altíssimo índice de criminalidade, especialmente ligada à infância e adolescência. São muitos os casos, especialmente de prostituição infantil noticiados nos jornais diariamente, envolvendo o Municí-

pio de Rio Branco do Sul, dado à sua proximidade (20 km) com a Capital, bem como a existência do grande tráfego de caminhões pelo Município.

As autoridades policiais locais, na tentativa de coibir o aliciamento, tráfico e exploração de menores, bem como a violência em geral, vem desenvolvendo um exaustivo trabalho, mas que infelizmente não tem sido suficiente para a diminuição dos casos.

Um relevante trabalho tem sido realizado pela Polícia Civil e Militar, bem como pelo Conselho Tutelar, o que não tem demonstrado avanço na diminuição desta violência.

É importante que o Governo do Estado efetue a instalação desta delegacia especializada, com pessoal especializado em casos e menores, pois este passo em muito contribuirá para a solução deste gravíssimo problema que Rio Branco do Sul está enfrentando.

Sendo assim, solicitamos o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei, que em muito virá beneficiar aquela municipalidade.

**PROJETO DE LEI Nº 623/99**  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadã Honorária do Estado do Paraná à Doutora Elisabeth Khater.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.11.99.

(a) LUIZ ACCORSI

**JUSTIFICATIVA:**

Pretendemos com esta propositura homenagear a doutora Elisabeth Khater, que tanto vem beneficiando o nosso Estado com a sua dedicação. Justa é tal medida face sua atuação junto a creches, APAEs., Guarda Mirim e outras no norte do Estado.

Tudo encontra-se comprovado pelo Currículo que apresentamos em anexo.

Face o exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

**PROJETO DE LEI Nº 624/99**  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rosário do Ivaí, com sede no Município de Rosário do Ivaí e foro no Município de Grandes Rios.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.11.99.

(a) LUIZ ACCORSI

**JUSTIFICATIVA:**

A entidade que ora pretendemos declarar de Utilidade Pública, trata-se de uma sociedade civil de caráter assistencial que objetiva manter e incentivar a criação de estabelecimentos especializados destinados ao treinamento, educação, habilitação, reabilitação e inserção social do excepcional.

Busca promover medidas que visem assegurar o ajustamento e bem estar dos excepcionais.

Por tratar-se de medida de elevado teor social, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

**PROJETO DE LEI Nº 625/99**  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Delegacia da Mulher no Município de Rio Branco do Sul.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30.11.99.

(a) ALGACI TULIO

**JUSTIFICATIVA:**

O Município de Rio Branco do Sul, distante 20 km da nossa Capital, possui hoje cerca de 30.000 habitantes.

O município possui atualmente diversos prédios públicos, tais como hospital, posto de saúde, escolas estaduais e municipais, além de uma economia baseada em exploração de cimento e calcário. Possui também uma das maiores empresas no ramo de cimento - a Votorantin, destacada nacionalmente.

Dentro deste contexto, com um volume de transportadoras que entram e saem do Município constantemente, Rio Branco do Sul possui alguns problemas graves sociais, entre eles o grande número de ocorrências policiais envolvendo mulheres. Isso está ocasionando uma altíssimo índice de criminalidade, especialmente ligada à mulher. São muitos os casos, noticiados nos jornais diariamente, envolvendo o Município de Rio Branco do Sul.

As autoridades policiais locais, na tentativa diminuir a violência em geral, vem desenvolvendo um exaustivo trabalho, mas que infelizmente não tem sido suficiente para a diminuição dos casos, já que o Município possui apenas uma Delegacia de Polícia Civil e um Batalhão de Polícia Militar, ambos situados no centro da cidade, para atendimento de toda a sua numerosa população.

É importante que o Governo do Estado efetue a instalação desta delegacia especializada, com pessoal especializado nestes casos, pois este passo em muito contribuirá para a solução deste gravíssimo problema que Rio Branco do Sul está enfrentando.



Sendo assim, solicitamos o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei, que em muito virá beneficiar aquela municipalidade.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Amanhã o Poder Legislativo do vizinho Estado do Paraná, Santa Catarina, irá homenagear um dos homens que não nesta Casa e nem no nosso Estado realmente deixou uma marca indelével na classe política brasileira. Um homem que teve uma infância difícil. Filho de um comerciante libanês, homem do interior do Estado que não tinha a si o que dispõe aqueles mais abastados que nascem de um berço, que oferecem uma melhor condição. Nasceu do trabalho juntamente com a sua família. Formou-se num curso superior, com dificuldade e fez com que a sua entrada na vida política, fosse ela uma permanência por muitos e muitos anos até que Deus lhe tirou e levou ao seu lado.

Quero, neste instante, Sr. Presidente e Srs. Deputados, agradecer antecipadamente aos nossos colegas Deputados do vizinho Estado de Santa Catarina, que amanhã vão homenagear o ex-Presidente, desta Casa, Deputado Anibal Khury. Que, em diversas e inúmeras oportunidades, junto com o Deputado Orlando Pessuti, junto com o Deputado que vos fala, com o Deputado Nereu Moura, com o Deputado Algaci Tulio, com outros Srs. Deputados desta Casa esteve nas reuniões do Conselho Parlamentar do Sul defendendo os interesses do Brasil e do Sul do país.

Acredito, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que esta homenagem que o Poder Legislativo do vizinho Estado irá prestar nesta Sessão Solene, àquele ilustre homem público não do nosso Estado mas do nosso Brasil, mereceria o que nós estamos fazendo, que é a transcrição nos Anais desta Casa, o reconhecimento do trabalho, da vida, da dedicação à causa pública que fez o nosso ex-Presidente Anibal Khury.

Quero também, nesta oportunidade, cumprimentar a dona Niva e os seus familiares, que acredito e tenho a certeza, terão nos passos, aqui, nesta vida terrestre, a orientação daquele chefe de família.

Quero, portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que este Poder, através da Mesa Executiva e do nosso Presidente Nelson Justus, em nome de todos os Srs. Deputados, independentemente daqueles que lá estarão representando este Poder, mandasse ao Presidente de Santa Catarina o reconhecimento desta homenagem em nome do Poder Legislativo deste Estado, e porque não dizer, da família paranaense.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Temos cobrado, da tribuna desta Casa, não apenas este Parlamentar, mas especialmente aqueles que têm as suas bases eleitorais em Curitiba, Região Metropolitana, a questão da estrada da Ribeira.

Alertamos, aqui, a esta Casa, há questão de 20 dias atrás, que, numa entrevista concedida em meu programa de rádio, o Ministro dos Transportes afirmava que estava até propenso a não aceitar a homologação da concorrência pública que acabou tirando uma empresa do Paraná, melhor colocada, em detrimento a uma empresa baiana, 8ª colocada e com preços bem acima daqueles que estavam estabelecidos para a obra da estrada da Ribeira. E, felizmente, embora, o Ministro dos Transportes acabou, portanto, tomando esta decisão e que deverá, talvez, nas próximas horas dar o seu resultado, o seu veredito, permitindo que uma empresa paranaense que foi, sem dúvida alguma a ganhadora da licitação, possa iniciar essas obras tão solicitadas para a redenção do Vale do Ribeira. E paralelo a esse problema todo criado na questão burocrática e na questão de briga jurídica, outro assunto que é também nos é agradável, em se tratando dessa questão da estrada da Ribeira, o Governador do Estado, Jaime Lerner, determinou uma ação integrada de várias Secretarias deste Governo para tratar, para discutir e para encontrar soluções de desenvolvimento para a região do Vale da Ribeira. Todas as Secretarias e órgãos do Governo do Paraná já estão trabalhando de forma unificada e prioritária na elaboração de projetos de desenvolvimento para o Vale do Ribeira. Esse entendimento foi acertado, no dia 10, passado, no Palácio Iguaçu, durante uma reunião de Secretários organizada pela Casa Civil para melhorar a situação da região considerada uma das mais carentes do Estado do Paraná.

Segundo o Secretário Chefe da Casa Civil Pretetaro Taborda, o trabalho é resultado de uma determinação do Governador Jaime Lerner e terá como diretriz uma ação integrada de esforços. A prioridade é melhor os indicadores sociais da região, garantir projetos de cidadania e oferecer mais infra-estrutura para comercialização da produção local. Não fica apenas no terreno da rodovia, muito embora, claro, a rodovia seja fundamental para o desenvolvimento daquela região. Aliás, cabe aqui também os elogios à Prefeitura de Colombo que já começou fazer algumas melhorias no seu trecho urbano da estrada da Ribeira.

Um dos projetos aprovados durante o encontro envolve as Secretarias da Saúde, Educação e da Justiça. A meta é utilizar escolas e postos de saúde como estrutura de um programa de cidadania que vai permitir a rápida liberação de documentos, como certidão de nasci-

mento, carteira de identidade, às famílias mais carentes daquela região.

A Secretaria de Agricultura e Abastecimento por sua vez, vai estimular os produtores rurais a diversificarem a produção da região. Atualmente a maior parte dos agricultores do Vale da Ribeira depende, basicamente, da produção de tangerinas, cujo período de comercialização dura pouco tempo. A idéia, portanto, é incentivar o plantio de outras culturas como alternativa de renda para todas as famílias do Vale da Ribeira.

Outra opção para melhorar a situação dos agricultores da Região é criar um consórcio para a implantação de agroindústrias capazes de processar os produtos locais na própria região. Este projeto terá a participação da Secretaria da Indústria, Comércio e Desenvolvimento Econômico e, ainda, com a Secretaria do Desenvolvimento Urbano, por intermédio do programa Paraná Urbano.

A Secretaria da Educação também vai agilizar a liberação de equipamentos e laboratórios para as escolas públicas. Todas as entregas que seriam feitas de forma escalonada em três anos poderão ser feitas em até um ano. A Secretaria da Criança e Assuntos da Família, a do Emprego e Relações do Trabalho e a do Esporte e Turismo vão dobrar as ações que desenvolvem hoje na região.

Estrada - Ainda segundo o secretário-chefe da Casa Civil ao mesmo tempo em que o Governo do Paraná dará prioridades a esses projetos, haverá paralelamente uma mobilização política para garantir a rápida pavimentação dos 92 quilômetros da BR-476, conhecida como Estrada da Ribeira, de responsabilidade do governo federal. "Acreditamos que vamos conseguir resolver essa questão nos próximos dias", disse Taborda.

A região do Vale do Ribeira é formada pelos seguintes municípios: Adrianópolis, Cerro Azul, Doutor Ulysses e Tunas do Paraná. Juntos, têm uma população de pouco mais de 60 mil habitantes. "É uma população que tem a menor renda relativa do Paraná e que, por isso, merece uma atenção especial de todos os órgãos promotores de desenvolvimento", destacou o secretário interino do Planejamento, Antoninho Caron.

Também participaram do encontro os Secretários Armando Raggio (Saúde), Antonio Polloni (Agricultura), Lubomir Ficinski (Desenvolvimento Urbano), Ney Leprevost (Turismo), Alcione Salyba (Educação), além de representantes das Secretarias da Criança e Assuntos de Família, Planejamento, Justiça e Cidadania e do Presidente da Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC), Paulo Kawahara.

Senhor Presidente, gostaria de fazer este registro aqui, parabenizar o Governo do Estado, mas ao mesmo tempo, fazer um apelo ao Secretário Chefe da Casa Civil para que lembre que a Assembleia Legislativa já tem aqui, através de diversos Parlamentares, Deputados Edson Strapasson, Carlos Simões, Luiz Carlos Martins, este Parlamentar, Deputados Kielse e Nelson Justus, que

são Deputados que têm trabalhado na Região, que têm feito esforços. Nós por exemplo, temos participado de todas as reuniões da Associação dos Municípios do Vale da Ribeira.

Ainda hoje, pela manhã, e este foi o motivo da minha vinda à tribuna, encontrei com o Prefeito de Tunas que também dizia: Deputado, precisamos garantir o início das obras da Estrada da Ribeira o quanto antes possível, sob pena de que todos nós vamos falir, naquela Região. O produtor de laranja, de tangerina, vai perder mais uma vez a sua produção porque a produção é grande, mas o grande problema na verdade, é o transporte, porque a estrada é de péssima qualidade, quase intransitável em dias de chuva, e com o solavanco dos caminhões perde-se a metade desta produção.

Então, é necessário, mais do que nunca, urgência neste trabalho da recuperação da Estrada da Ribeira para que possamos ver o desenvolvimento chegar naquela região.

Também comunico aos Senhores Parlamentares que nós, neste início de dezembro, me garantia o Secretário dos Transportes Heinz Herwig, que por coincidência fiquei até quatro horas da madrugada de hoje na TV Senado, acompanhando nosso Secretário de Transportes Heinz Herwig, que participava de uma Comissão de Assuntos estratégicos do Senado, como Presidente dos Secretários Estaduais de Transporte. E lá o nosso companheiro, ex-Parlamentar, Heinz Herwig, fazia uma explanação e dizia da necessidade de investimentos na área das rodovias, sob pena de que o país poderá pagar um preço muito caro por isso na questão do desenvolvimento.

### O Sr. Edson Strapasson

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Algaci Túlio, gostaríamos de parabenizá-lo por trazer novamente a esta tribuna a questão de pavimentação da BR-476, no trecho de Bocaiúva a Adrianópolis, que foi nos idos passados uma das rodovias mais importantes do Paraná, quando a ligação por São Paulo ainda era por esta região. Com a construção da 116, infelizmente tivemos o abandono, a retirada das populações que moravam nestas regiões, ocupando a periferia da grande cidade de Curitiba, de Colombo, de Rio Branco, enfim, todos os municípios da região que receberam porque não tiveram mais incentivo, não tiveram mais oportunidade de continuar morando nessa região. Infelizmente hoje, para o desespero dos Prefeitos e dessa população a questão da pavimentação é tão frustrante, que apesar do empenho do Governador, de Deputados, de políticos, de Prefeitos, de Vereadores, enfim, da comunidade, infelizmente é um descaso do Governo Federal que chegou até, como citado pelo senhor, a assinar o termo já de início de obra e realmente o dinheiro que era dois milhões e alguma coisa parece que já virou 800 mil reais e talvez no final deste ano não tenhamos um vintém para sequer o início da mobilização da construção

da pavimentação deste trecho de estrada que realmente é uma grande vergonha para o Estado do Paraná já que é uma rodovia tão próxima de Curitiba e que liga uma região tão carente e que tenho certeza somente vai ser iniciada e concluída se houver um empenho muito forte por parte do Governo do Estado e uma pressão muito forte dos Deputados desta Casa e das lideranças políticas da região, para que tenhamos definitivamente a pavimentação, para que se abra uma nova luz de esperança para aquela gente. Ao lado disto a pavimentação da ligação de Rio Branco do Sul a Cerro Azul que é uma outra rodovia, esta é a rodovia estadual, também colocando realmente no desespero já que a produção na região de Cerro Azul de poncã e outras frutas cítricas realmente não tem condição mínima de escoamento, colocando mais uma vez a imigração forte desta gente em direção à população da metropolitana.

Então, acredito que tanto na pavimentação da ligação Rio Branco do Sul a Cerro Azul, mas principalmente da BR-476 tem que ser uma pressão de todas as lideranças com o apoio da imprensa para que tenhamos, se Deus quiser, no ano que vem o início definitivo desta obra tão importante. Parabéns pelo seu pronunciamento e por trazer a esta Casa, mais uma vez a questão da pavimentação da 476.

Só para finalizar, Deputado, uma questão, no trecho da 476 dentro do Município de Colombo existe uma proposta de estadualização onde o Governo do Estado, dentro de um pacote geral, vai estadualizar, proporcionando as condições de melhorias, de duplicação de pistas, já que hoje na situação que está não encontra a menor condição, a rodovia está estrangulada, não oferece condições e merece e carece urgentemente de investimentos neste processo de estadualização de melhoria principalmente no trecho urbano de Colombo que realmente não tem suporte para o volume de tráfego que tem atualmente.

Parabéns.

**O SR. ALGACI TULIO**

Muito obrigado Deputado Strapasson.

Para concluir, Senhor Presidente, queria completar dizendo que numa conversa com o Secretário Heinz Herwig, me garantia ele que neste início de dezembro as máquinas já estarão roncando no trecho Rio Branco do Sul, que também é uma velha aspiração de todos nós.

**O Sr. Beraldin**

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Apenas para complementar V. Exa., nós que já discutimos este assunto tantas vezes, lembro-me nos mandatos anteriores que exercemos juntos aqui na Assembleia Legislativa, de 86 a 90, o governo Álvaro Dias fez parte das obras de arte, enfim, iniciou a obra. E depois estivemos discutindo lá em Cerro Azul, me lembro na campanha de vários governos. Enfim, queira Deus que essa

estrada efetivamente saia, porque a população vem reclamando há muito tempo. Nós que anualmente estamos na Festa da Laranja lá em Cerro Azul, sempre temos dito àquela população, junto com Vossa Excelência, que estaríamos pronto para ver essa estrada finalmente feita. Quero torcer junto com V. Exa., assim como com certeza a população de lá está torcendo apenas, porque ninguém mais consegue dizer: "Vai sair a estrada", precisamos ver a obra pronta para depois podermos comemorar. Finalmente cumprimentar V. Exa. porque sempre estive ao lado da população de Cerro Azul, do Vale da Ribeira defendendo os interesses daquela região.

Muito obrigado.

**O SR. ALGACI TULIO**

Muito obrigado Deputado Neivo Beraldin.

Quero cumprir, aliás, estou cumprindo uma promessa de que eu não voltaria mais a uma Festa da Laranja em Cerro Azul, Vossa Excelência foi testemunha desse meu pronunciamento há seis anos atrás, véspera de campanha da candidatura do Governador Jaime Lerner, quando assumi em nome do Governador o compromisso de que o Governador faria essa obra. E só voltarei lá cumprida esta promessa do Governador de que este asfalto vai sair, senão infelizmente, não vou ter coragem de voltar a Cerro Azul, sem que seja pelo asfalto.

**O Sr. Beraldin**

Se me permite, ouvi dois discursos, um de V. Exa. que não voltaria mais lá, e o outro do Senador Álvaro Dias, quando era candidato a Governo dizendo: "Olha, enquanto esse asfalto não estiver pronto eu não volto mais aqui na festa".

**O SR. ALGACI TULIO**

Não voltei, o Senador não sei se já voltou.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Com a palavra o Deputado Augustinho Zucchi.

**O SR. EDGAR BUENO (Pela Ordem)**

Senhor Presidente, temos visitas ilustres hoje na Casa, o Colégio Francisco Ramos, de Guamiranga, temos aqui a presença de 27 estudantes, 11 professores, um diretor, o Edmilson Reque e dois funcionários do Colégio, e também são acompanhados pelo companheiro Dionei Luiz Alves. Eles fazem uma visita na Assembleia Legislativa para conhecer os Parlamentares, para conhecer o funcionamento da Casa. Hoje eles nos honram aqui nas galerias e queremos, em nome da Liderança das Oposições, fazer esse agradecimento todo especial a esses alunos e aos professores e servidores públicos do Colégio Francisco Ramos para que nos honrem então com a sua presença e que tenham toda a liberdade para estar conhecendo a nossa Casa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Devidamente registrado, sejam bem-vindos à nossa Casa. É um privilégio realmente recebê-los aqui. A Assembléia está sempre com as portas abertas, principalmente aos estudantes.

Com a palavra, Questão de Ordem, Deputado Waldyr Pugliesi.

**O SR. WALDYR PUGLIESI**

Senhor Presidente, na tarde de ontem o Horário da Liderança das Oposições foi cedido ao Deputado Péricles Mello para que fizesse uma tréplica àquilo que tinha sido afirmado nesta Casa.

Confesso à Vossa Excelência, Senhor Presidente, que fiquei em dúvida em relação à decisão tomada por V. Exa. que impediu que o Deputado do PT, portanto das Oposições, fizesse uso do horário destinado às Oposições. Gostaria de perguntar a V. Exa. se esse é um procedimento que se repetirá, ou se esse horário, que é da Liderança das Oposições, poderá ser usado por qualquer um dos membros das Oposições?

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Procede a questão de ordem de V. Exa., Deputado Waldyr, não existe realmente escrito em lugar algum se qualquer membro da Oposição ou da situação possa usar o horário ou não.

Confesso que não vejo inconveniente nenhum em que os Deputados da Oposição usem o Horário das Oposições, de igual maneira os Deputados da Situação usem o Horário da Situação.

Realmente ontem, esta Presidência achou por bem, como mediador, não levar adiante uma discussão que estava se tornando inútil e que não ia levar a lugar nenhum, até porque já estávamos quase às 18:00 horas, já chegando ao limite regulamentar do nosso tempo.

Por esta razão, e como teríamos que dar continuidade àquela discussão, no Palácio Iguaçu, com a Liderança do próprio PT, esta Presidência, ontem, achou por bem. Mas não vejo inconveniente nenhum e cabe a questão de ordem de V. Exa., até porque o Deputado Péricles já tinha falado mais de 30 minutos, a platéia já estava um pouco cansada.

**O SR. PÉRICLES MELLO (Questão de Ordem)**

Só quero deixar, com todo respeito, meu protesto, Presidente. Mas fica claro, nesta Casa, então que qualquer Deputado da Oposição ou da Situação pode usar o horário.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Aceito o protesto, cabe o protesto.

Com a palavra Deputado Augustinho Zucchi.

**O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI**

Senhor Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, nossa saudação aos visitantes na sessão de hoje.

Ocupo este horário, Senhor Presidente, com a vênua do Deputado Carlos Simões e também com a vênua de V. Exa., para fazer um registro e um comunicado aos nossos companheiros parlamentares, sobre a sessão que teremos, amanhã, desta Assembléia Legislativa, em Pato Branco.

Iremos viajar, amanhã à tarde, em companhia do nosso Presidente, Deputado Nelson Justus, para uma sessão em Pato Branco, amanhã à noite. O objetivo desta Sessão é homenagear e entregar um título de cidadão honorário a um ex-Parlamentar desta Casa, ex-Presidente da Assembléia Legislativa e que aqui, com o consentimento, obviamente dos meus companheiros do Sudoeste do Paraná, deixou registrada a marca de trabalho, de competência, e do extraordinário espírito público que teve o ex-Deputado e ex-Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Ivo Thomazoni.

Estaremos também entregando um título de cidadão honorário a um ex-Presidente da Assembléia Legislativa e também ex-Deputado Estadual, obviamente, e que por alguns mandatos teve assento nesta Casa, companheiro de alguns que aqui ainda estão. Trata-se do nosso companheiro, Nilso Sguarezi.

Portanto eu apenas gostaria de fazer este comunicado, e com a permissão de V. Exa. gostaria de fazer, como representante que sou da nossa querida cidade de Pato Branco, um convite aos nobres Pares, aos nossos companheiros Deputados, aqueles que puderem nos acompanhar, amanhã à noite estaremos fazendo esta solenidade, lá em Pato Branco. Uma sessão que a Assembléia Legislativa fará fora aqui do Plenário da nossa Assembléia, estará lá na Câmara Municipal de Pato Branco, para entregar os títulos de cidadãos honorários aos ex-Presidentes e ex-Deputados Estaduais Ivo Thomazoni e onde também receberá o Título de Cidadão Honorário de Pato Branco, Nilso Sguarezi. Homenageados pela Prefeitura Municipal, pelo Prefeito, Alcení Guerra, com o descerramento de duas placas que evidenciam o que representou, para a população do Sudoeste do Paraná, estes dois políticos que têm a sua marca registrada na história política do nosso Sudoeste!

Apenas para deixar ciente o nosso Plenário, todos que tiveram a oportunidade de conviver, politicamente, com estes companheiros sabem que os dois têm origem em correntes políticas diferenciadas, mas que muito representam para o trabalho da organização política da nossa região, enfim, para a liderança política da nossa região. Foram representantes que realmente deixaram a sua marca no Sudoeste do Paraná.

Apenas faço com a vossa permissão, e a vênua aqui do Deputado Carlos Simões, que é o autor do título de Cidadão Honorário ao ex-Presidente Ivo Thomazoni. Gostaria apenas de fazer este comunicado e dizer da nossa satisfação, como representante que somos da cidade de Pato Branco, aqui na Assembléia Legislativa de participar então desta Sessão, agradecer, Presidente, a sua compreensão, a sua vontade, o seu desprendimento de

transferir para lá uma sessão desse Poder Legislativo, q' muito nos honra.

Gostaria, se V. Exa. me permitisse, dar um apelo ao Deputado Caíto Quintana.

#### O Sr. Caíto Quintana

Vossa Exa. seguramente estará nessa reunião, que acontecerá em Pato Branco.

Creio que nada mais justo do que o próprio Presidente Nelson Justus deslocar-se a Pato Branco, para lá entregar o Título de Cidadão Honorário ao ex-Deputado e atual auditor do Tribunal de Contas, Ivo Thomazoni.

Tanto quanto V. Exa. Deputado Nereu Moura e tantos outros Deputados do Sudoeste, tenho certeza, crescemos sob a inspiração de políticos do porte do Ivo Thomazoni. Um radialista que a época se notorizou no Sudoeste, exatamente por usar do veículo de comunicação, uma trincheira de defesa, a ocupação do Sudoeste do Paraná, quando a violência procurava fazer que aquelas terras continuassem improdutivas, de lá se tirassem agricultores fixados e já com direito de trabalho na área.

Da mesma forma o Deputado Nilso Sguarezi, Presidente desta Casa, orgulhou o nosso Sudoeste e estou ficando nos políticos de Pato Branco, para não cometer injustiça a outros tantos, como Scalco, Deni, e tantos outros que passaram.

Mas o meu aparte, deputado Augustinho Zucchi, é inclusive para pedir-lhe que nesta oportunidade, quando lá estiver na citação que seguramente V. Exa. vai fazer na homenagem aos Deputados Ivo Thomazoni e Nilso Sguarezi, que recebem o título, há uma outra homenagem prestada no Sudoeste do Paraná, que não está devidamente difundida, mas que fosse lembrada por V. Exa. ao pronunciar-se, que é a denominação da rodovia que liga Pato Branco e Francisco Beltrão, como PR-Sebastião Rodrigues Júnior, que foi um outro Deputado de suma importância para o Sudoeste do Paraná, Deputado Federal, falecido recentemente, e que tem naquela rodovia o seu nome por um projeto desta Casa de Leis, que lamentavelmente até o momento, por falta de placas indicativas não é conhecido.

Então V. Exa. Deputado, porque sei que não estarei lá, mas resgate os políticos do Sudoeste que serviram de norte para cada um de nós. Graças a Deus uma região de políticos que tem dignificado o nome daquela região e do Sudoeste aqui nesta Casa e na Câmara Federal.

Obrigado!

#### O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Agradeço o aparte e procede, Deputado a sua argumentação do saudoso Sebastião Rodrigues Júnior, que realmente deixou na sua atuação política um norte de dignidade a todos que continuamos e a todos que vierem a fazer política no Sudoeste do Paraná.

Portanto, gostaria apenas de fazer este registro e dizer que é uma satisfação muito grande, como falou o Deputado Caíto Quintana, o Deputado Nereu Moura, o

Deputado Litro, o Deputado Traiano. É uma alegria recebermos a visita do presidente da Assembléia Legislativa e não apenas do Presidente, mas do Poder Legislativo do Paraná, para uma solenidade de extrema importância.

Olha! O Deputado Valdir Rossoni, nosso Líder do Governo também estará presente. Será uma homenagem justa e que resgata, como falou o Deputado Caíto Quintana, a história do Sudoeste do Paraná, resgata a história da atuação política no nosso Sudoeste.

De um lado, lembro-me, o ex-Deputado Nilso Sguarezi na Oposição, levantando a trincheira das bandeiras democráticas do nosso país, trabalhando no PMDB, ele que teve auxiliares como Nereu Moura, que hoje é Deputado. E de outro lado o Deputado Ivo Thomazoni com uma atuação extremamente marcante, com uma dignidade muito grande.

Como disse o Deputado Caíto Quintana foi fruto de uma discussão a respeito da colonização da nossa região. Foi um homem que cresceu politicamente baseado na luta que, particularmente admito e penso que seja a nossa maior bandeira do Sudoeste do Paraná e a referência que foi a revolta de 1957 quando tivemos a decisão pelas mãos da nossa população do Sudoeste, da ocupação da nossa região.

Muito obrigado!

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Antonio Carlos Belinati.

#### O SR. ANTONIO CARLOS BELINATI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Quero manifestar a minha alegria de estar ocupando a tribuna desta Casa. Essa tribuna que já vi passar por aqui meu pai, quando Deputado Estadual por quatro legislaturas e hoje ocupa pela terceira vez o mandato de Prefeito da Cidade de Londrina.

Ouvi palavras também, Deputado Luiz Carlos Alborghetti, da sua colega e companheira, minha mãe, Deputada Emília Belinati hoje no seu segundo mandato de vice-Governadora do Estado do Paraná. Quero também dizer da recepção que tive desta Casa desde o primeiro momento, com muito companheirismo de todos os Deputados.

Manifesto profundamente meu respeito e a minha alegria por esta Casa de Leis. Porque aqui estão representados praticamente dois milhões de eleitores do nosso Estado do Paraná.

Especialmente na tarde de hoje, venho trazer uma questão que está preocupando os municípios do interior do Estado do Paraná.

Chegou nesta Casa no mês de setembro em 1998, uma mensagem do Exmo. Governador Jaime Lerner nº 539/98 que visa transformar a COMEC, Coordenação das Regiões Metropolitanas do Estado do Paraná.

Chamo a atenção de todos, porque esse órgão visa delegar poderes para que as três regiões metropolitanas,

ou seja, Região Metropolitana de Curitiba, Região Metropolitana de Maringá e Região Metropolitana de Londrina. Passam a receber delegações deste órgão central.

A nossa preocupação é o que está contido neste projeto. Falo agora o que está escrito: "Os municípios integrantes dessas regiões deverão obedecer às diretrizes no que se refere a..."

Vale aqui a atenção dos Srs. Deputados, pois este é um projeto que no papel representa 39 municípios, praticamente 10% dos municípios do Estado do Paraná, mas que vai abranger uma área muito maior do que esses municípios. Porque a abrangência do atendimento do setor hospitalar, do setor da educação, do setor da saúde, da geração de empregos, sabemos que vai muito além daqueles municípios compostos no papel pelas regiões metropolitanas. Nesse projeto vem a nossa preocupação, porque estariam os municípios recebendo delegações nos seguintes aspectos: no Planejamento e Desenvolvimento Econômico e Social; no Saneamento Básico (no que tange ao abastecimento de água, rede de esgotos e serviços de limpeza pública); uso do solo metropolitano (ou seja, loteamentos, desmatamentos); transporte e sistema viário. Sendo ainda incluso nas diretrizes da COMEP: produção e distribuição de gás combustível canalizado.

Ainda o aproveitamento dos Recursos Hídricos e controle da poluição ambiental, além de outros aspectos que esta autarquia delegará às regiões metropolitanas.

Essas são as atribuições.

Mas, gostaria que as Senhoras Deputadas, os Senhores Deputados, pudessem nos ajudar, nesse projeto de lei.

Porque fico imaginando, por exemplo se o Município de Maringá, aqui representado pela Deputada Serafina Carrilho, pelos Deputados Divanir Braz Palma, Ricardo Maia, além de outros que representam a região. Imaginem se o Prefeito Jairo Gianoto, precisar, recebendo no seu município um empresário que tem a necessidade de uma doação de terra, de um pequeno espaço para que ele possa introduzir a sua indústria e movimentar a economia daquele município, ou também, que é o principal aspecto que temos que considerar na geração de empregos. Se o Prefeito tiver que doar essa terra, para esta empresa gerar riqueza para o seu município, ele não vai poder fazer isso. Somente com a aprovação da Câmara de Vereadores do seu município.

Aí, acho que ocorre o grande erro deste projeto, porque estará engessando as atribuições dos municípios das regiões metropolitanas.

Imaginem se o Prefeito tiver que mandar este projeto elaborado no seu município para a cidade de Curitiba. O tempo que este projeto vai requerer para que ele volte para o seu município e traduza em benefício para a sua população.

Fico imaginando ainda, quando houver por exemplar, uma invasão numa área de preservação ambiental, que por determinação desta autarquia, se delibere que essas áreas terão que ser desocupadas.

Entendemos a preocupação ambiental, sim. Mas, a nossa preocupação é que se não houverem recursos necessários para que estes investimentos, para que essas famílias sejam reassentadas, a Prefeitura não vai poder tomar qualquer iniciativa.

Concedo um aparte ao Deputado Moysés Leônidas.

#### O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Deputado Antonio Carlos, quero cumprimentar V. Exa., por trazer novamente esta matéria. Dizer até que esta discussão não é nova, já discutimos há algum tempo, quando da criação da Região Metropolitana de Londrina, que participei junto com o seu pai. Foi uma luta muito grande, ao lado também da criação da Região Metropolitana de Maringá.

Agora, quero fazer coro com V. Exa. e pedir até a participação dos demais companheiros da região Norte do Estado, de que não podemos ficar à mercê de uma organização que está longe e muito distante dos nossos problemas. Isto é no mínimo subestimarem a inteligência nossa lá no interior do Estado.

Estou fazendo um trabalho paralelo junto à Universidade Estadual de Londrina, para que o censo paralelo e comparativo para o início deste 3º Milênio, porque a impressão que a gente tem é que as autoridades - e aí entra a mesma mentalidade que está sendo atribuída à COMEC não tem interesse que se faça um desenvolvimento em termos de população. A partir dos 500 mil habitantes, a Cidade de Londrina ou qualquer outra cidade estaria participando de um bolo com percentual maior, do bolo da receita e isto está batendo quase sempre na nossa trave e estamos vivendo esse entrave.

Quero dar, até como sugestão à V. Exa. e aos demais companheiros da região Norte. Devemos firmar a nossa posição nesse sentido e dizer que lá temos competência para nos tornarmos uma região metropolitana e temos competência para gerir os nossos interesses e não precisamos de ingerência de nenhum outro lugar. Nem nós queremos fazer ingerência na Região Metropolitana de Curitiba e nem muito menos na de Maringá e vice-versa. No mínimo, temos que aproveitar o potencial que temos e fazer valer a força da região Norte do Estado.

Quero fazer coro com V. Exa. e dizer que essa investida não é nova, já teve em tempos anteriores e que resistimos e que vamos nos unir até com a própria colaboração dos companheiros Deputados da região Sul, porque não é bom para ninguém. Não é bom para a Região Metropolitana de Curitiba e muito menos, para Maringá e para Londrina. Cada um sabe onde aperta o seu calo, cada região sabe da sua necessidade e cada região tem competência e lideranças, autoridades e pessoas para gerir os seus interesses.

Parabéns à Vossa Excelência.

#### O SR. ANTONIO CARLOS BELINATI

Agradeço o aparte do Deputado Moysés Leônidas, que conhece muito bem os problemas da nossa região de



Londrina, dos municípios do interior do Estado, e ainda lembrar que essa foi uma questão que levantamos em meados do ano passado, quando tínhamos o nosso programa na televisão, fomos colegas de V. Exa. na TV Tropical em Londrina e também já lamentávamos a importância desse projeto que iria afetar a autonomia dos municípios das nossas regiões metropolitanas.

Concedo aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

#### O Sr. Valdir Rossoni

Agradeço o aparte do Deputado Belinati e gostaria de colocar aqui, para conhecimento da Casa, que vejo o seu pronunciamento, já vi a sua preocupação sobre a questão do projeto e como temos dirigido as questões de mensagens do governo completamente abertas e vi por parte dos Deputados de Londrina e Maringá a preocupação, me dirigi à V. Exa. e uma preocupação ainda maior, por V. Exa. ser filho da vice-Governadora que ajuda a governar esse Estado, para que fizéssemos uma reunião com o Secretário de Planejamento e que nessa reunião, e V. Exa. ficou incumbido e aceitou convidar todos os Deputados de toda a região que tem esse interesse, para discutir com o Secretário do Planejamento, o aperfeiçoamento do projeto.

Fizemos toda essa articulação com o Secretário de Planejamento e está marcada para hoje, às 17 horas esta reunião e é importante a presença dos Senhores Parlamentares, porque para nós, que não temos Região Metropolitana em nossas microrregiões, é importante que o entendimento entre os Deputados dessas microrregiões, principalmente de Londrina e Maringá, se houver o entendimento com o Secretário de Planejamento e conhecemos o Senhor Secretário e V. Exa. conhece a conduta do Governo Jaime Lerner e V. Exa. e sua mãe fazem parte, certamente vamos chegar num acordo onde as partes serão atendidas de uma forma democrática, discutindo os interesses da Região de Curitiba, de Maringá e de Londrina.

Espero que na reunião das 17 horas possa receber por parte do governo a indicação de como devo agir aqui nesta Casa e espero que VV. Exas. defendam os interesses das suas microrregiões e que possamos aperfeiçoar esse projeto porque o objetivo final dele é atender essas regiões que fazem parte da COMEC.

#### O SR. ANTONIO CARLOS BELINATI

Agradeço ao Deputado Valdir Rossoni. Tivemos uma participação extremamente efetiva do Deputado Valdir Rossoni, na sua preocupação em, junto com Secretários do Governo de Estado, em procurarmos chegar a um entendimento que diz respeito a este projeto. E apenas lembrar, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que estamos vivendo um momento de descentralização no nosso país. Se observarmos a questão do trânsito, por exemplo, onde tivemos a municipalização, e que teve um grande benefício para os municípios que aderiram a este novo projeto, que o Código Nacional de Trânsito permite,

veremos o resultado efetivo dessa proposta de municipalização. Assim como temos o exemplo da SUDENE, órgão do Governo Federal, que foi criado para cuidar da seca no Nordeste mas que até, então, não tinha tido qualquer tipo de resultado porque o órgão se localizava em Brasília e os recursos, evidentemente, não alcançavam seu objetivo final.

Vejo a preocupação também do Governo em descentralizar este processo. Tanto é que foram criados os consórcios municipais de saúde geridos pelos municípios, onde a preocupação regional está acima de tudo. Então veja Deputado Líder do Governo, Valdir Rossoni, a preocupação do Governo do Estado.

Agradeço a colaboração de todos os Deputados que estão empenhados no desenvolvimento desse processo. Pediria a liberdade para o Presidente para conceder o aparte ao Deputado Edson Strapasson.

#### O Sr. Edson Strapasson

Deputado Belinati, esse projeto entrou em pauta na semana passada, voltou à CCJ em função das emendas recebidas e pedimos, na época, juntamente com V. Exa., que esse projeto fosse melhor discutido, debatido, questionado juntamente com as entidades envolvidas, os municípios da Região Metropolitana de Curitiba, Maringá, Londrina, justamente buscando o aperfeiçoamento. Evidentemente que a Lei Complementar nº 14/73, que criou as Regiões Metropolitanas no Brasil inteiro, estipulou para que cada Estado realmente legisse, complementarmente, criando as suas regiões. E em 1974 quando tivemos a criação da nossa Região Metropolitana de Curitiba, obedecemos uma regulamentação da legislação federal num regime até pouco democrático, onde se previa pouca participação no Conselho Deliberativo. Dando apenas a oportunidade aos prefeitos e representantes dos municípios e das regiões, apenas no Conselho Consultivo, que têm o poder, apenas, de sugerir e opinar. Ou seja, acredito que criar mais coordenações na Região de Londrina, Maringá sem antes rever esta legislação, até revendo o papel da COMEC nesse período de 74 até hoje. O que a COMEC influenciou na Região Metropolitana de Curitiba, buscando corrigir os erros, melhorar a legislação. Para que se criada uma nova coordenação, ela seja, de fato, uma coisa positiva para a região. Não apenas um empecilho burocrático, criado, muitas vezes, para interferir junto à gestão municipal - até na parte institucional, criando, até, prejuízos à região.

Acredito que tenhamos que rever, profundamente, porque a COMEC, através da Lei 11.027 de 94, passou a ser uma autarquia. E na verdade, não vimos nada de mais, ou seja, ela continuou muito limitada, com grandes entraves e se formos hoje avaliar perante os prefeitos da região Metropolitana de Curitiba, que temos a experiência, vamos ver que a COMEC não teve a oportunidade de repassar recursos, intervindo, positivamente, na nossa realidade.



E não vamos aqui culpar os técnicos. Acredito que temos que rever, dando a esta entidade metropolitana o seu devido peso, já que representamos aí, quase 40% da população do Estado do Paraná. Acredito: ou se cria uma entidade de fato, representativa, que tenha poder, ação para intervir junto ao meio urbano, para que ele seja melhorado e corrigidos os seus caminhos ou não adianta mais existir uma COMEC em Londrina, Maringá e até de Curitiba.

Acredito que estivemos com vários Deputados, o próprio Algaci Tulio, na questão do diagnóstico da região metropolitana e deparando com os enormes problemas que realmente enfrentamos e acredito que Londrina e Maringá sejam um caminho a ser percorrido da mesma forma, e quando chegamos exatamente naquele fator financeiro, aquele fator de dizer: temos o diagnóstico, temos o problema.

E qual é a solução? Nos deparamos com a inoperância da COMEC no sentido de ter perante o Estado uma participação definitiva no sentido de definir, local recursos para fazer frente aos problemas.

Então, se for para diagnosticar, para levantar e para sugerir, acredito que os prefeitos conheçam profundamente as suas regiões.

Então, é a oportunidade que temos hoje, de rever toda a legislação, criando de fato uma entidade metropolitana a nível de Estado do Paraná para que tenhamos condições de intervir positivamente nas Regiões Metropolitanas de Curitiba, de Londrina e Maringá.

Era isso.

#### O SR. ANTONIO CARLOS BELINATI

Agradeço, até para completar, a informação do Deputado Strapasson, lembrar a questão do aterro sanitário da Região Metropolitana de Curitiba que seria localizado no Município de Almirante Tamandaré, mas que foi contra a vontade da população, destinado um novo local, Rio Branco do Sul, a população também se voltou contra. Essa é a deliberação da COMEC.

Então, vale lembrar, Sr. Presidente, que estamos aqui defendendo os interesses regionais e se V. Exa. me permitir o último aparte que o Deputado Divanir Braz Palma teria me pedido.

#### O Sr. Divanir Braz Palma

Quero agradecer ao Presidente por ceder aparte e ao nobre Deputado Belinati, e fazer aqui um apelo para que todos os Deputados que representam as áreas metropolitanas de Curitiba, Londrina e maringá estejam hoje à tarde, junto com o Líder Rossoni, com o Secretário do Planejamento, para esmiuçarmos esse projeto. E já existe um acordo entre o Rossoni, nosso Líder, que enquanto esse projeto não estiver de acordo com os interesses de todas as regiões envolvidas, ele não virá para o Plenário, porque, realmente, queremos modernizar o Estado e não criar mais autarquias que venham entrar o progresso regional.

A preocupação da centralização é procedente e devemos ter todo esse cuidado, mas acredito, inclusive, os prefeitos das regiões que estão afetadas por essa área metropolitana, e vamos chegar a um bom-senso.

#### O SR. ANTONIO CARLOS BELINATI

Muito obrigado, Deputado Divanir Braz Palma.

Concedo um breve aparte para o Deputado Neivo Beraldin, Sr. Presidente.

#### O Sr. Beraldin

Cumprimento V. Exa. pela preocupação do assunto. E acho que o Deputado discorreu bem sobre a matéria, assim como V. Exa. E é público e notório que o grande problema das aglomerações urbanas vem acontecendo não só no Paraná, como no Brasil, como no mundo.

Então, os problemas são complexos e comuns. Acho que ao invés de criarmos uma nova autarquia para a Região Metropolitana de Londrina, Maringá e outras, poderíamos criar uma Secretaria de Estado para Assuntos Metropolitanos. Aí, sim, uma Secretaria com recursos para poder, efetivamente, planejar, ordenar o progresso que está sendo, até certo ponto, desordenado, já aqui na nossa região metropolitana e presume-se nas outras regiões vai acontecer a mesma coisa.

Então, uma Secretaria de Estado para Assuntos Metropolitanos, acho que seria muito oportuno, visto que as nossas regiões crescem, como já disse, de forma desordenada.

#### O SR. ANTONIO CARLOS BELINATI

Agradeço o aparte e encerro, Sr. Presidente, agradecendo a V. Exa., agradecendo aos demais companheiros desta Casa. E, só para encerrar, lembrar que a sua preocupação, Deputado Beraldin, é nossa, que o desenvolvimento regional esteja acima de tudo.

Mas, para esse desenvolvimento acontecer são necessários recursos e que as regiões metropolitanas não fiquem só no papel, mas propiciem um interesse da população do nosso Estado do Paraná.

Muito obrigado!

#### O SR. TIAGO AMORIM

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, caros estudantes que se fazem presentes, professores:

A minha vinda hoje a esta tribuna é motivada, com muita alegria e satisfação, uma vez que, neste primeiro ano de mandato, com nossas atitudes, nossas ações, em certas oportunidades até polêmicas, mas quero dizer a todos vocês que amanhã, na Cidade de Cascavel, estaremos realizando uma ação voltada aos interesses da classe estudantil, dos filhos do Interior do Paraná, atendendo também reivindicações de lideranças, de professores, de diretores de colégios da nossa Região de Cascavel.

E, como no primeiro mandato, nos sentimentos honrados, Sr. Deputados, em poder inaugurar amanhã, na

cidade de Cascavel, a Delegacia da Antitóxico que visa, acima de tudo, combater os malditos traficantes que estão destruindo as famílias dos filhos do Paraná e do Brasil.

Com certeza, neste nosso primeiro mandato, Sr. Presidente, e tenho a absoluta confiança que serão inúmeros na nossa carreira política, estaremos desenvolvendo outros trabalhos neste sentido, voltado para com os interesses da população do Oeste do Paraná e também do nosso Estado.

Esta Delegacia será implantada numa parceria com o Município de Cascavel e também com o Governo Jaime Lerner, para que possamos dar as respostas positivas no combate ao narcotráfico na nossa Região. Cascavel é a 5ª cidade do Estado do Paraná e precisa, com certeza, ter combate austero, rigoroso, no que diz respeito ao narcotráfico.

E, tenho absoluta confiança e certeza de que esta é mais uma das nossas ações voltadas com transparência e seriedade ao povo de Cascavel, procurando dar respostas positivas aos apelos da população em nossa trajetória na época de campanha eleitoral.

E, vejo que é desta forma que vamos conseguindo melhorar a qualidade de vida e também prestando atendimento social na área de segurança pública do Estado do Paraná.

#### O Sr. Divanir Braz Palma

Vou dar um dado bem rápido aqui, mostrando como é importante esta Delegacia Antitóxico em Cascavel.

V. Exa. está de parabéns! Estava lendo na imprensa hoje, que o mundo movimentava 350 bilhões de dólares só com drogas. Distribuídas assim: 150 bilhões com heroína, 100 bilhões com cocaína, 50 bilhões com maconha e outros 50 bilhões com LSD, êxtase e outros. Então, veja bem que fortuna e, cada trabalho deste, cada tentativa desta como V. Exa. está fazendo, é uma medida meritória para que diminuamos o consumo desta droga que estralada com a formação do jovem brasileiro.

Parabéns!

#### O SR. TIAGO AMORIM

Muito obrigado, Deputado Divanir.

E, para concluir, queremos também Deputado Valdir Rossoni, poder contar mais, cada vez mais, com o Governador Jaime Lerner, neste combate ao narcotráfico, dando condições, para que as autoridades policiais do nosso Estado possam dar respostas positivas no combate a estes malditos criminosos que continuam destruindo as famílias do Paraná e do Brasil.

Tenho certeza que esta é mais uma parcela de colaboração concreta que estamos dando no nosso trabalho, na nossa ação como legislador do Estado do Paraná.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Grande Expediente.

Com a palavra o Deputado Orlando Pessuti.

#### O SR. ORLANDO PESSUTI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, compareço à tribuna no Grande Expediente, até porque tenho mais de um assunto para discorrer, mas inicialmente para dar contas a esta Casa e farei de uma forma bastante sucinta para não cansar os Srs. Deputados e a todos os que aqui comparecem, do relatório que estamos em fase final de conclusão da viagem que fizemos representando este Poder na Itália, na semana que compreendeu os dias 16, 17, 18, 19 e 20 de novembro.

Fomos à Itália por delegação da Presidência da Assembleia Legislativa e a nossa comitiva se fez integrar também pelo Deputado Cesar Seleme, pelo médico veterinário João Batista Lopes, desta Assembleia Legislativa, também integrou a nossa comitiva o Vereador Jorge Samek, da Câmara Municipal de Curitiba, o Dr. Elói Setti, jornalista da Organização das Cooperativas do Paraná e o Dr. Simioni, funcionário da Secretaria de Estado da Agricultura.

Fomos à Itália participar do Fórum da Agricultura da região do Vêneto e da região Sul-Brasil.

Santa Catarina, Sr. Presidente, Srs. Deputados, já há algum tempo mantém intercâmbio com as províncias da região do Vêneto e já teve oportunidade, inclusive, de celebrar acordos, convênios e intercâmbios de cooperação nos mais diferentes setores, em especial no setor agropecuário. E, em função da nossa participação no Parlamento do Sul, recentemente instituído pelas Assembleias do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, em substituição ao Conselho Parlamentar do Sul, fomos também convidados a integrar a comitiva catarinense, a exemplo da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

No dia 16 de novembro chegamos à cidade de Verona, sede do Fórum da Agricultura Vêneto Sul-Brasil e fomos recepcionados pela Diretoria, pelos conselheiros do Conselho Regional do Vêneto, entidade pública de direito privado que congrega sete províncias do Norte da Itália. Logo após a recepção foi nos oferecido um jantar de boas-vindas e nós já naquele momento iniciamos a troca de informações, o diálogo, enfim, o que se fazia necessário.

No dia 17 pela manhã, na Câmara de Comércio de Verona, tivemos a oportunidade de participar da Sessão Solene de abertura, juntamente com o Presidente do Conselho Regional do Vêneto, com representantes das províncias que integram a região do Vêneto e também com o Presidente da Assembleia do Rio Grande do Sul, Santa Catarina.

Naquela oportunidade cada um de nós falou das peculiaridades que a sua região possui. Falamos do Paraná, da história econômica, da história do desenvolvimento do Estado; Santa Catarina falou do seu Estado e Rio Grande do Sul, da mesma forma.

E os representantes das províncias do Vêneto e do Conselho Regional do Vêneto falaram, evidentemente, daquilo que representava para eles e para nós a região do

Vêneto naquela sessão de instalação. Posteriormente à sessão de instalação, tivemos duas palestras falando ainda sobre o potencial da região do Vêneto, palestras estas proferidas pelo Dr. Paolo Rosso e pelo Dr. Andrea Comachio. Tivemos o almoço e na parte da tarde dois grupos se formaram para discutir assuntos ligados a seguro, tributação, assistência técnica, cooperativismo, biotecnologia. Os trabalhos foram concluídos no primeiro dia por volta das 17:00 horas. No segundo dia, dia 18 de novembro, já na quinta-feira, tivemos oportunidade de nos deslocar até a região de Padova, e na cidade denominada Lenharo fomos até a sede da agricultura do Vêneto, onde também funciona a Universidade de Pádua, com cursos na área de agronomia, veterinária e florestas. E ali mais uma vez pudemos observar o potencial do trabalho que se desenvolve na área da agricultura, da pecuária, na área de florestas, enfim, um debate bastante intenso onde nos foi mostrado todo o esforço que se faz naquela Universidade e também através dessa instituição - Agricultura do Vêneto - que é mantida evidentemente pelo Conselho Regional do Vêneto, todo o esforço que se faz no aprimoramento dos produtos oriários dessa região do Vêneto.

Na área da biotecnologia de alimentos um trabalho realmente bastante avançado. Já temos muitas coisas que no Brasil, no Paraná, se faz evidentemente na área de biotecnologia de alimentos, mas o que lá pudemos observar, e que depois daremos conhecimento individualizado a cada um dos Senhores Deputados, um relatório completo faremos chegar a cada um dos senhores, vamos procurar demonstrar realmente os avanços que esta Região Norte da Itália vem obtendo nesta área da biotecnologia de alimentos, a ponto de terem eles o capricho de já terem separado 84 sepas bacterianas, tendo inclusive já desenvolvido o processo de liofilização para com essas sepas bacterianas, originárias do próprio Vêneto, dar aos produtos alimentares ali produzidos um sabor característico, uma qualidade específica da Região Norte do Vêneto. Isso realmente nos chamou a atenção, além evidentemente, de todo esse trabalho de formação profissional que a Universidade de Pádua promove aos seus acadêmicos na área de agronomia, na área de veterinária e na área de florestas. Pesquisas na área de florestas com vistas à exploração da celulose, ou com vistas também à exploração da madeira foi muito percorrido, e alguma coisa disso poderemos captar.

Depois dessa visita à agricultura do Vêneto, que é a Universidade de Pádua, nos deslocamos no final da tarde para a Cidade de Veneza, onde tivemos a oportunidade de participar de uma reunião com os principais conselheiros do Conselho Regional do Vêneto. Lá estavam representantes da Província de Beluno, representantes da Província do Treviso, de Vithensa, da Província de Rovigo, da Província de Veneza e da Província de Verona, que são as sete Províncias que integram a região do Vêneto que visitamos. Debates com eles diversos assuntos, diversas possibilidades de intercâmbio sócio-

econômico, cultural, intercâmbio na área da agropecuária; e também aproveitamos para discorrer um pouco sobre a questão política eleitoral, a configuração eleitoral, a configuração da distribuição dos municípios como é. E na Itália evidentemente muito diferente daquilo que se faz no Brasil, lá para se ter uma idéia: um país como a Itália, que é um pouco maior do que o Paraná e Santa Catarina somados, a Itália possui 8.500 municípios, lá chamado de comuna, comunidade, e evidentemente possui um número também bastante grande de Deputados Estaduais, Deputados Federais, de Senadores; coisa que muitas vezes aqui em nosso meio, no Brasil, é criticado quando se fala que o Brasil com o tamanho que tem, possui 513 Deputados Federais, lá eles possuem, se não me falha a memória agora, mas ao redor de 850, entre Deputados Federais e Senadores, que possui a Itália uma área geográfica superior apenas em alguns quilômetros quadrados, ao Paraná e Santa Catarina. E todos, evidentemente, remunerados, tanto os conselheiros municipais, que são os vereadores, como os deputados provinciais, como os deputados regionais, como os deputados nacionais e os senadores.

O regime é parlamentarista, mas caminha para um avanço na direção do presidencialismo. Nas províncias que compõem a Itália, sete delas com legislação, com estatutos, como eles chamam, diferenciados, especiais, portanto não são homogêneas também, naquele país, as constituições, vamos dizer assim, os estatutos municipais.

No dia 19, sexta-feira, tivemos a oportunidade de visitar propriedades rurais. Fomos conhecer um confinamento de bovinos, um trabalho que se desenvolve na área do plantio de arroz irrigado, e o trabalho que se faz no plantio e na transformação da uva em vinho de alta qualidade, como sabemos ser o vinho italiano.

Na questão do confinamento de animais, devo dizer, aos Senhores Deputados que nós, paranaenses e brasileiros não perdemos muito para eles. E até diria que, em alguns aspectos, estamos na frente. Eles enfrentam alguns problemas, adversos, já que, na Itália, principalmente nesta região, o clima, durante 8 meses do ano, se apresenta bastante frio, havendo a necessidade, inclusive, da existência de calefação nos estábulos onde se confinam os animais.

Os animais, na sua grande maioria, são animais adquiridos da França, raça *limosains* e *blue dactane*, ou então animais adquiridos da Polônia que eles chamam *polaqui*, que, na nossa avaliação pessoal, do Deputado Seleme, do Dr. João Batista Lopes, nada mais é do que o holandês, preto e branco.

Então na questão do confinamento de animais, na questão da pecuária, o Paraná tem muito que oferecer. Inclusive quando dissemos ao Dr. Alberto De Tone, que foi quem nos acompanhou durante todo este período, já que ele é conselheiro do Conselho Estadual do Vêneto, Presidente da Comissão de Agricultura, deste Conselho, que no Paraná temos vacas campeãs, que produzem

acima de 60 litros de leite num único dia, eles ficaram um pouco assustados, e acharam que esta nossa vaca era um pouco exagerada. Quando sabemos que hoje, não só no Paraná mas no Brasil, são dezenas, centenas, milhares de vacas que já ultrapassam a barreira dos 60 litros de leite, produzidos, num só dia.

O que nos deixou impressionados foi a questão da organização deles. Este confinamento é mantido por 20 produtores, é uma cooperativa, que tem a sua área específica para o plantio da alimentação, para fazer a silagem. Depois de terminado o período do confinamento, estes animais são destinados a uma outra cooperativa de pessoas que se dedicam ao abate e à industrialização da carne. Quer dizer, 20 produtores se organizam para produzir os animais, têm o lugar específico para o confinamento, os profissionais da área técnica, para cuidar, e os 20 produtores que entram com o capital e com a terra, para produzir a silagem. Depois vão para uma outra cooperativa, que se dedica ao abate e em algumas ocasiões uma outra cooperativa de empresários que se dedicam à comercialização, junto à rede de supermercados ou de açougues, que fazem a comercialização, direta, ao consumidor.

Na questão do arroz também demonstraram uma organização muito grande. Onze produtores produzindo arroz, montaram o seu equipamento de beneficiamento e empacotamento. O arroz sai da propriedade rural empacotado à vácuo numa embalagem tão bonita, quanto a embalagem dos chocolates suíços que estamos acostumados a encontrar por aí, da Garoto, da Lacta, que virá para o Estado do Paraná.

Agora o que mais nos impressiona, e o Deputado Divanir Braz Palma, o Deputado Basílio Zanusso, que recentemente integraram a comitiva da FAEP aos Estados Unidos e lá puderam debater isso, o que mais impressiona, na comunidade européia, aqueles que leram os jornais hoje à respeito da rodada de negociações, que se desenvolvem em Seattle, nos Estados Unidos, é o subsídio, é a proteção que se dá ao setor produtivo rural também na Itália. No caso esses produtores de arroz, dessa Cooperativa, um investimento de três milhões de dólares, um milhão colocado pelos produtores, um milhão de dólares pelo Conselho Regional de Vêneto, com juros de 4% ao ano. E um milhão de dólares, portanto, um terço do desenvolvimento a fundo perdido, doado pela Comunidade Econômica Européia. No caso do milho, para os senhores terem uma idéia, para cada hectare de milho plantado, o produtor recebe oitocentos dólares de subsídios. Significa que por alqueire, o produtor receberia em torno de quatro mil reais. Se formos transferir isso para a nossa situação, teríamos que ter num alqueire de terras, a produção de quatrocentos sacas de milho para serem vendidos a dez reais e atingirem os quatro mil reais que recebem a fundo perdido, a título de subsídio na questão do milho.

Não é diferente com o vinho, com os animais, não é diferente com a beterraba, não é diferente com qualquer outro produto agropecuário que lá se produz.

Então dessa viagem pudemos observar isso, à tarde fomos a região de FUMANE, onde está situada a Cooperativa que controla a produção do vinho *Valpolicella*. E lá pudemos observar que o sistema funciona mais ou menos parecido. Investimentos pesados, investimentos firmes no setor produtivo rural, no setor de transformação. Mas todos eles com largos e amplos subsídios do Governo, ou melhor, do Conselho Regional de Vêneto e da Comunidade Européia. E no dia 20, no sábado, a sessão de encerramento mais se prestou a uma avaliação de tudo o que tinha acontecido, e evidentemente a troca de agradecimentos e gentilezas e o convite que formalizamos para que as lideranças produtivas rural do Vêneto possam vir ao Paraná e já formalizamos um convite a eles para que possam estar presentes no mês de abril na Cidade de Londrina, quando vamos ter a feira agropecuária promovida pela Sociedade Rural.

Então esse é um relato sucinto.

### O Sr. Algaci Tulio

Quero dizer da satisfação de poder apartear-lo, muito embora entristecidos estejamos ambos no dia de hoje pela derrota do nosso Palmeiras, infelizmente não pudemos trazer o título de Tóquio.

Mas dizer que, ouvindo V. Exa. falar sobre a viagem da Itália, nos traz grandes recordações, quando lá também estivemos visitando a região dos nossos ascendentes. E vendo realmente a pujança, muito embora num país pequeno, está incutido numa espécie de uma bota, tem toda essa produtividade, tem toda essa produção extraordinária e que serve de exemplo para todos nós.

Vossa Excelência como homem da agricultura, traz sem dúvida alguma grandes subsídios para esta Casa que precisa também ver esses exemplos de outros países, para que possamos, quem sabe, num futuro bem próximo, aplicar aqui, essas mudanças, essas alterações dentro do setor agropecuário. Quero cumprimentá-lo nesse sentido e dizer que ouvindo V. Exa., me dá saudades da macarronada, daquele café bem suculento que a gente tomou lá na Itália. Tenho certeza, que V. Exa. fez tudo isso em nome da nossa Assembléia também.

### O SR. ORLANDO PESSUTI

Tenha certeza Deputado Algaci Tulio, e devo dizer a V. Exa., que oportunamente se for o caso debateremos nessa Casa outros temas que lá evidentemente discutimos. Mas individualmente poderemos conversar a respeito da política de relacionamento Norte/Sul que tem na Itália. As dificuldades que eles ainda têm de assimilar essa unidade da Itália com a Região Sul, mais pobre, mais violenta do que a Região Norte, mais rica e menos violenta. O índice de desemprego lá, não atinge sequer os 3%. O Sistema Previdenciário, o Sistema de Saúde que eles adotam, também coisa que estamos longe, a questão, Senhor Presidente, poderemos na sequência conversarmos a respeito, a questão da política de recursos hídricos, da utilização da água, tanto no perímetro urbano como no

meio rural, a questão dos pedágios que aqui temos que conversar, lá tem uma sistemática bastante interessante de auto-estrada pedagiada e de rodovias estaduais não pedagiadas.

Então diversos são os aspectos que poderemos conversar. Já está ajustada a vinda desta comitiva para o mês de junho e julho do ano que vem, quando irão visitar o Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Independente desta programação tomamos a liberdade de convidar o Dr. Alberto Dedoni, que é engenheiro agrônomo e Presidente da Comissão de Agricultura que possivelmente será o próximo Presidente do Conselho Nacional do Vêneto, para a Exposição Feira Agropecuária de Londrina para que possa avaliar todo esse potencial agropecuário, agroindustrial que temos em nosso Estado. Principalmente, ver esse potencial e essa convivência que temos com os animais da raça européia e os da raça indiana que para eles é tido quase como desconhecido, pois eles privilegiam ao extremo os animais da raça européia. Diferente de nós que temos, em algumas regiões, uma preferência exclusiva para os Zebuínos oriundos da Índia, em outras regiões temos a preferência majoritária para os bovinos de raça européia; em outras, o cruzamento. Eles querem conhecer esta sistemática, ver a evolução e o potencial dos mestiços oriundos desse cruzamento de zebuínos com europeus.

Encerro agradecendo mais uma vez a oportunidade que nos deu o Presidente desta Casa, ao Cesar Seleme, ao João Batista Lopes e aos demais, de integrarmos esta comitiva do PARLASUL.

Quando falo do PARLASUL não posso deixar de falar do importante evento que teremos amanhã. Fruto também desta convivência que estamos estabelecendo. Fruto deste reavivamento da nossa entidade - União Nacional dos Legislativos Estaduais, que é a homenagem que receberá o saudoso Presidente desta Casa, Anibal Khury, na Assembléia de Santa Catarina. Em função dessa amizade, do relacionamento, em função deste Parlamento do Sul que está aí a vicejar no nosso meio, a Assembléia de Santa Catarina decidiu homenagear o Deputado Anibal Khury. Uma proposta do Deputado Rodrigo Mendonça que, para nossa satisfação é irmão do Dante Mendonça chargista do Jornal "O Estado do Paraná". Decidiu ele homenagear o Deputado Anibal Khury que nasceu em Porto União - Santa Catarina, mas que foi politicamente o paranaense, deste século, mais destacado na política do nosso Estado.

Então, quem puder estar lá, estaremos na condição de 1º vice-Presidente da UNALE, representando o nosso Presidente Miguel Martini, para que a nossa entidade UNALE possa se fazer presente nesta importante homenagem.

Também falando em PARLASUL, esse trabalho não pára. Tivemos a oportunidade de conversar com o Presidente Nelson Justus, com o vice-Presidente Caíto Quintana, anunciar a eles que a próxima reunião do PARLASUL dentro dessa integração que já acontece nos

Estados do Sul, mas que é buscada também com as províncias do Norte da Argentina, a próxima reunião do PARLASUL acontecerá no dia 9 de dezembro, em Buenos Aires, antecedendo a posse do Presidente Fernando de La Rúa.

O PARLASUL vai a Buenos Aires, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e, lá estabelecerá um intercâmbio, um acordo de relacionamento e de trabalho conjunto, com o parlamento que constitui naquela região CRECINEIA, envolvendo as províncias de Santa Fé, Entre Rios, Corrientes, Formosa, Chaco e Misiones.

Então no dia 9 de dezembro, em Buenos Aires, reunião do PARLASUL, do CRECINEIA e, evidentemente a participação dos nossos Estados, também na posse do Presidente Fernando de La Rúa.

Saindo do MERCOSUL e vindo para dentro do Estado do Paraná. Foi por isso que pedi o Grande Expediente, para ter tempo de falar.

Quero aqui em meu nome, tenho certeza em nome dos demais Deputados do PMDB, rechaçar uma posição adotada pelo nosso eminente companheiro ex-Deputado, hoje Procurador Geral do Estado, Joel Coimbra.

Coimbra apóia promotor e critica o PMDB.

Não posso evidentemente me calar na condição de Líder do PMDB, quando um ex-Parlamentar, hoje Procurador Geral do Estado ao fazer a defesa de um trabalho brilhante que vem desenvolvendo o Promotor Público de Maringá, Senhor Edson Aparecido Cemensati, no que diz respeito ao combate aos desmanches, o combate a todos aqueles que estão a envergonhar o Estado do Paraná.

Maringá, segundo algumas lideranças de lá que nos procuram seguidamente, têm informado que Maringá está se transformando na capital de desmanche de automóveis. Embora a Polícia Civil, a Polícia Militar alguma coisa tenham feito neste governo e em governos anteriores, este movimento, este segmento dos desmanches segundo estas pessoas, vem crescendo, a ponto de hoje ser denunciado a existência, lá de em torno de 40 desmanches.

O Promotor Edson Aparecido Cemensati com outros promotores têm de tomar medidas corretas no sentido de que isto seja esclarecido, que seja apurado. Num determinado momento a nossa pessoa e os nossos companheiros de PMDB de Maringá, manifestaram a solidariedade a este promotor. Mas, não sei, parece que toda a vez que manifestamos solidariedade a um promotor, seja na Assembléia ou em algum lugar, tem pessoas que se incomodam, ficam nervosas, como foi o caso do Procurador Geral do Estado do Paraná, Joel Coimbra, que disse em algum ponto da sua entrevista dizendo que: "Não adianta agora o Pessuti ou os peemedebistas quererem pegar carona no trabalho do promotor, porque ao longo de toda a história, eles que já foram governo, foram coniventes com esta situação dos desmanches de Maringá".

Quero dizer ao Procurador Geral do Estado, Joel Coimbra, eminente Promotor Público do Paraná, que nunca na minha vida fui conivente com esse tipo de cri-

minalidade, que nunca na minha vida soube que qualquer companheiro nosso da Bancada do PMDB, tenha sido conivente com a existência dessas oficinas dedicadas ao desmanche de veículos na Cidade de Maringá.

Quero cumprimentar sim, a todos aqueles que estão lutando para que isso desapareça da face da Cidade de Maringá, que é sem sombra de dúvida uma notícia que mancha a nossa querida "Cidade Canção".

Quero cumprimentar, sim, o Promotor Público Edson Cemensati e, lamentar que o Procurador Geral do Estado Joel Coimbra, na defesa de seu ponto de vista e do seu trabalho não teve a tranquilidade suficiente para colocar as suas palavras. Muito pelo contrário, na emoção veio a criticar o nosso Partido PMDB e nos colocar como coniventes de uma coisa que somos totalmente contrários, que são os desmanches de veículos.

Concedo o aparte ao Deputado Divanir Braz Palma.

#### O Sr. Divanir Braz Palma

Deputado Pessuti, vejo com propriedade a sua preocupação com relação aos desmanches de Maringá e devo dizer que é a preocupação de todas as autoridades constituídas daquela cidade. Hoje falando com o chefe de Arrecadação do Estado do Paraná, ele nos dizia que a maior preocupação é identificar essas empresas e eu dizia que uma operação das Delegacias de Receita Estadual, através dos seus fiscais a essas empresas, todas elas são identificáveis. É preferível fazer isso em primeiro lugar do que levar à execração pública com imprensa, com policiais, empresas, muitas delas que estão no desmanche, mas não estão; estão legalmente constituídas, certo? É preciso que se tome muito cuidado porque o objetivo do governo é arrecadar dentro do estado de direito. Agora, esses desmanches estão emperrados por todo o Brasil.

#### O SR. ORLANDO PESSUTI

Com certeza!

#### O Sr. Divanir Braz Palma

Tanto é que há queda na produção de peças novas, de firmas de revenda de peças especializadas, de retificadoras. Foi o caso de uma denúncia que teve em Maringá. Uma retificadora deu um orçamento de novecentos reais para retificar um motor de um caminhão Diesel e depois a pessoa comprou um motor, 0 km, por quinhentos reais. As retificadoras, as revendedoras de peças estão sofrendo no país inteiro, esse crime paralelo que existe no desmanche.

Vejo que V. Exa. colocou com propriedade e a sua preocupação é a preocupação nossa lá de Maringá, e Curitiba e todo o Paraná precisam ficar de olho nessa atividade ilícita.

#### O SR. ORLANDO PESSUTI

Agradeço a V. Exa. pela oportunidade do aparte ao nosso pronunciamento e dizer que apoiamos todas autori-

dades, sejam policiais, civis, religiosas, da comunidade que estejam empenhados em normalizar a situação em Maringá no que diz respeito a essa questão dos desmanches que estão espalhados por todo o Paraná e Brasil. Que bom se pudermos chegar ao final, sem este malefício que é a existência do desmanche que contraria todos os princípios de legalidade.

Agradeço ao Presidente pela tolerância, e aos Deputados, pela audiência.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

No Horário do PMDB, concedo a palavra ao Deputado Waldyr Pugliesi.

#### O SR. WALDYR PUGLIESI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Começo falando onde terminou o líder do meu partido. Terminou o Deputado Pessuti falando a respeito do desmanche de carros. Mais importante que o desmanche dos carros é o desmanche do patrimônio público brasileiro.

É o desmanche da TELEBRÁS, da Siderúrgica Nacional, da COPEL, da SANEPAR, do BANESTADO. É um desmanche geral que está em ação aqui no país e nesta Casa, inclusive, e quero fazer uma crítica generalizada inclusive a mim. Não estamos indo à raiz dos problemas. Não posso me calar em relação às coisas que aconteceram aqui, ao lado da Assembléia Legislativa nesses últimos dias. Porque, Srs. Deputados, o inimigo mortal do homem é a miséria. O estado de direito, que é consectário da igualdade, não pode conviver com um estado de miséria do que os miseráveis é a sociedade que não acaba com a miséria. Olha, vi no rosto de vários Parlamentares que, de minha parte, tem o maior respeito, mas se alegraram com a saída de 300 cidadãos brasileiros que foram jogados à miséria por causa, inclusive, e, principalmente, da política aplicada pela classe dominante do Brasil.

Ontem eram os servidores que estavam ali. Se esta assembléia ficar mouca às reivindicações que fazem, não me surpreenderei daqui a pouco, com os ervateiros engrossando as fileiras dos membros do MST.

Imaginem V. Exas., um jogo como o jornal relatou, um jogo, Corinthians e São Paulo, 40 mil torcedores fanatizados, cegos pela paixão clubística. Presença da Polícia Militar de São Paulo, 500 policiais para controlar essa verdadeira multidão.

E aqui, na Cidade Sorriso, no paraíso universal, 700, mais do que os 500 do jogo São Paulo e Corinthians, para desalojarem 300 membros do MST: sem casa, sem rumo, sem um tostão furado, sem comida, sem amanhã, o sol longe, partindo cada vez mais para longe, quando deveria bater no rosto deles.

Me lembro, Sr. Presidente, falei desta tribuna num dia que estava se fazendo milhares de promessas às galerias que estavam aí. Era o problema salarial dos profes-



sores que seria resolvido no outro dia. E falei “Nós, Deputados, no fim da tarde deveríamos todos nos dirigirmos ao acampamento dos sem-terra e veríamos que no fundo dos olhos de todos eles, arde, feroz, a esperança”. E a esperança, Srs. Deputados, a esperança vai sendo colocada cada vez mais distante desses milhões de brasileiros.

Conto até uma ironia que se faz ao Governo Brasileiro também me reportando ao pronunciamento do Pesutti: Fernando De la Rúa - Presidente da Argentina. E o vosso Presidente, quem é? É o Fernando De lá Miséria: 30 milhões de analfabetos, milhões sem casa, milhões e milhões sem terra. A ditadura batendo neste país sob forma diferenciada. Não é a prepotência hoje das armas, mas está aqui nos jornais. A Assembléia Legislativa do Paraná, o iniciadouro de cerco do Palácio. “Cerco por quê? Da população que está atrás dos seus direitos? Não! Querem fazer um poço mais profundo ainda do que esse que já existe entre o Palácio Iguaçu e a população do Paraná. Não me surpreenderei se, daqui a pouco, fizermos esses fossos para que ninguém possa ter a petulância de, na beira do século XXI, se colocar contra esses semideuses que tomaram conta aqui do Paraná, são os donos de tudo, estão com a verdade, não admitem que meia-dúzia de miseráveis batam as panelas, muitas vezes vazias, na praça pública. Como é que as minorias, muitas vezes desorganizadas, vão se manifestar diante da violência, da prepotência a que estamos submetidos?”

Ora, vi a lamentação da Bancada Governista, gastamos mais de 40 mil reais por mês com o MST, quarenta mil reais, quinhentos mil. Quanto de dinheiro foi dado para o PROER? Quanto é que se desviou aqui dentro do BANESTADO? O Prefeito que está lamentando que gastou meia-dúzia de tostões. Todos os dias, praticamente, e em todos os jornais estampam matérias sobre o paraíso curitibano. Quanto custa isso? Abdo Kudri está perguntando. Quero saber quanto é que o Governo gastou com propaganda e com publicidade. O Maza, todas as semanas, na Folha de Londrina, pergunta: e os gastos que fizeram com a publicidade? Será, Srs. Deputados, que se não tivessem feito os Jogos Mundiais da Natureza, vejam bem a pretensão, será que não teria sobrado dinheiro para se adquirir terra para dar a essas pessoas que estão sem rumo, que só sabem viver da terra, que precisam da terra para dela extrair o sustento da sua família?

Senhores, vou ler aqui, para deixar bem, claro, um artigo escrito pelo teatrólogo Adriano Suassuna, que entre outras obras, produziu uma pequena obra-prima, o Alto da Compadecida.

(Lê):

#### “ESQUERDA E DIREITA

Adriano Suassuna

Não concordo com a afirmação, hoje muito comum, de que não mais existem esquerda e direita. Acho até que quem diz isso normalmente é de direita.

Talvez eu pense assim porque mantenho, ainda hoje, uma visão religiosa do mundo e do homem, visão

que, muito moço, alguns mestres me ajudaram a encontrar. Entre eles, talvez os mais importantes tenham sido Dostoiévski e aquela grande mulher que foi Santa Tereza de Ávila.

Como consequências, também minha visão política tem substrato religioso. Olhando para o futuro, acredito que enquanto houver um desvalido, enquanto perdurar a injustiça com os infortunados de qualquer natureza, teremos que pensar e repensar a história em termos de esquerda e direita.

Temos também que olhar para trás e constatar que Herodes e Pilatos eram de direita, enquanto o Cristo e São João Batista eram de esquerda, Judas inicialmente era da esquerda. Traiu e passou para o outro lado: o de Barrabás, aquele criminoso que, com apoio da direita e do povo por ela enganado, na primeira grande “assembléia geral” da história moderna, ganhou contra o Cristo uma eleição decisiva.

De esquerda eram também os apóstolos que estabeleceram a primeira comunidade cristã, em bases muito parecidas com as do pré-socialismo organizado em Canudos por Antônio Conselheiro. Para demonstrar isso, basta comparar o texto de São Lucas, nos “Atos dos Apóstolos”, com o de Euclides da Cunha em “Os Sertões”. Escreve o primeiro: “Ninguém considerava exclusivamente seu o que possuía, mas tudo entre eles era comum. Não havia entre necessitado algum. Os que possuíam terras e casas, vendiam-nas, traziam os valores das vendas e os depunham aos pés dos apóstolos. Distribuía-se, então, a cada um, segundo a sua necessidade”. Afirma o segundo, sobre o pré-socialismo dos seguidores de Antônio Conselheiro: “A propriedade tornou-se-lhes uma forma exagerada do coletivismo tribal dos beduínos: apropriado pessoal apenas de objetivos móveis e das casas, comunidade absoluta da terra, das pastagens, dos rebanhos e dos escassos produtos das culturas, cujos donos recebiam exígua quota parte, revertendo o resto para a companhia” (isto é, para a comunidade).

Concluo recordando que, no Brasil atual, outra maneira fácil de manter clara a distinção é a seguinte: quem é de esquerda, luta para manter a soberania nacional e é socialista; quem é de direita, é entreguista e capitalista. Quem, na sua visão do social, coloca a ênfase na justiça, é de esquerda. Quem a coloca na eficácia e no lucro, é de direita”.

Este é o artigo de Adriano Suassuna.

Não posso me conformar, Sr. Presidente, que se alegrem membros da sociedade brasileira, quando os elementos do Sem-Terra são colocados dentro de ônibus, que poderiam ser o “frescão” não, “frescão” é lá do Rio de Janeiro e não me atreveria a dar este nome aqui no Paraná.

Quando se coloca dentro dos ônibus estes deserdados da sociedade e se joga-os como se fossem animais à beira das estradas, invocando para isso o poderio da classe dominante. Elas podem tudo, são capazes de tudo,



não têm solidariedade, se alegram quando deveriam lamentar; deveriam lamentar que estas coisas existem ainda no Estado brasileiro.

Ainda mais aqui no Estado do Paraná! Um Estado que tem a totalidade das suas terras propícias à agricultura. Bastaria, sim, um pouco de boa vontade, coragem a quem governa, para resolver definitivamente este problema e não colocá-lo, como sempre estão colocando, num confronto, que no meu entendimento vai acabar se radicalizando, porque aqueles que levam a bofetada no rosto não esquecem que apanharam. Estamos propondo sempre o diálogo na mesa entre pessoas que não cheguem com o radicalismo, muitas vezes, contra os pobres, contra aqueles que não têm nada.

Esta Nação deveria se envergonhar da sua situação social, que é das piores do mundo e o dia de amanhã vai chegar mas se continuar desta maneira o amanhã não chega nunca e não teremos paz, pelo menos os homens de bem. Acredito que todos os Srs. Deputados assim o são e querem a solução, mas, é preciso que façamos algo de concreto.

Ví estampado no rosto do Governador, sentado ao lado do Senador Suplicy, uma face contrita, pesada, de mal-estar, tendo que discutir com dignitários da Igreja e representantes inclusive desta Assembléia, tão bem representada por Vossa Excelência.

É preciso que se faça algo de mais profundo! Qual é a causa? Aqui está se falando desta Curitiba que hoje tem quantos mil desempregados? Estão aqui em Curitiba? Um milhão e oitocentos mil desempregados em São Paulo, trezentos e sessenta e quatro mil na capital da Bahia, duzentos e tantos mil em Recife e, nós aqui vamos festejar porque a prepotência do estado neo-liberal, capitalista, sem alma e sem coração, botou trezentos cidadãos brasileiros, meus irmãos, dentro de ônibus e os jogou para fora não venham sujar a nossa capital, ela é muito bonita, ela é a Cidade Sorriso.

Enquanto isto a criminalidade está aí. Mil roubos de carros por mês, assaltos em todos os cantos, milhares de assaltos dentro dos ônibus e nós estamos aqui concentrando a propriedade, concentrando a renda, e achando que estamos caminhando para uma solução de paz.

As minhas afirmações, no meu entendimento, são irrespondíveis, porque elas estão baseadas nos fatos e contra os fatos. Contra o concreto, não existe argumento nenhum que possa contraditá-los.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Continua o Horário das Lideranças: PFL, PT, PDT.  
(Declinam)

Liderança da Oposição.

Com a palavra, Deputado Edgar Bueno.

O SR. EDGAR BUENO

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Uso este espaço para reforçar esta questão do desmanche no Paraná. O

desmanche no Paraná está impregnado em todas as cidades, meu caro Deputado Divanir Braz Palma. E quem é responsável pela segurança deste Estado? Quem são os responsáveis? Quem governa este Estado? Está em Maringá, está em Cascavel, Foz do Iguaçu, Ponta Grossa, enfim, está em todas as cidades do Paraná.

Há uns vinte dias atrás um cidadão de Curitiba bateu o seu carro da marca Audi e foi na concessionária fazer um orçamento. Este orçamento lhe foi apresentado por 11 mil e oitocentos reais. Ele foi para os picaretas e conseguiu fazer este mesmo serviço por cinco mil e duzentos reais. E este cidadão irresponsável não sabe de quem é a responsabilidade e ainda saiu taxando um empresário estabelecido, que dá emprego, que paga impostos e é taxado de ladrão! Bonzinho é aquele empresário corrupto que recebe estes equipamentos de carros roubados dos desmanches que existem em cada município deste Estado.

Então, quero fazer um apelo aqui para que todos os senhores olhem com muita atenção, porque o mal está superando o bem. Aqueles que desmancham, além de obter grandes lucros, ainda taxam aqueles empresários honestos de ladrões.

Mas quero falar também, Sr. Presidente, do IPVA e começar dizendo que este Governo é rápido no gatilho e demonstrou na última sexta-feira quando tirou os sem-terra aqui da praça do Centro Cívico. Mas, muito mais rápido que no gatilho, é muito mais rápido para colocar a mão no bolso do povo do Paraná. Antecipa recursos do Estado e arrecadação do Estado a cada momento. Antecipa o ICMS da COPEL, da TELEPAR e de grandes empresas, antecipa também os royalties, e também o BNDS...

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, só uma Questão de Ordem.

O SR. EDGAR BUENO

Sr. Presidente, gostaria que o senhor me assegurasse a palavra porque não concedi aparte a ninguém e estou sendo atrapalhado neste momento para concluir o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Com a palavra, Pela Ordem, o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, para dizer que estou ouvindo atentamente o Deputado Líder das Oposições, só gostaria de ressaltar aos Deputados que teremos Sessão às 18 horas, com assuntos importantes a serem votados.

Só estou ressaltando porque tem alguns Parlamentares se ausentando do Plenário neste momento.

Desculpe-me, Deputado, ilustre Parlamentar, por tê-lo interrompido. Prometo a Vossa Excelência que ouvirei com atenção o seu pronunciamento.

**O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)**

Antes que o Deputado Edgar Bueno continue o seu pronunciamento, quero dizer que vou ter que me ausentar. Como a pauta hoje é razoavelmente tranqüila de ser votada nesse período, estou me dirigindo à Sala das Comissões, porque a Comissão Especial de Investigação recebe agora o Delegado Adalto, responsável por esse setor de investigações do crime do narcotráfico no Estado do Paraná.

Então, gostaria de convocar os membros da Comissão para que se dirigissem à Comissão Especial na Sala das Comissões, porque já estamos um pouco atrasados.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)**

Só quero orientar ao Plenário que o primeiro item da pauta a ser votado hoje é uma emenda constitucional, dependendo de 33 votos favoráveis. Me parece que um dos assuntos mais importantes dessa Casa é exatamente encerrar essa questão antes do final do ano legislativo.

**O SR. EDGAR BUENO**

Continuando, Senhor Presidente. Tecnicamente, o Líder do Governo tenta tirar o meu raciocínio de um assunto tão importante que é a antecipação da cobrança do IPVA que o Governo tenta trazer como mensagem para esta Casa, e todos devemos nos manifestar. A população, as organizações, as entidades já se manifestaram, e tenho certeza absoluta, para todos os Parlamentares, das emendas que devemos apresentar nesta Casa, não permitir que o governo cometa mais este abuso com a população do Paraná.

Temos essas antecipações, que quero crer aqui, Senhores Deputados, que esta é uma antecipação para pagar o 13º, o Governo do Estado do Paraná está raspando o caixa, está buscando empréstimos para poder cumprir com a folha de pagamento e o 13º. E tenho certeza absoluta que muitos desses empréstimos o Governo vai tentar pagar e cobrir a partir de janeiro com a antecipação do IPVA. As estradas do Paraná estão bem cuidadas? Não estão, nem as privatizadas. E a população é penalizada com o pagamento do pedágio, e infelizmente as outras demais estradas do Paraná estão simplesmente abandonadas. E o Governo do Paraná, que deveria usar esse dinheiro do IPVA para arrumar as estradas do Paraná, dar mais segurança para a população do Paraná, quer esse dinheiro para poder pagar folha de pagamento e 13º. Isso é fruto da desorganização do caixa do Governo do Estado do Paraná.

Para não me alongar, Senhor Presidente, vou encerrar aqui, até para colaborar com os Deputados que têm outras votações importantes.

**O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)**

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Fernando da Silva Litro, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Senhor Deputado Ricardo Maia, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Sra. Deputada Serafina Carrilho, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Senhor Deputado Ademir Bier, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em nº de 02 (dois) de autoria do Senhor Deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da ordem do dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

**ITEM 01**

1ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 029/99, proposta de emenda alterando a Constituição do Estado do Paraná. **COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO. COM SUBSTITUTIVO GERAL.**

# **SUBSTITUTIVO GERAL DA COMISSÃO 22/11/99**

## **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ**

### **PREÂMBULO**

Nós, representantes do povo paranaense, reunidos em Assembleia Constituinte para instituir o ordenamento básico do Estado, em consonância com os fundamentos, objetivos e princípios expressos na Constituição Federativa do Brasil, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição do Estado do Paraná.

### **TÍTULO I DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO E DOS MUNICÍPIOS**

#### **Capítulo I**

#### **Da Organização do Estado**

#### **Seção I**

#### **Disposições Preliminares**

Art. 1º - O Estado do Paraná, integrado de forma indissolúvel à República Federativa do Brasil, proclama e assegura o Estado democrático, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais, do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político e tem por princípios e objetivos:

I - o respeito à unidade da Federação, a esta Constituição, à Constituição Federal e à inviolabilidade dos direitos e garantias fundamentais por ela estabelecidos;

II - a defesa dos direitos humanos;

III - a defesa, a igualdade e o consequente combate a qualquer forma de discriminação;

IV - a garantia da aplicação da justiça, devendo prover diretamente o custeio da gratuidade processual aos reconhecidamente pobres, nos termos da lei;

V - a busca permanente do desenvolvimento e da justiça social;

VI - a prestação eficiente dos serviços públicos, garantida a modicidade das tarifas;

VII - o respeito incondicional à moralidade e à probidade administrativas;

VIII - a colaboração e a cooperação com os demais entes que integram a Federação;

IX - a defesa do meio ambiente e da qualidade de vida.

Art. 2º - A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, nos termos desta Constituição e da lei, e mediante:

I - plebiscito;

II - referendo;

III - iniciativa popular.

Art. 3º - É mantida a integridade territorial do Estado, que só poderá ser alterada mediante aprovação de sua população, por meio de plebiscito, e por lei complementar federal.

Art. 4º - A organização político-administrativa do Estado compreende os Municípios, regidos por leis orgânicas próprias, observados os princípios da Constituição Federal e desta.

Art. 5º - A cidade de Curitiba é a Capital do Estado e nela os Poderes têm sua sede.

Parágrafo Único - A Capital somente poderá ser mudada mediante lei complementar e após consulta plebiscitária.

Art. 6º - O Estado adota como símbolos, além dos nacionais, a Bandeira, o Hino, o Brasão de Armas e o Sínete.

Art. 7º - São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Parágrafo Único - Salvo as exceções previstas nesta Constituição, é vedado a qualquer dos poderes delegar atribuições, sendo que quem for investido na função de um deles não poderá exercer a de outro.

Art. 8º - Incluem-se entre os bens do Estado:

I - as áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, que estiverem em seu domínio, excluídas aquelas sob o domínio da União, dos Municípios ou de terceiros;

II - as ilhas fluviais e lacustres e as terras devolutas situadas em seu território, não pertencentes à União;

III - as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósitos, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União;

IV - os rendimentos decorrentes das atividades e serviços de sua competência e da exploração dos bens móveis e imóveis de seu domínio.

Art. 9º - Cabe ao Estado explorar, diretamente ou mediante concessão, a ser outorgada após licitação pública, os serviços locais de gás canalizado, na forma da Lei.

Art. 10 - Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo Único - A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembleia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social.

## Seção II

### Da Competência do Estado

Art. 11 - O Estado exerce em seu território toda a competência que não lhe seja vedada pela Constituição Federal.

Art. 12 - É competência do Estado, em comum com a União e os Municípios:

I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;

VIII - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

X - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;

XI - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seu território;

XII - estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.

Parágrafo Único - A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar no âmbito estadual e municipal.

Art. 13 - Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

II - orçamento;

III - juntas comerciais;

IV - custas dos serviços forenses;

V - produção e consumo;

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção ao meio ambiente e controle de poluição;

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor e a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

IX - educação, cultura, ensino e desportos;

X - criação, competência, composição e funcionamento dos juzizados especiais de que trata o art. 109 desta Constituição, observado o disposto no art. 98, I, da Constituição Federal;

XI - procedimentos em matéria processual;

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

XIII - assistência jurídica e Defensoria pública;

XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;

XV - proteção à infância e à juventude;

XVI - organização, garantias, direitos e deveres da Polícia Civil.

§ 1º - O Estado, no exercício de sua competência suplementar, observará as normas gerais estabelecidas pela União.

§ 2º - Inexistindo lei federal sobre as normas gerais, o Estado poderá exercer competência legislativa plena para atender às suas peculiaridades.

§ 3º - A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrária.

Art. 14 - O Estado do Paraná poderá celebrar convênios com entidades de direito público ou privado, para a realização de obras ou serviços.

**Capítulo II**  
**Da Organização Municipal**  
**Seção I**  
**Das Disposições Preliminares**

Art. 15 - Os Municípios gozam de autonomia, nos termos previstos pela Constituição Federal e por esta Constituição.

Art. 16 - O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal, nesta Constituição e os seguintes preceitos:

I - eleição do Prefeito e Vice-Prefeito, entre eleitores inscritos maiores de vinte e um anos, e dos Vereadores, entre maiores de dezoito anos, para mandato de quatro anos, mediante pleito direto e simultâneo, em todo o País;

II - eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito realizada no primeiro Domingo de outubro do ano anterior ao término do mandato dos que devam suceder, aplicadas as regras do art. 77 da Constituição Federal no caso de municípios com mais de duzentos mil eleitores;

III - os Prefeitos ou quem os houver sucedido ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente;

IV - posse do Prefeito e do Vice-Prefeito no dia 1º de janeiro do ano subsequente ao da eleição;

V - número de Vereadores proporcional à população do Município, obedecidos os seguintes limites:

a) até quinze mil habitantes, nove Vereadores;

b) de quinze mil e um a trinta mil habitantes, onze Vereadores;

c) de trinta mil e um a cinquenta mil habitantes, treze Vereadores;

d) de cinquenta mil e um a setenta mil habitantes, quinze Vereadores;

e) de setenta mil e um a noventa mil habitantes, dezessete Vereadores;

f) de noventa mil e um a cento e vinte mil habitantes, dezenove Vereadores;

g) de cento e vinte mil e um a um milhão de habitantes, vinte e um Vereadores;

h) de um milhão e um a um milhão e quinhentos mil habitantes, trinta e cinco Vereadores;

i) de um milhão e quinhentos mil e um a dois milhões de habitantes, trinta e sete Vereadores;

j) de dois milhões e um a dois milhões e quinhentos mil habitantes, trinta e nove Vereadores;

l) de dois milhões e quinhentos mil e um a cinco milhões de habitantes, quarenta e um Vereadores;

m) mínimo de quarenta e dois e máximo de cinquenta e cinco nos municípios de mais de cinco milhões de habitantes.

VI - subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais fixados por lei de iniciativa da Câmara Municipal, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, §4º, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I, da Constituição Federal;

VII - subsídio dos Vereadores fixado por lei de iniciativa da Câmara Municipal, na razão de 75% (setenta e cinco por cento) daquele estabelecido, em espécie, para os Deputados Estaduais, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 57, § 7º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I, da Constituição Federal;

VIII - o total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de 5% (cinco por cento) da receita do município;

IX - inviolabilidade dos Vereadores por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município;

X - proibições e incompatibilidades, no exercício da vereança, similares, no que couber, ao disposto na Constituição Federal, para os membros do Congresso Nacional, e nesta Constituição, para os membros da Assembléia Legislativa;

XI - julgamento do Prefeito perante o Tribunal de Justiça;

XII - organização das funções legislativas e fiscalizadoras da Câmara Municipal;

XIII - cooperação das associações representativas no planejamento municipal;

XIV - iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, através de manifestações de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado;

XV - perda do mandato do Prefeito, nos termos do art. 28, § 1º da Constituição Federal.

Art. 17 - Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

III - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;

IV - criar, organizar e suprimir distritos, observada a lei estadual;

V - organizar e prestar, diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;

VI - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar, de educação especial e de ensino fundamental;

VII - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;

VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual;

X - garantir a defesa do meio ambiente e da qualidade de vida;

XI - instituir guardas municipais incumbidas da proteção de seus bens, serviços e instituições, na forma da lei.

Art. 18 - A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

§ 1º - O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, competindo-lhe, no que couber, o disposto no art. 75 desta Constituição.

§ 2º - O parecer prévio, emitido pelo órgão competente, sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços da Câmara Municipal.

§ 3º - As contas dos Municípios ficarão, a cada ano, durante sessenta dias, nas Câmaras Municipais, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

§ 4º - É vedada a criação de tribunais, conselhos ou órgãos de contas municipais.

§ 5º - As Câmaras Municipais elegerão o órgão oficial do Município para a publicação das leis.

## Seção II

Da Criação, Incorporação, Fusão e Desmembramento de Municípios

Art. 19 - Lei Complementar Estadual disporá sobre a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios.

§ 1º - Os seguintes requisitos serão observados na criação de Município:

I - efetivação por lei estadual;

II - a criação, incorporação, fusão e o desmembramento de município far-se-ão por lei Estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, após divulgação dos estudos de viabilidade municipal, apresentados e publicados na forma da lei;

III - preservação da continuidade e da unidade histórico-cultural do ambiente urbano;

IV - não-constituição de área encravada no Município de origem.

§ 2º - O procedimento de criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios terá início mediante representação dirigida à Assembleia Legislativa, subscrita por 100 eleitores das áreas interessadas, devidamente identificados.

§ 3º - O projeto de criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios apresentará a área da unidade proposta em divisas claras, precisas e contínuas.

§ 4º - A aprovação do eleitorado, prevista no § 1º, II, deste artigo, dar-se-á pelo voto da maioria simples, exigindo-se o comparecimento da maioria absoluta do eleitorado.

§ 5º - Se o comparecimento do eleitorado não tiver sido suficiente ou o resultado do plebiscito for desfavorável à proposição, esta não poderá ser renovada na mesma sessão legislativa.

## Seção III

Da Intervenção do Estado nos Municípios

Art. 20 - O Estado não intervirá nos Municípios, exceto quando:

I - deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada;

II - não forem prestadas as contas devidas, na forma da lei;

III - não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino;

IV - o Tribunal de Justiça der provimento à representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição do Estado, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.

§ 1º - A intervenção será decretada pelo Governador, de ofício, ou mediante solicitação da Câmara Municipal, aprovada pelo voto da maioria absoluta dos seus membros, ou do Tribunal de Contas do Estado, dependendo sua execução de prévia apreciação e aprovação da Assembléia Legislativa, no prazo de vinte e quatro horas.

§ 2º - Aprovada a intervenção, o Governador nomeará o interventor, que assumirá seus encargos perante a Mesa Executiva da Câmara Municipal ou, se for o caso, perante a autoridade judiciária competente, mediante a prestação do compromisso de cumprir as Constituições Federal e Estadual, observar as leis e os limites do decreto interventivo, para bem e lealmente desempenhar as funções de seu encargo extraordinário.

§ 3º - Se a Assembléia Legislativa estiver em recesso, a mesma será convocada extraordinariamente, em vinte e quatro horas.

§ 4º - O interventor prestará contas de sua administração à Câmara Municipal e ao Tribunal de Contas, nas mesmas condições estabelecidas para o Prefeito Municipal.

§ 5º - No caso do inciso IV deste artigo, dispensada a apreciação pela Assembléia Legislativa, o decreto limitar-se-á a suspender a execução do ato impugnado, se essa medida bastar ao restabelecimento da normalidade.

§ 6º - Cessados os motivos da intervenção, as autoridades afastadas de seus cargos a esses retornarão, salvo impedimento legal.

### Capítulo III

#### Das Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas e Microrregiões

Art. 21 - O Estado instituirá, mediante lei complementar, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, assegurando-se a participação dos Municípios envolvidos e da sociedade civil organizada na gestão regional.

Art. 22 - O planejamento das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões deverá adequar-se às diretrizes de desenvolvimento do Estado.

Art. 23 - É facultada a criação, mediante lei, de órgãos ou entidades de apoio técnico de âmbito regional, para organizar, planejar e executar as funções públicas de interesse comum.

Art. 24 - Para a organização, planejamento e execução das funções públicas de interesse comum, no âmbito das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, serão destinados recursos financeiros do Estado e dos Municípios integrantes, previstos nos respectivos orçamentos anuais.

Art. 25 - Poderão os Municípios, com anuência e fiscalização das respectivas Câmaras Municipais, tendo em vista interesses mútuos, associar-se e conceder serviço público, para utilização conjunta, a qualquer entidade com personalidade jurídica própria, direção autônoma e finalidade específica.

Art. 26 - Serão instituídos, por lei complementar, mecanismos de compensação financeira para os Municípios que sofrerem diminuição ou perda de receita, por atribuições e funções decorrentes do planejamento regional.

## TÍTULO II

### DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

#### Capítulo I

##### Disposições gerais

Art. 27 - A administração pública direta, indireta e fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, eficiência, motivação e, também, ao seguinte:

I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei;

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, respeitada a ordem de clas-



sificação, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão;

III - o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável, uma vez, por igual período;

IV - durante o prazo previsto no edital de convocação, respeitado o disposto no item anterior, os aprovados em concurso público de provas ou de provas e títulos serão convocados, com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego;

V - as funções de confiança exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;

VI - é garantido ao servidor público civil, estadual e municipal, o direito à livre associação sindical;

VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica;

VIII - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

IX - lei complementar estabelecerá os casos de contratação, por tempo determinado, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, atendidos os seguintes princípios:

a) realização de teste seletivo, ressalvados os casos de calamidade pública;

b) contrato com prazo máximo de 2 (dois) anos;

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 da Constituição Federal, somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes dos Estados e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outras espécies remuneratórias, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal;

XII - os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

XIII - é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público;

XIV - os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados, para fins de concessão de acréscimos ulteriores;

XV - o subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, ressalvados o disposto nos incisos XI e XIV deste artigo e nos arts 39 § 4º, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I da Constituição Federal;

XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários, observados em qualquer caso o disposto no inciso XI:

a) a de dois cargos de professor;

b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;

c) a de dois cargos privativos de médico;

XVII - a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações e empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo Poder Público;

XVIII - somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação;

XIX - depende de autorização legislativa a transformação, fusão, cisão, incorporação, extinção e privatização e, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada;

XX - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam as obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, a qual permitirá somente as exigências de qualificação técnico-econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações;

XXI - além dos requisitos mencionados no inciso anterior, o órgão licitante deverá, nos processos licitatórios, estabelecer preço máximo de obras, serviços, compras e alienações a serem contratados;

XXII - as obras, serviços, compras e alienações contratados de forma parcelada, com o fim de burlar a obrigatoriedade do processo de licitação pública, serão considerados atos fraudulentos, passíveis de anulação, por eles respondendo os autores, civil, administrativa e criminalmente, na forma da lei;

XXIII - a admissão nas empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações e autarquias da administração indireta estadual depende da aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos.

§ 1º. A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

§ 2º. Semestralmente, a administração direta, indireta e fundacional, publicará, no Diário Oficial, relatório das despesas realizadas com a propaganda e a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas, especificando os nomes dos veículos publicitários.

§ 3º. A não observância do disposto nos incisos II, III, IV, VIII, IX, e XXII deste artigo implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei.

§ 4º. A lei disciplinará as formas de participação do usuário na Administração Pública direta e indireta, regulando especialmente:

I - as reclamações relativas a prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços;

II - o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de Governo observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII da Constituição Federal;

III - a disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função na administração pública.

§ 5º. Os atos de improbidade administrativa importarão na suspensão dos direitos políticos, na perda da função pública, na indisponibilidade de bens e no ressarcimento ao erário, na forma e gradação pre-

vistas em lei federal, sem prejuízo da ação penal cabível.

§ 6º. As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

§ 7º. Os vencimentos dos servidores estaduais devem ser pagos até o último dia do mês vencido, corrigindo-se os seus valores, se tal prazo for ultrapassado.

§ 8º. A sonegação e o fornecimento incompleto ou incorreto ou a demora na prestação de informações públicas importam em responsabilidade, punível na forma da lei.

§ 9º. As contas da administração pública direta, fundações, autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, ficarão, durante sessenta dias, anualmente, em local próprio da Assembléia Legislativa, à disposição, para exame e apreciação, de qualquer contribuinte, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

§ 10. O servidor aposentado, no exercício de mandato eletivo, de cargo em comissão ou quando contratado para prestação de serviços públicos, poderá perceber a remuneração dessas atividades cumulada com os proventos da aposentadoria, observado o disposto no art. 35, §11, desta Constituição.

§ 11. Nos concursos públicos promovidos pela Administração Pública, não haverá prova oral de caráter eliminatório, ressalvada a prova didática para os cargos do Magistério.

§ 12. A lei disporá sobre os requisitos e as restrições ao ocupante de cargo ou emprego da Administração direta e indireta que possibilite o acesso a informações privilegiadas.

§ 13. A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato de gestão, a ser firmado entre seus administradores e o Poder Público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo à lei dispor sobre:

I - o prazo de duração de contrato;

II - os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidades dos dirigentes;

III - a remuneração do pessoal.

§ 14. O disposto no inciso XI deste artigo aplica-se às empresas públicas e às sociedades de economia mista e suas subsidiárias que recebam recursos da União,

dos Estados, do Distrito Federal ou dos municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral.

§15 - É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da Constituição Federal com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

§ 16 - O direito de regresso deverá ser exercido após o trânsito em julgado da sentença condenatória, caso não tenha sido promovida a denúncia à lide.

Art. 28 - Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições:

I - tratando-se de mandato eletivo federal ou estadual, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;

II - investido no mandato de Prefeito será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

III - investido no mandato de Vereador e havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior;

IV - em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;

V - para efeito de benefícios previdenciários, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

Art. 29 - Nenhum servidor poderá ser diretor ou integrar conselho de empresa fornecedora, ou que realize qualquer modalidade de contrato com o Estado, sob pena de demissão do serviço público.

Art. 30 - As empresas, sob controle do Estado, as autarquias e as fundações por ele constituídas terão, no mínimo, um representante dos seus servidores na diretoria, na forma que a lei estabelecer.

Art. 31 - Ao Estado é vedado celebrar contrato com empresas que comprovadamente desrespeitem normas de segurança,

de medicina do trabalho e de preservação do meio ambiente.

Art. 32 - A lei instituirá o registro obrigatório de bens e valores pertencentes ao patrimônio das pessoas que assumirem cargo, função ou emprego na administração direta, indireta e fundacional.

## CAPÍTULO II

### Dos Servidores Públicos Civis

- Título com redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 05/02/1998

- Regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais: Lei nº 8,112, de 11/12/1990.

- A Lei nº 8,027, de 12/04/1990, dispõe sobre normas de conduta dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas.

- A Lei nº 8,026, de 12/04/1990, dispõe sobre aplicações de pena de demissão a funcionário público.

Art. 33 - O Estado e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes.

§ 1º - A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

I - a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;

II - os requisitos para a investidura;

III - as peculiaridades dos cargos;

IV - sistema de méritos objetivamente apurados para ingresso no serviço e desenvolvimento na carreira;

V - remuneração adequada à complexidade e responsabilidade das tarefas e à capacitação profissional;

VI - tratamento uniforme aos servidores públicos, no que se refere à concessão de índices de reajuste ou outros tratamentos remuneratórios ou desenvolvimento nas carreiras.

§ 2º - O Estado manterá escola de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.

§ 3º - Aplica-se aos servidores ocupantes de cargos públicos o disposto no art. 7º, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII,

XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, da Constituição Federal, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir.

§ 4º - O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 27, X e XI desta Constituição.

§ 5º - A lei poderá estabelecer a relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 27, XI, desta Constituição.

§ 6º - Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão anualmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

§ 7º - Leis estadual e municipal disciplinarão a aplicação de recursos orçamentários provenientes de economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundações, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade.

§ 8º - A remuneração dos servidores públicos organizados em carreira poderá ser fixada nos termos do § 4º deste artigo.

§ 9º - Lei complementar estabelecerá a organização, as atribuições e o estatuto das carreiras exclusivas do Estado.

Art. 34 - São direitos dos servidores públicos, entre outros:

I - vencimentos ou proventos não inferiores ao salário mínimo;

II - irredutibilidade do subsídio e dos vencimentos dos ocupantes de cargo e emprego público, ressalvado o que dispõe o artigo 37, XV, da Constituição Federal;

III - garantia de vencimento nunca inferior ao salário mínimo para os que percebem remuneração variável;

IV - décimo terceiro vencimento com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;

V - remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;

VI - salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei;

VII - duração da jornada normal de trabalho não superior a oito horas diárias e

quarenta horas semanais, facultada a compensação de horário e redução de jornada, nos termos da lei;

VIII - repouso semanal remunerado;

IX - remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal;

X - gozo de férias anuais remuneradas com pelo menos, um terço a mais do que a remuneração normal, vedada a transformação do período de férias em tempo de serviço;

XI - licença à gestante, sem prejuízo do cargo ou emprego e dos vencimentos ou subsídios, com a duração de cento e vinte dias;

XII - licença-paternidade, nos termos fixados em lei;

XIII - proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;

XIV - redução dos riscos inerentes ao trabalho por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

XV - adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;

XVI - proibição de diferença de vencimentos, de exercício de funções e de critérios de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;

XVII - adicionais por tempo de serviço, na forma que a lei estabelecer;

XVIII - assistência e previdência sociais, extensivas aos dependentes e ao cônjuge;

XIX - gratificação pelo exercício de função de chefia e assessoramento;

XX - promoção, observando-se rigorosamente os critérios de antiguidade e merecimento.

Art. 35 - Aos servidores titulares de cargos efetivos do Estado e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.

§ 1º - Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma do § 3º deste artigo:

I - por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei;

II - compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;

III - voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições:

a) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher;

b) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

§ 2º - Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

§ 3º - Os proventos de aposentadoria, por ocasião da concessão, serão calculados com base na remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria e, na forma da lei, corresponderão à totalidade da remuneração.

§ 4º - É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados os casos de atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física definidos em lei complementar.

§ 5º - Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação ao disposto no § 1º, III, "a", para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

§ 6º - Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma desta Constituição, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência de que trata este artigo.

§ 7º - Lei disporá sobre a concessão do benefício da pensão por morte, que será igual ao valor dos proventos do servidor falecido ou ao valor dos proventos a que teria direito o servidor em atividade na data de seu falecimento, observado o disposto no § 3º deste artigo.

§ 8º - Observado o disposto no art. 27, XI, desta Constituição, os proventos de aposentadoria e as pensões serão revistos na mesma proporção e na mesma data,

sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e aos pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei.

§ 9º - O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade.

§ 10 - A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.

§ 11 - Aplica-se o limite fixado no art. 27, XI desta Constituição à soma total dos proventos de inatividade, inclusive quando decorrentes da acumulação de cargos ou empregos públicos, bem como de outras atividades sujeitas a contribuição para o regime geral de previdência social, e ao montante resultante da adição de proventos de inatividade com remuneração de cargo acumulável na forma desta Constituição, cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, e de cargo eletivo.

§ 12 - Além do disposto neste artigo, o regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargo efetivo observará, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o regime geral de previdência social.

§ 13 - Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão, bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social.

§ 14 - O Estado e os Municípios, desde que instituíam regime de previdência complementar para os seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo, poderão fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime de que trata este artigo, o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal.

§ 15 - Observado o disposto no art. 202 da Constituição Federal, lei complementar disporá sobre as normas gerais para instituição de regime de previdência complementar pelo Estado e Município, para atender aos seus respectivos servidores titulares de cargos efetivos.

§ 16 - Somente mediante sua prévia e expressa opção, o disposto nos §§ 14 e 15 poderá ser aplicado ao servidor que tiver

ingressado no serviço público até a data da publicação do ato de instituição do correspondente regime de previdência complementar.

Art. 36 - São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

§ 1º - O servidor público estável só perderá o cargo:

I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;

III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar federal, assegurada ampla defesa.

§ 2º - Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

§ 3º - Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

§ 4º - Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

Art. 37 - Ao servidor público eleito para cargo de direção sindical são assegurados todos os direitos inerentes ao cargo, a partir do registro da candidatura e até um ano após o término do mandato, ainda que na condição de suplente, salvo se ocorrer exoneração nos termos da lei.

§ 1º - São assegurados os mesmos direitos, até um ano após a eleição, aos candidatos não eleitos.

§ 2º - É facultado ao servidor público, eleito para a direção de sindicato ou associação de classe, o afastamento do seu cargo, sem prejuízo dos vencimentos, vantagens e ascensão funcional, na forma que a lei estabelecer.

Art. 38 - Ao servidor será assegurada remoção para o domicílio da família, se o cônjuge também for servidor público, ou se a natureza do seu emprego assim o exigir, na forma da lei.

Art. 39 - É vedada a contratação de serviços de terceiros para a realização de atividades que possam ser regularmente exercidas por servidores públicos, bem como para cobrança de débitos tributários do Estado e dos Municípios.

Art. 40 - É vedada a participação de servidores públicos no produto da arrecadação de tributos e multas, inclusive da dívida ativa.

Art. 41 - É assegurada, nos termos da lei, a participação paritária de servidores públicos na gerência de fundos e entidades para as quais contribuem.

Art. 42 - O Estado promoverá o bem-estar social e o aperfeiçoamento físico e intelectual dos servidores públicos e de suas famílias.

§ 1º - O Estado manterá instituição destinada a concessão e manutenção de benefícios previdenciários e de atendimento à saúde dos servidores titulares de cargos efetivos, incluídos os membros do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Tribunal de Contas, os serventuários da justiça e os militares estaduais.

§ 2º - Toda prestação de serviços de assistência e a concessão de benefícios de previdência, destinada aos servidores do Estado e a seus dependentes só poderá ser concedida, majorada ou estendida mediante efetiva contribuição.

§ 3º - O cônjuge ou companheiro de servidora, ou o cônjuge ou a companheira de servidor segurados são considerados seus dependentes e terão direito à pensão previdenciária, na forma da lei.

§ 4º - A inscrição ao órgão de previdência e assistência dos servidores de que trata o § 1º é obrigatória, sendo a contribuição social do Estado e de seus servidores devidas na forma e percentual fixados em lei, separando-se as contribuições para a previdência e para a assistência.

Art. 43 - É vedada a cessão de servidores públicos da administração direta ou indireta do Estado a empresas ou entidades públicas ou privadas.

Art. 44 - O disposto no artigo anterior não se aplica à cessão a órgãos do mesmo Poder, comprovada a necessidade, ou para o exercício de função de confiança, nos termos da lei.



### **CAPÍTULO III** **Dos Militares Estaduais**

Art. 45 - São militares estaduais os integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar.

§ 1º - O militar estadual da ativa que aceitar cargo ou emprego público civil permanente será transferido para a reserva, nos termos da lei.

§ 2º - O militar estadual da ativa que, de acordo com a lei, tomar posse em cargo, emprego ou função pública civil temporária, não eletiva, ainda que da administração indireta, ficará agregado ao respectivo quadro e somente poderá, enquanto permanecer nessa situação, ser promovido por antigüidade, contando-se-lhe o tempo de serviço apenas para aquela promoção e transferência para a reserva, sendo depois de 2 (dois) anos de afastamento, contínuos ou não, transferido para a reserva remunerada, nos termos da lei.

§ 3º - São vedadas ao militar estadual a sindicalização, a greve e, enquanto em efetivo serviço, a filiação a partido político.

§ 4º - O oficial da Polícia Militar só perderá o posto e a patente se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível, por decisão do tribunal competente, em tempo de paz, ou de tribunal especial, em tempo de guerra.

§ 5º - O oficial da Polícia Militar condenado na justiça comum ou militar à pena privativa de liberdade superior a dois anos, por sentença transitada em julgado, será submetido ao julgamento previsto no parágrafo anterior.

§ 6º - A lei disporá sobre os direitos, os deveres, as garantias e as vantagens dos militares estaduais, bem como sobre as normas de ingresso, acesso à carreira, estabilidade, limites de idade, condições de transferência para a inatividade e outras situações peculiares.

§ 7º - Aplica-se aos militares estaduais a que se refere este artigo e seus pensionistas o disposto no art. 35, § 2º, 3º e 4º, desta Constituição.

§ 8º - Aplica-se aos militares estaduais o disposto nos art. 27, XI, XIII, XIV e XV e 34, II, IV, VI, X, XI, XII, XVII, XVIII e XX desta Constituição.

§ 9º - Aplica-se aos militares estaduais, além do que vier a ser fixado em lei, as disposições dos artigos 14, § 8º, 40, § 9º, 142, §§ 2º e 3º da Constituição Federal, cabendo a lei estadual específica dispor sobre as matérias do artigo 142, § 3º, X, sendo as

patentes dos oficiais conferidas pelo Governador do Estado.

§ 10 - Aos militares estaduais e a seus pensionistas aplica-se o disposto no art. 40, §§ 7º e 8º da Constituição Federal.

§ 11 - A lei disporá sobre a remuneração do trabalho em locais especiais e de risco de vida e saúde.

§ 12 - São direitos do militar estadual:

I - foro competente de primeira e segunda instâncias para o julgamento de crimes militares definidos em lei;

II - soldo da classe inicial de soldado nunca inferior ao salário mínimo fixado em lei, assegurando-se a diferenciação decorrente do escalonamento hierárquico.

§ 13 - Aplica-se ao militar estadual a legislação penal militar.

§ 14 - Aplica-se aos militares estaduais, além do disposto em lei, as disposições dos artigos 33, § 2º, 38, 39, 40, 41 e 42, §§ 2º e 3º desta Constituição.

### **CAPÍTULO IV** **Da Segurança Pública**

Art. 46 - A Segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida, para a preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio, pelos seguintes órgãos:

- I - Polícia Civil;
- II - Polícia Militar.

Art. 47 - A Polícia Civil, dirigida por delegado de polícia, preferencialmente da classe mais elevada da carreira, é instituição permanente e essencial à função da Segurança Pública, com incumbência de exercer as funções de polícia judiciária e as apurações das infrações penais, exceto as militares.

§ 1º - A função policial civil fundamenta-se na hierarquia e disciplina.

§ 2º - O Conselho da Polícia Civil é órgão consultivo, normativo e deliberativo, para fins de controle do ingresso, ascensão funcional, hierarquia e regime disciplinar das carreiras policiais civis.

§ 3º - Os cargos policiais civis serão providos mediante concurso público de provas e títulos, observado o disposto na legislação específica.

Art. 48 - À Polícia Militar, força estadual, instituição permanente e regular, organizada com base na hierarquia e disciplina



militares, cabe a polícia ostensiva, a preservação da ordem pública, a execução de atividades de defesa civil, prevenção e combate a incêndio, buscas, salvamentos e socorros públicos, o policiamento de trânsito urbano e rodoviário, o policiamento ferroviário, de florestas e de mananciais, além de outras formas e funções definidas em lei.

**Parágrafo Único** - As patentes, com prerrogativas, direitos e deveres a elas inerentes, são asseguradas em toda sua plenitude aos oficiais da ativa, reserva ou reformados da Polícia Militar, sendo-lhes privativos os títulos, uniformes militares e postos até o coronel.

**Art. 49** - A Polícia Militar, comandada por oficial da ativa do último posto do Quadro de Oficiais Policiais Militares, força auxiliar e reserva do Exército, e a Polícia Civil subordinam-se ao Governador do Estado e serão regidas por legislação especial, que definirá suas estruturas, competências, bem como direitos, garantias, deveres e prerrogativas de seus integrantes, de maneira a assegurar a eficiência de suas atividades.

**Art. 50** - A Polícia Científica, com estrutura própria, incumbida das perícias de criminalística e médico-legais, e de outras atividades técnicas congêneres, será dirigida por peritos de carreira da classe mais elevada, na forma da lei.

**Art. 51** - A prevenção de eventos desastrosos, o socorro e a assistência aos atingidos por tais eventos e a recuperação dos danos causados serão coordenados pela Defesa Civil, que disporá de:

I - organização sistêmica, dela fazendo parte os órgãos públicos estaduais, podendo integrar suas ações os municipais e federais, os classistas, entidades assistenciais, clubes de serviço, a imprensa, autoridades eclesásticas e a comunidade em geral;

II - coordenadoria estadual vinculada ao gabinete do Governador do Estado.

### **TÍTULO III**

#### **Da Organização Dos Poderes**

#### **CAPÍTULO I**

#### **Do Poder Legislativo**

#### **SEÇÃO I**

#### **Da Assembléia Legislativa**

**Art. 52** - O Poder Legislativo é exercido pela Assembléia Legislativa, constituída de representantes do povo, eleitos pelo sistema proporcional, por voto direto e secreto,

observadas as seguintes condições de elegibilidade:

I - nacionalidade brasileira;

II - pleno exercício dos direitos políticos;

III - alistamento eleitoral;

IV - domicílio eleitoral na circunscrição do Estado;

V - filiação partidária;

VI - idade mínima de vinte e um anos.

**Parágrafo Único** - Cada legislatura terá duração de quatro anos.

### **SEÇÃO II**

#### **Das Atribuições Da Assembléia Legislativa**

**Art. 53** - Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no art. 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

I - plano plurianual e orçamentos anuais;

II - diretrizes orçamentárias;

III - tributos, arrecadação e distribuição de rendas;

IV - dívida pública, abertura e operações de crédito;

V - planos e programas estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

VI - normas suplementares de direito urbanístico, bem como de planejamento e execução de políticas urbanas;

VII - fixação e modificação dos efetivos da Polícia Militar;

VIII - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas na administração direta, autárquica e fundacional e fixação de remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

IX - servidores públicos da administração direta, autárquica e fundacional, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares estaduais para a inatividade;

X - criação, estruturação e definição de atribuições das Secretarias de Estado;

XI - organização do Ministério Público, da Procuradoria-Geral do Estado, da Defensoria Pública, do Tribunal de Contas, da Polícia Militar, da Polícia Civil e demais órgãos da administração pública;

XII - organização e divisão judiciárias;

XIII - bens do domínio público;

XIV - aquisição onerosa e alienação de bens imóveis do Estado;

XV - transferência temporária da sede do Governo Estadual;

XVI - matéria decorrente da competência comum prevista no art. 23 da Constituição Federal;

XVII - matéria da legislação concorrente da Constituição Federal;

Art. 54 - Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa:

I - eleger a Mesa e constituir as Comissões;

II - elaborar o Regimento Interno;

III - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

IV - aprovar créditos suplementares à sua Secretaria, nos termos desta Constituição;

V - conceder licença para processar deputado;

VI - fixar, por meio de lei, o subsídio dos Deputados Estaduais, à razão de, no máximo, 75% (setenta e cinco por cento) daquele estabelecido, em espécie, para os Deputados Federais, observado o que dispõe os artigos 37, XI, 39, § 4º, 57, § 7º, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I, da Constituição Federal;

VII - fixar os subsídios do Governador e do Vice-Governador do Estado e dos Secretários de Estado, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I, da Constituição Federal;

VIII - dar posse ao Governador e ao Vice-Governador;

IX - conhecer da renúncia do Governador e do Vice-Governador;

X - conceder licença, bem como autorizar o Governador e o Vice-Governador a se ausentarem do País, por qualquer tempo, e do Estado, quando a ausência exceder a quinze dias;

XI - processar e julgar o Governador e o Vice-Governador, nos crimes de responsabilidade, e os Secretários de Estado, nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles;

XII - processar e julgar o Procurador-Geral de Justiça, o Procurador-Geral do Estado e o Defensor-Geral da Defensoria Pública nos crimes de responsabilidade;

XIII - aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração de ofício, do Procurador-Geral de Justiça, antes do término

de seu mandato, na forma da lei complementar respectiva;

XIV - destituir do cargo o Governador e o Vice-Governador, após condenação irreversível por crime comum cometido dolosamente, ou de responsabilidade;

XV - proceder à tomada de contas do Governador do Estado, quando não apresentadas dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa;

XVI - julgar, anualmente, as contas prestadas pelo Governador do Estado e apreciar os relatórios, sobre a execução dos planos de governo;

XVII - escolher cinco dos conselheiros, auditores e controladores do Tribunal de Contas do Estado;

XVIII - apreciar, anualmente, as contas do Tribunal de Contas;

XIX - aprovar, previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha:

a) de conselheiros, auditores e controladores do Tribunal de Contas do Estado, indicados pelo Governador;

b) de interventor em Município;

c) dos titulares de cargos, que a lei determinar;

XX - apreciar a legalidade dos convênios a serem celebrados pelo Governo do Estado;

XXI - autorizar plebiscito e referendo, na forma da lei;

XXII - aprovar convênios intermunicipais para a modificação de limites;

XXIII - solicitar intervenção federal;

XXIV - aprovar ou suspender intervenção em Município;

XXV - suspender, no todo ou em parte, a execução de lei ou ato normativo estadual declarado inconstitucional por decisão irreversível do Tribunal competente;

XXVI - sustar os atos normativos do Poder Executivo e do Poder Judiciário que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;

XXVII - fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

XXVIII - dispor sobre limites e condições para a concessão de garantias do Estado em operações de crédito;

XXIX - zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa de outros Poderes;

XXX - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas, com área superior a cem hectares, ressalvado o disposto no art. 49, XVII, da Constituição Federal;

XXXI - mudar temporariamente sua sede;

XXXII - manifestar-se, mediante resolução aprovada pela maioria de seus membros, perante o Congresso Nacional, na hipótese de incorporação, subdivisão ou desmembramento de área do território do Estado, nos termos do art. 48, VI, da Constituição Federal;

XXXIII - convocar, por si ou qualquer de suas comissões, Secretários de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados ao Governo do Estado para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando em crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada;

XXXIV - autorizar operações de natureza financeira externa ou interna;

XXXV - sustar as despesas não autorizadas na forma do art. 76 desta Constituição.

Parágrafo Único - Nos casos previstos no inciso XII, funcionará, como Presidente, o do Tribunal de Justiça, limitando-se a condenação, que somente será proferida por dois terços dos votos da Assembleia Legislativa, à perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis.

Art. 55 - A mesa da Assembleia Legislativa poderá encaminhar pedidos escritos de informações aos Secretários de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no inciso XXXIV do art. 54 desta Constituição, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

Art. 56 - Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações da Assembleia Legislativa e de suas comissões serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

### SEÇÃO III Dos Deputados

Art. 57 - Os Deputados são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos.

§ 1º - Desde a expedição do diploma, os Deputados não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável, nem processados criminalmente, sem prévia licença da Assembleia Legislativa.

§ 2º - O indeferimento do pedido de licença ou a ausência da deliberação sus-

pende a prescrição enquanto durar o mandato.

§ 3º - No caso de flagrante de crime inafiançável, os autos serão remetidos, dentro de vinte e quatro horas, à Assembleia Legislativa, para que a mesma, pelo voto secreto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão e autorize, ou não, a formação de culpa.

§ 4º - Os Deputados serão submetidos a julgamento perante o Tribunal de Justiça do Estado.

§ 5º - Os Deputados não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.

§ 6º - A incorporação às Forças Armadas de Deputados, embora militares e ainda que em tempo de guerra, dependerá de prévia licença da Assembleia Legislativa.

§ 7º - As imunidades de Deputados subsistirão durante estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante o voto de dois terços dos membros da Assembleia Legislativa, nos casos de atos praticados fora do seu recinto que sejam incompatíveis com a execução da medida, e só quando assim o forem as dos Deputados Federais e Senadores, conforme fixa a Constituição Federal.

Art. 58 - Os Deputados não poderão:

I - desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis "ad nutum", nas entidades constantes da alínea anterior;

II - desde a posse:

a) ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;

b) ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis "ad nutum", nas entidades referidas no inciso I, alínea "a";

c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, alínea "a";

d) ser titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

Art. 59 - Perderá o mandato o Deputado:

I - que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

III - que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias, salvo se em licença ou missão autorizadas pela Assembléia;

IV - que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

V - quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição Federal;

VI - que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado.

§ 1º - Além de outros casos definidos no Regimento Interno, considerar-se-á incompatível com o decoro parlamentar o abuso das prerrogativas asseguradas ao Deputado, ou a percepção, no exercício do cargo, de vantagens indevidas.

§ 2º - Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda de mandato será decidida pela Assembléia Legislativa, por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da Mesa ou de partido político representado na Assembléia, assegurada ampla defesa.

§ 3º - Nos casos dos incisos III, IV e V, a perda será declarada pela Mesa, de ofício ou mediante a provocação de qualquer de seus membros, ou de partido político representado na Assembléia Legislativa, assegurada ampla defesa.

Art. 60 - Não perderá o mandato o Deputado;

I - investido no cargo de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, Secretário de Prefeitura de Capital ou chefe de missão diplomática temporária;

II - licenciado pela Assembléia Legislativa por motivo de doença, ou para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que, neste caso, o afastamento não ultrapasse cento e vinte dias por sessão legislativa.

§ 1º - O Suplente será convocado nos casos de vaga decorrente da investidura em funções previstas neste artigo ou de licença superior a cento e vinte dias.

§ 2º - Ocorrendo vaga e não havendo suplente, far-se-á eleição para preenchê-la, se faltarem mais de quinze meses para o término do mandato.

§ 3º - Na hipótese do inciso I, o Deputado poderá optar pela remuneração do mandato.

## SEÇÃO IV

### Das Reuniões

Art. 61- A Assembléia Legislativa reunir-se-á, anualmente, na Capital do Estado, independente de convocação, de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro.

§ 1º - As reuniões marcadas para essas datas serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando recaírem em sábados ou feriados.

§ 2º - A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias.

§ 3º - A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná reunir-se-á, em sessão preparatória, a partir de 1º de fevereiro, no primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros e eleição da Mesa, para mandato de dois anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

§ 4º - A convocação extraordinária da Assembléia Legislativa poderá ser feita:

I - pelo seu Presidente, para o compromisso e a posse do Governador e Vice-Governador do Estado, bem como em caso de intervenção;

II - pelo seu Presidente, ou a requerimento da maioria de seus membros, ou pelo Governador do Estado, em caso de urgência ou de interesse público relevante.

§ 5º - Na sessão legislativa extraordinária, a Assembléia Legislativa somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocada, vedado o pagamento de parcela indenizatória em valor superior ao do subsídio mensal.

## SEÇÃO V

### Das Comissões

Art. 62 - A Assembléia Legislativa terá comissões permanentes e temporárias constituídas na forma e com as atribuições previstas nesta Constituição, no Regimento Interno, ou no ato de que resultar a sua criação.

§ 1º - Na constituição da Mesa e de cada comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos, ou dos blocos parlamentares que participam da Assembléia Legislativa.

§ 2º - Às comissões, em razão da matéria e sua competência, cabe:

I - discutir e votar o projeto de lei que dispensar, na forma do regimento, a compe-

tência do Plenário, salvo se houver recurso de um décimo dos membros da Assembléia Legislativa;

II - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

III - convocar Secretários de Estado para prestarem informações sobre os assuntos inerentes a suas atribuições;

IV - receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

V - solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VI - apreciar programas de obras, planos estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer.

§ 3º - As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno da Assembléia Legislativa, serão criadas mediante requerimento de um terço dos Deputados, para apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público para que promova a responsabilização civil e criminal dos infratores.

§ 4º - Durante o recesso, haverá uma comissão representativa da Assembléia Legislativa, eleita na última sessão ordinária do período legislativo, com atribuições definidas regimentalmente e cuja composição reproduzirá, tanto quanto possível, a proporcionalidade da representação partidária.

## SEÇÃO VI

### Do Processo Legislativo

#### SUBSEÇÃO I

##### Disposição Geral

Art. 63 - O processo legislativo compreende a elaboração de:

I - emendas à Constituição;

II - leis complementares;

III - leis ordinárias;

IV - decretos legislativos;

V - resoluções;

VI - leis delegadas.

Parágrafo Único - Lei complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

#### SUBSEÇÃO II

##### Da Emenda à Constituição

Art. 64 - A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Assembléia Legislativa;

II - do Governador do Estado;

III - de um terço das Câmaras Municipais do Estado, manifestando-se cada uma delas pela maioria relativa de seus membros.

§ 1º - A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal no Estado, estado de defesa ou estado de sítio.

§ 2º - A proposta será discutida e votada em dois turnos, considerando-se a mesma aprovada quando obtiver, em ambas as votações, o voto favorável de três quintos dos membros da Assembléia Legislativa.

§ 3º - A emenda à Constituição será promulgada pela Mesa da Assembléia Legislativa, com o respectivo número de ordem.

§ 4º - A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

§ 5º - Será nominal a votação de emenda à Constituição.

## SUBSEÇÃO III

### Das Leis

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Art. 66 - Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que dispõem sobre:

I - a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais para a reserva;

III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar;

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

§ 1º - O Governador do Estado pode solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa.

§ 2º - No caso do § 1º, se a Assembléia Legislativa não se manifestar em até quarenta e cinco dias sobre a proposição,

será esta incluída na ordem do dia suspendendo-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que se ultime a votação.

§ 3º - O prazo do parágrafo anterior não flui no período de recesso da Assembléia Legislativa, nem se aplica aos projetos de código, leis orgânicas e estatutos.

Art. 67 - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Assembléia Legislativa do projeto de lei, subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado estadual, distribuído em pelo menos cinquenta municípios, com um por cento de eleitores inscritos em cada um deles.

Art. 68 - Não é admitido aumento de despesa prevista:

I - nos projetos de iniciativa exclusiva do Governador do Estado, ressalvadas as emendas ao projeto de lei do orçamento anual, quando compatíveis com a lei de diretrizes orçamentárias e com o plano plurianual;

II - nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Assembléia Legislativa, dos Tribunais Estaduais e do Ministério Público.

Art. 69 - As leis complementares são aprovadas por maioria absoluta dos integrantes da Assembléia Legislativa.

Art. 70 - A matéria constante do projeto de lei rejeitado somente pode constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa mediante proposta da maioria dos Deputados.

Art. 71 - Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º - Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto.

§ 2º - O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, parágrafo, inciso ou alínea.

§ 3º - Decorrido o prazo de quinze dias, o silêncio do Governador importará em sanção.

§ 4º - O veto será apreciado em sessão única, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado

pelo voto da maioria absoluta dos Deputados, em escrutínio secreto.

§ 5º - Se o veto não for mantido, será o projeto enviado, para promulgação, ao Governador do Estado.

§ 6º - Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no § 4º, que não flui durante o recesso parlamentar, o veto será colocado na ordem do dia da sessão imediata, suspendendo-se as demais proposições, até a sua votação final.

§ 7º - Se a lei não for promulgada dentro de quarenta e oito horas pelo Governador do Estado, nos casos dos §§ 3º e 5º, o Presidente da Assembléia Legislativa a promulgará; e, se este não o fizer em igual prazo, caberá ao Vice-Presidente fazê-lo.

Art. 72 - As leis delegadas serão elaboradas pelo Governador do Estado, que deverá solicitar delegação à Assembléia Legislativa.

§ 1º - Não serão objeto de delegação os atos de competência exclusiva da Assembléia Legislativa, a matéria reservada à lei complementar e a legislação sobre:

I - organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e garantia de seus membros;

II - planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamentos;

III - direitos individuais.

§ 2º - A delegação ao Governador do Estado terá forma de resolução da Assembléia Legislativa, que especificará seu conteúdo e os termos de seu exercício.

§ 3º - Se a resolução determinar a apreciação do projeto pela Assembléia Legislativa, esta a fará em votação única, vedada qualquer emenda.

Art. 73 - As resoluções e decretos legislativos far-se-ão na forma do Regimento Interno.

## Seção VII

### Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária

Art. 74 - A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Assembléia Legislativa, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Parágrafo Único - Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou



privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais o Estado responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária.

Art. 75 - O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete:

I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;

II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Estadual, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;

III - apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta ou indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a legalidade das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;

IV - realizar, por iniciativa própria, da Assembleia Legislativa, de comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e demais entidades referidas no inciso II;

V - fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pelo Estado e Municípios mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres;

VI - homologar os cálculos das quotas do ICMS devidas aos Municípios, dando ciência à Assembleia Legislativa;

VII - prestar as informações solicitadas pela Assembleia Legislativa, por qualquer das respectivas comissões, sobre a fiscalização contábil e financeira, orçamentária e inspeções realizadas;

VIII - aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesas ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras comina-

ções, multa proporcional ao dano causado ao erário;

IX - assinar prazo de até trinta dias, prorrogável por idêntico período, para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada a ilegalidade;

X - sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Assembleia Legislativa;

XI - representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.

§ 1º - No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pela Assembleia Legislativa, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.

§ 2º - Se a Assembleia Legislativa ou o Poder Executivo, no prazo de noventa dias, não efetivar as medidas previstas no parágrafo anterior, o Tribunal decidirá a respeito.

§ 3º - As decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.

§ 4º - O Tribunal encaminhará à Assembleia Legislativa, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades, e desse todos os parlamentares terão conhecimento.

§ 5º - No caso de aposentadoria, o ato referido no inciso III deste artigo somente produzirá efeito após seu registro pelo Tribunal de Contas, que o apreciará no prazo máximo de sessenta dias.

Art. 76 - A comissão permanente de fiscalização da Assembleia Legislativa, diante de indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob a forma de investimentos não programados ou de subsídios não aprovados, poderá solicitar à autoridade responsável que, no prazo de cinco dias, preste os esclarecimentos necessários.

§ 1º - Não prestados os esclarecimentos, ou considerados esses insuficientes, a Comissão solicitará ao Tribunal pronunciamento conclusivo sobre a matéria, no prazo de trinta dias.

§ 2º - Entendendo o Tribunal que a despesa é irregular, a Comissão, se julgar que o gasto pode causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública, proporá à Assembleia sua sustação, se ainda não realizado, ou reembolso, se já feito.

Art. 77 - O Tribunal de Contas, integrado por sete conselheiros, tem sede na Capital de Estado, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território estadual, exercendo, no que couber, as atribuições previstas no art. 101 desta Constituição.

§ 1º - Os conselheiros, auditores e controladores do Tribunal de Contas do Estado serão nomeados dentre brasileiros que satisfaçam os seguintes requisitos:

I - mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade;

II - idoneidade moral e reputação ilibada;

III - notórios conhecimentos jurídicos, econômicos, financeiros, contábeis ou de administração pública;

IV - mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados nos incisos anteriores.

§ 2º - Os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado serão escolhidos:

I - dois pelo Governador do Estado, com aprovação da Assembleia Legislativa, sendo um de livre escolha e um dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista triplice pelo mesmo Tribunal, segundo critérios de antiguidade e merecimento;

II - cinco pela Assembleia Legislativa.

§ 3º - Os conselheiros do Tribunal de Contas do Estado terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos desembargadores do Tribunal de Justiça, aplicando-se-lhes, quanto à aposentadoria e pensão, as normas constantes do art. 35 desta Constituição.

§ 4º - Os auditores do Tribunal de Contas, em número de sete, quando em substituição aos conselheiros, terão as mesmas garantias e impedimentos dos titulares.

§ 5º - Os controladores do Tribunal de Contas do Estado, em número de sete, terão suas atribuições definidas em lei de iniciativa da Assembleia Legislativa do Paraná, com as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos auditores.

§ 6º - O Tribunal de Contas, quando do encerramento do exercício financeiro, prestará contas da execução orçamentária anual à Assembleia Legislativa.

Art. 78 - Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Estado;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patri-

monial nos órgãos e entidades da administração estadual, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Estado;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

§ 1º - Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º - Qualquer cidadão, partido político, associação ou entidade sindical é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas do Estado.

§ 3º - As decisões fazendárias de última instância, contrárias ao erário, serão apreciadas pelo Tribunal de Contas em grau de recurso.

## Capítulo II

### Do Poder Executivo

#### Seção I

#### Do Governador e do Vice-Governador do Estado

Art. 79 - O Poder Executivo é exercido pelo Governador do Estado, com o auxílio dos Secretários de Estado.

Art. 80 - A eleição do Governador e do Vice - Governador de Estado, para mandato de 4 (quatro) anos, realizar-se-á no primeiro domingo de outubro, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato de seus antecessores, e a posse ocorrerá em primeiro de janeiro de ano subsequente, observado, quanto ao mais, o disposto no art. 77 da Constituição Federal.

Parágrafo Único - A eleição do Governador do Estado implicará a do candidato a Vice-Governador com ele registrado.

Art. 81 - Será considerado eleito Governador o candidato que, registrado por partido político, obtiver maioria absoluta de votos, não computados os em branco e os nulos.

§ 1º - Se nenhum candidato obtiver a maioria absoluta em primeira votação, far-se-á nova eleição em até vinte dias após a proclamação do resultado, concorrendo os dois candidatos mais votados e considerando-se eleito aquele que obtiver a maioria dos votos válidos.

§ 2º - Se, antes de realizado o segundo turno, ocorrer morte, desistência ou impedimento legal de candidato, convocar-se-á, dentre os remanescentes, o de maior votação.

§ 3º - Se, na hipótese dos parágrafos anteriores, remanescer, em segundo lugar, mais de um candidato com a mesma votação, qualificar-se-á o mais idoso.

Art. 82 - O Governador e o Vice-Governador de Estado exercerão o cargo por quatro anos, podendo ser reeleitos para um único período subsequente.

Parágrafo Único - O disposto no *caput* aplica-se aos que os houver sucedido ou substituído no curso do mandato.

Art. 83 - O Governador e o Vice-Governador do Estado tomarão posse em sessão solene perante a Assembleia Legislativa, especialmente convocada prestando compromisso de cumprir e fazer cumprir a Constituição da República e a do Estado, observar as leis e promover o bem-estar geral do povo paranaense.

Parágrafo Único - Se, decorridos dez dias da data fixada para a posse o Governador ou o Vice-Governador, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.

Art. 84 - O Vice-Governador do Estado, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei complementar, auxiliará o Governador, sempre que por ele convocado para missões especiais.

Art. 85 - Substituirá o Governador, em caso de impedimento, e suceder-lhe-á, no de vaga, o Vice-Governador do Estado.

§ 1º - Em caso de impedimento do Vice-Governador, ou vacância do seu cargo, serão sucessivamente chamados ao exercício da Governadoria o Presidente da Assembleia Legislativa e o Presidente do Tribunal de Justiça.

§ 2º - Vagando os cargos de Governador e Vice-Governador do Estado, far-se-á eleição noventa dias depois de aberta a última vaga.

§ 3º - Ocorrendo vacância nos últimos dois anos do período governamental, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pela Assembleia Legislativa, na forma da Lei.

§ 4º - Em qualquer dos casos os eleitos deverão completar o período de seus antecessores.

§ 5º - Cessada a investidura no cargo de Governador do Estado, quem o tiver exercido em caráter permanente fará jus, a título de representação, desde que não tenha sofrido suspensão dos direitos políticos, a um subsídio mensal e vitalício, igual ao percebido pelo desembargador do Tribunal de Justiça do Estado.

Art. 86 - O Governador e o Vice-Governador não poderão, sem licença da Assembleia Legislativa, ausentar-se do País, por qualquer tempo, e do Estado, quando a ausência exceder a quinze dias, sob pena de perda do cargo.

Parágrafo Único - Perderá o mandato o Governador que assumir outro cargo ou função na administração pública direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público e observado o disposto no art. 38, I, IV, e V, da Constituição Federal.

## Seção II

### Das Atribuições do Governador

Art. 87 - Compete privativamente ao Governador:

I - representar o Estado nas suas relações jurídicas, políticas e administrativas;

II - nomear e exonerar os Secretários de Estado;

III - exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual;

IV - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

V - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis e expedir decretos e regulamentos para a sua fiel execução;

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;

VII - vetar projeto de lei, total ou parcialmente;

VIII - solicitar a intervenção federal no Estado, nos termos da Constituição Federal;

IX - decretar e fazer executar a intervenção estadual nos Municípios, na forma desta Constituição;

X - remeter mensagem e plano de governo à Assembleia Legislativa, por ocasião da abertura da sessão Legislativa, expondo a situação do Estado;

XI - prestar contas anualmente à Assembleia Legislativa, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, relativamente ao ano anterior;

XII - prestar informações solicitadas pelos Poderes Legislativo e Judiciário, nos casos e prazos fixados em lei;

XIII - nomear agentes públicos, nos termos estabelecidos nesta Constituição;

XIV - enviar à Assembléia Legislativa o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento previstos nesta Constituição;

XV - indicar dois dos Conselheiros, auditores e controladores do Tribunal de Contas do Estado;

XVI - prover e extinguir os cargos públicos estaduais, na forma da lei e com as restrições previstas nesta Constituição;

XVII - nomear os conselheiros, auditores e controladores do Tribunal de Contas do Estado, sendo cinco após aprovação da Assembléia Legislativa, obedecido o disposto no art. 77, § 1º;

XVIII - celebrar ou autorizar convênios ou acordos com entidades públicas ou particulares, na forma desta Constituição;

XIX - realizar as operações de crédito previamente autorizadas pela Assembléia;

XX - mediante autorização da Assembléia Legislativa, subscrever ou adquirir ações, realizar ou aumentar capital, desde que haja recursos hábeis, de sociedade de economia mista ou de empresas públicas, bem como dispor, a qualquer título, no todo ou em parte, de ações ou capital que tenha subscrito, adquirido, realizado ou aumentado.

Parágrafo Único - O Governador do Estado poderá delegar as atribuições mencionadas nos incisos VI e XVI, primeira parte, aos Secretários de Estado, ao Procurador-Geral de Justiça e ao Procurador-Geral do Estado, que deverão observar os limites traçados nas respectivas delegações.

### Seção III

#### Da Responsabilidade do Governador

Art. 88 - São crimes de responsabilidade os atos do Governador que atentarem contra a Constituição Federal, a Constituição do Estado e, especialmente:

I - a existência da União;

II - o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos poderes constitucionais;

III - o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;

IV - a lei orçamentária;

V - a segurança interna do País;

VI - a probidade na administração;

VII - o cumprimento das leis e das decisões judiciais.

Parágrafo Único - Esses crimes de responsabilidade serão definidos em lei federal.

Art. 89 - Admitida a acusação contra o Governador do Estado, por dois terços dos membros da Assembléia Legislativa, será ele submetido a julgamento perante o Superior Tribunal de Justiça, nas infrações penais comuns, ou perante a própria Assembléia Legislativa, nos crimes de responsabilidade.

§ 1º - O Governador ficará suspenso de suas funções:

I - nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Superior Tribunal de Justiça;

II - nos crimes de responsabilidade, após a instauração de processo pela Assembléia Legislativa.

§ 2º - Se, decorrido o prazo de cento e oitenta dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o afastamento do Governador, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.

### Seção IV

#### Dos Secretários de Estado

Art. 90 - Os Secretários de Estado serão escolhidos dentre brasileiros maiores de vinte e um anos, no exercício de seus direitos políticos.

Parágrafo Único - Compete ao Secretário de Estado, além de outras atribuições estabelecidas nesta Constituição e na lei:

I - exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da administração estadual, na área de suas atribuições, e referendar os atos e decretos assinados pelo Governador;

II - expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos;

III - apresentar ao Governador do Estado e à Assembléia Legislativa relatório anual de sua gestão na Secretaria, o qual deverá ser obrigatoriamente publicado no Diário Oficial;

IV - praticar atos pertinentes às atribuições que lhe forem outorgadas ou delegadas pelo Governador do Estado;

V - encaminhar à Assembléia Legislativa informações por escrito, quando solicitado pela Mesa, podendo ser responsabilizado, na forma da lei, em caso de recusa ou não-atendimento no prazo de trinta dias, bem como de fornecimento de informações falsas.

Art. 91 - Os Secretários de Estado poderão comparecer à Assembléia Legislativa, por sua iniciativa e mediante entendimento com a Mesa Executiva, para expor assunto de relevância de sua Secretaria.

Art. 92 - Os Secretários de Estado, nos crimes comuns e nos de responsabilidade, serão processados e julgados pelo Tribunal de Justiça e, nos crimes conexos com os do Governador do Estado, pelos órgãos competentes para o processo e julgamento deste.

**Capítulo III**  
**Do Poder Judiciário**  
**Seção I**  
**Das Disposições Gerais**

Art. 93 - São órgãos do Poder Judiciário no Estado:

- I - o Tribunal de Justiça;
- II - o Tribunal de Alçada;
- III - os Tribunais do Juri;
- IV - os Juizes de Direito;
- V - os Juizes Substitutos;
- VI - os Juizados Especiais;
- VII - os Juizes de Paz.

Art. 94 - Os tribunais e juizes são independentes e estão sujeitos somente à Lei.

Parágrafo Único - No Tribunal de Justiça haverá um órgão especial, integrado pela cúpula diretiva e vinte e dois membros de maior antigüidade, respeitada a representação do quinto constitucional, para o exercício de atribuições administrativas e jurisdicionais da competência do Tribunal Pleno, exceto as pertinentes às eleições de seus órgãos dirigentes e à organização de lista para provimento de cargos de desembargador.

Art. 95 - Um quinto dos lugares dos Tribunais de Justiça e de Alçada será composto de membros do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional.

§1º - No caso do Tribunal de Alçada, os integrantes do quinto constitucional serão indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.

§ 2º - Recebidas as indicações, o Tribunal de Justiça formará lista triplíce, enviando-a ao Poder Executivo que, nos vinte dias subseqüentes, escolherá um de seus integrantes para nomeação.

Art. 96 - Lei de Organização e Divisão Judiciárias, de iniciativa do Tribunal de Justiça, disporá sobre a estrutura e funcionamento de Poder Judiciário do Estado e a carreira de magistratura, observados os seguintes princípios:

I - ingresso na carreira, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, através de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação;

II - promoção de entrância para entrância, alternadamente, por antigüidade e merecimento, atendidas as seguintes normas:

a) é obrigatória a promoção do juiz que figurar por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento;

b) a promoção por merecimento pressupõe dois anos de exercício na respectiva entrância e integrar o juiz a primeira quinta parte na lista de antigüidade desta, salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago;

c) aferição de merecimento pelos critérios de presteza e segurança no exercício da jurisdição, através de mecanismos definidos em lei, e pela freqüência e aproveitamento em cursos reconhecidos de aperfeiçoamento;

d) a lista de promoção por merecimento será formada pelos três juizes mais votados pelo órgão especial, cabendo ao Presidente do Tribunal de Justiça o respectivo provimento;

e) havendo mais de uma vaga a ser preenchida pelo critério de merecimento, a lista será formada por tantos Juizes, quantas vagas houver, mais dois;

f) na apuração de antigüidade, o Tribunal de Justiça poderá recusar, motivadamente, o juiz mais antigo pelo voto de dois terços de seus membros, repetindo-se a votação até se fixar a indicação;

g) a aplicação alternada dos critérios de promoção atenderá à ordem numérica dos atos de vacância dos cargos a serem preenchidos;

III - à promoção, e ao provimento inicial, precede a remoção, alternadamente, por antigüidade e merecimento;

IV - publicação de edital de remoção ou promoção no prazo de dez dias contados da data de vacância do cargo a ser preenchido;

V - o acesso aos tribunais de segundo grau far-se-á por antigüidade e merecimento, alternadamente, apurados na última entrân-

cia ou nos Tribunais de Alçada, quando se tratar de promoção para o Tribunal de Justiça, de acordo com o inciso II e respeitada a norma do art. 95 desta Constituição;

VI - previsão de cursos oficiais de preparação e aperfeiçoamento de magistrados como requisitos para ingresso e promoção na carreira;

VII - subsídios fixados por lei, não podendo a diferença entre uma e outra categoria ser superior a dez por cento ou inferior a cinco por cento, nem exceder a noventa e cinco por cento do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, obedecido, em qualquer caso, o disposto nos arts. 37, XI e 39, §4º da Constituição Federal.

VIII - a aposentadoria dos magistrados e a pensão de seus dependentes observarão o disposto no artigo 35 desta Constituição.

IX - o juiz titular residirá na respectiva comarca;

X - o ato de remoção, disponibilidade e aposentadoria do magistrado, no interesse público, fundar-se-á em decisão por voto de dois terços do Tribunal de Justiça, assegurada ampla defesa;

XI - todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões sob pena de nulidade, podendo a lei, se o interesse público o exigir, limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e seus advogados, ou somente a estes;

XII - as decisões administrativas dos tribunais serão motivadas, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros.

Art. 97 - Os Juízes gozam das seguintes garantias:

I - vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após dois anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do Tribunal de Justiça; e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado, assegurado, em qualquer hipótese, o direito a ampla defesa;

II - inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, na forma estabelecida na Constituição Federal;

III - irredutibilidade de subsídios, ressalvado o disposto nos arts. 37, X e XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I, da Constituição Federal.

Parágrafo Único - Aos magistrados é vedado:

I - exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério;

II - receber, a qualquer título ou pretexto, custas ou participação em processo;

III - dedicar-se à atividade político-partidária.

Art. 98 - Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira.

§ 1º - O Tribunal de Justiça elaborará a proposta orçamentária do Poder Judiciário, dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na lei de diretrizes orçamentárias.

§ 2º - Os pagamentos devidos pela fazenda estadual ou municipal, em virtude de condenação judicial, serão feitos exclusivamente na ordem cronológica da apresentação dos precatórios e à conta dos respectivos créditos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais, abertos para este fim, à exceção dos de natureza alimentar.

§ 3º - O disposto no parágrafo anterior, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor que a Fazenda Estadual ou Municipal deva fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

§ 4º - As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados ao Poder Judiciário, recolhendo-se as importâncias respectivas à repartição competente, cabendo ao Presidente do Tribunal de Justiça determinar o pagamento, segundo as possibilidades do depósito, e autorizar, a requerimento dos credores, exclusivamente para o caso de preterimento do seu direito de precedência, o sequestro da quantia necessária à satisfação do débito.

§ 5º - É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de dotação necessária ao pagamento dos seus débitos constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, data em que seus valores serão atualizados, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte.

Art. 99 - Compete privativamente aos tribunais de segundo grau:

I - eleger seus órgãos diretivos dentre os integrantes do órgão especial, vedada a reeleição;

II - elaborar seus regimentos internos, com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes, dispondo sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos;



III - organizar suas secretarias e serviços auxiliares;

IV - prover, por concursos públicos de provas, ou de provas e títulos, vedado concurso interno, os cargos necessários à administração da Justiça, exceto os de confiança, assim definidos em lei, que poderão ser providos sem concurso;

V - conceder férias, licença e outros afastamentos a seus membros e aos servidores que lhes forem imediatamente subordinados.

## Seção II

### Do Tribunal de Justiça

Art. 100 - O Tribunal de Justiça, com sede na Capital e jurisdição em todo o território do Estado, compõe-se de, no mínimo, vinte e sete desembargadores, nomeados dentre os juízes do Tribunal de Alçada, observado o disposto nos arts. 95 e 96, V, desta Constituição.

Art. 101 - Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembléia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

a) a alteração do número de seus membros e os do Tribunal de Alçada;

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízes que lhe forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I da Constituição Federal.

c) a criação, extinção ou alteração do número de membros dos tribunais inferiores;

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;

e) a criação e extinção de comarcas, varas ou distritos judiciários;

II - prover, na forma prevista na Constituição Federal e nesta, os cargos de magistratura estadual, de primeiro e segundo graus, incluídos os de desembargador, ressalvada a competência pertinente aos cargos do quinto constitucional do Tribunal de Alçada;

III - aposentar os magistrados e os servidores da Justiça;

IV - conceder licença, férias e outros afastamentos aos magistrados que lhe forem vinculados;

V - encaminhar a proposta orçamentária do Poder Judiciário;

VI - solicitar, quando cabível, a intervenção federal no Estado;

VII - processar e julgar, originariamente:

a) nos crimes comuns e de responsabilidade, os Deputados Estaduais, os juízes dos Tribunais de Alçada e os juízes de direito e juízes substitutos, os Secretários de Estado, os membros do Ministério Público e os Prefeitos Municipais, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral, e, nos crimes comuns, o Vice-Governador do Estado;

b) os mandados de segurança contra atos do Governador do Estado, da Mesa e da Presidência da Assembléia Legislativa, do próprio Tribunal ou de algum de seus órgãos, de Secretário de Estado, do Presidente do Tribunal de Contas, do Procurador-Geral de Justiça, do Procurador-Geral do Estado e do Defensor-Geral da Defensoria Pública;

c) os mandados de injunção e os "habeas-data";

d) os "habeas-corpus" nos processos cujos os recursos forem de sua competência, ou quando o coator ou paciente for autoridade diretamente sujeita à sua jurisdição;

e) as ações rescisórias de seus julgados e as revisões criminais nos processos de sua competência;

f) as ações diretas de inconstitucionalidade e de constitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais e municipais contestados em face desta Constituição e a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional;

g) a execução de sentença nas causas de sua competência originária, facultada a delegação de atribuições para a prática de atos processuais;

h) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões;

i) as causas e os conflitos entre o Estado e os Municípios, inclusive entre as respectivas entidades da administração indireta;

j) os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias do Estado, ou entre estas e as administrativas municipais;

VIII - julgar, em grau de recurso, as causas não atribuídas por esta Constituição expressamente à competência do Tribunal de Alçada, ou, por lei, aos órgãos recursais dos juzgados especiais;

IX - velar pelo exercício da atividade correcional respectiva;

X - exercer as demais funções que lhe forem atribuídas por lei.

§ 1º - Aos órgãos do Poder Judiciário do Estado compete a administração, conservação e o uso dos imóveis e instalações fo-

renses, podendo ser autorizada a sua utilização por órgãos diversos, no interesse da justiça, como dispuser o Tribunal de Justiça.

§ 2º - Os agentes do Ministério Público e da Defensoria Pública terão, no conjunto arquitetônico dos fóruns, instalações próprias ao exercício de suas funções, com condições assemelhadas às dos juizes de direito junto aos quais funcionem.

### Seção III Do Tribunal de Alçada

Art. 102 - Haverá um Tribunal de Alçada, com sede em Curitiba, com jurisdição territorial em todo Estado do Paraná, composto por um mínimo de vinte e cinco Juizes.

Art. 103 - Compete ao Tribunal de Alçada:

I - propor ao Tribunal de Justiça, para encaminhamento à Assembléia Legislativa, a criação e extinção de cargos de suas secretarias e a fixação dos respectivos vencimentos;

II - processar e julgar, originariamente:

a) as ações rescisórias de seus julgados e das sentenças proferidas nos processos de sua competência recursal;

b) as revisões criminais e os "habeas corpus", nos processos que forem de sua competência recursal;

c) os mandados de segurança contra atos de juiz de primeiro grau, praticados nos feitos de sua competência;

d) a execução de sentença nas causas de sua competência originária, facultada a delegação de atribuições para a prática de atos processuais a juizes de primeiro grau;

e) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões;

f) os mandados de segurança contra atos do próprio Tribunal ou de algum de seus órgãos;

III - julgar em grau de recurso:

a) as ações relativas à locação;

b) as ações possessórias;

c) as ações de usucapião;

d) as ações relativas à matéria fiscal de competência dos Municípios;

e) as ações de acidentes do trabalho;

f) as ações de procedimento sumário;

g) as execuções por título extrajudicial e ações que lhe forem conexas, exceto as relativas à matéria fiscal de competência do Estado, à falência e à concordata;

h) as ações originárias de contrato de alienação fiduciária;

i) as ações provenientes de contrato de seguro de qualquer natureza;

j) as ações decorrentes de contrato de corretagem;

l) as ações decorrentes de dissolução e liquidação de sociedade civil ou comercial;

m) as ações revocatórias, exceto em matéria falimentar;

n) os crimes ou contravenções relativos a tóxicos ou entorpecentes;

o) os crimes contra o patrimônio, independentemente da natureza da pena cominada;

p) os crimes contra a pessoa, excetuados os crimes dolosos contra a vida; (\*)

q) os crimes contra a propriedade imaterial; (\*\*)

r) os crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos; (\*)

s) os crimes contra os costumes; (\*)

t) os crimes contra a incolumidade pública; (\*)

u) os crimes contra a paz pública; (\*)

v) os crimes de corrupção de menores; (\*)

x) as demais infrações a que não seja cominada pena de reclusão, isolada, cumulativa ou alternativamente, exceto as falimentares. (\*)

IV - exercer as demais funções que lhe forem atribuídas por lei.

Art. 104 - Nos casos de conexão ou continência entre ações cíveis de competência do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Alçada, prorrogar-se-á a do primeiro, o mesmo ocorrendo quando, em matéria criminal, houver desclassificação para crime de competência do último, não havendo a acusação interposto recurso.

### Seção IV

#### Dos Juizes de Direito e Juizes Substitutos

Art. 105 - Em primeiro grau de jurisdição, a carreira da magistratura compreende as entrâncias, definidas na Lei de Organização e Divisão Judiciárias.

Art. 106 - São requisitos de inscrição no concurso de ingresso na carreira, além de outros enumerados em lei, ser bacharel em Direito, com inscrição definitiva na Ordem dos Advogados do Brasil, salvo nos casos de impedimento legal à sua obtenção.

(\*) Redação conforme E.C. nº 05/98 - D.O. de 10/07/98.

(\*\*) Acrescido pela E.C. nº 05/98 - D.O. de 10/07/98.

Art. 107 - Para conhecer e julgar conflitos fundiários, o Tribunal de Justiça, por ato de seu Presidente, designará Juizes de entrância especial, atribuindo-lhes competência exclusiva para questões agrárias.

§ 1º - Para o efeito previsto neste artigo, considera-se especial a entrância mais alta de primeiro grau.

§ 2º - Sempre que entender necessário à eficiente prestação da tutela jurisdicional, o juiz irá ao local do litígio.

### Seção V Da Justiça Militar

Art. 108 - A Justiça Militar é constituída, em primeiro grau, pelos Conselhos de Justiça e, em segundo, pelo Tribunal de Justiça ou por Tribunal de Justiça Militar.

§ 1º - A lei poderá criar, mediante proposta do Tribunal de Justiça, o Tribunal de Justiça Militar, quando cumprido o requisito previsto no Art. 125, § 3º, da Constituição Federal.

§ 2º - Compete à Justiça Militar Estadual processar e julgar os policiais militares nos crimes militares definidos em lei, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação dos praças.

### Seção VI Dos Juizados Especiais<sup>(\*)</sup> e dos Juizes de Paz

Art. 109 - A competência, a composição e o funcionamento dos juizados especiais, de causas cíveis de menor complexidade e de infrações penais de menor potencial ofensivo serão determinados na Lei de Organização e Divisão Judiciárias, observado o disposto no art. 98, I, da Constituição Federal.

Parágrafo Único - Como órgão recursal das decisões proferidas pelos juizados especiais, funcionarão turmas de Juizes de primeiro grau, sem prejuízo das demais atribuições.

Art. 110 - A Justiça de Paz, remunerada, será composta de cidadãos eleitos pelo voto direto, universal e secreto, com mandato de quatro anos e competência para celebrar casamentos, verificar, de ofício ou em face

de impugnação apresentada, o processo de habilitação, exercer atribuições conciliatórias e outras, sem caráter jurisdicional, conforme dispuser a Lei de Organização e Divisão Judiciárias.

### Seção VII Do Controle da Constitucionalidade

Art. 111 - São partes legítimas para propor a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual ou municipal, em face desta Constituição:

I - o Governador do Estado e a Mesa da Assembléia Legislativa;

II - o Procurador-Geral de Justiça e o Procurador Geral do Estado;

III - o Prefeito e a Mesa da Câmara do respectivo Município, quando se tratar de lei ou ato normativo local ou estadual que afete a autonomia local;

IV - o Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil;

V - os partidos políticos com representação na Assembléia Legislativa;

VI - as federações sindicais e as entidades de classe de âmbito estadual;

VII - o Deputado Estadual.

Art. 112 - Somente pelo voto da maioria absoluta dos seus membros ou dos membros do órgão especial, poderá o Tribunal de Justiça declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.

Parágrafo Único. O Procurador-Geral de Justiça será sempre ouvido nas ações de inconstitucionalidade.

Art. 113 - Declarada a inconstitucionalidade, a decisão será comunicada à Assembléia Legislativa ou à Câmara Municipal para suspensão da execução da lei ou ato impugnado.

§ 1º - Reconhecida a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma desta Constituição, a decisão será comunicada ao poder competente para adoção das providências necessárias à prática do ato ou início do processo legislativo, e, em se tratando de órgão administrativo, para emití-lo em trinta dias, sob pena de responsabilidade.

§ 2º - Na ação direta de inconstitucionalidade incumbirá à Procuradoria Geral do Estado atuar na curadoria de presunção de legitimidade do ato impugnado.

(\*) Vide Lei Estadual nº 11.468 de 16/07/96.

**Capítulo IV**  
**Das Funções Essenciais à Justiça**  
**Seção I**  
**Do Ministério Público**

**Art. 114** - O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

§ 1º - São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

§ 2º - Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira. (redação dada pela Em 19)

**Art. 115** - O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites da lei de diretrizes orçamentárias.

**Art. 116** - O Ministério Público tem por chefe o Procurador-Geral de Justiça, nomeado pelo Governador do Estado, após a aprovação da Assembleia Legislativa, dentre os integrantes da carreira, indicados em lista tripartite elaborada, na forma da lei, por todos os seus membros, para mandato de dois anos, permitida uma recondução, em que se observará o mesmo processo.

§ 1º - O Procurador-Geral de Justiça poderá ser destituído por deliberação da maioria absoluta da Assembleia Legislativa, na forma da lei complementar respectiva.

§ 2º - Enquanto estiver exercendo o cargo, e até seis meses depois de havê-lo deixado, é vedado ao Procurador-Geral da Justiça concorrer às vagas de que trata o art. 95 desta Constituição.

**Art. 117** - O ingresso na carreira do Ministério Público far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil, observada, nas nomeações, a ordem de classificação.

**Art. 118** - Lei complementar, cuja iniciativa é facultada ao Procurador-Geral de Justiça, estabelecerá a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público, observadas, quanto a seus membros:

I - as seguintes garantias:

a) vitaliciedade, após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado;

b) inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, por voto de dois terços de seus membros, assegurada ampla defesa;

c) irredutibilidade de subsídios, observado o que dispõe o art. 27, XI, 33, § 4º, desta Constituição e os arts. 150, II, 153, III; e 153, § 2º, I, da Constituição Federal;

d) revisão de subsídio e vantagens, em igual percentual, sempre que revistos os da magistratura;

e) promoção voluntária, por antiguidade e merecimento, alternadamente, de uma para outra entrância e da entrância mais elevada para o cargo de Procurador de Justiça, aplicando-se, por assemelhação, o disposto no art. 93, II, da Constituição Federal;

f) subsídios fixados com diferença de cinco por cento de uma para outra entrância,

g) aposentadoria nos termos do artigo 35 desta Constituição.

II - as seguintes vedações:

a) receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais, sendo a verba honorária decorrente da sucumbência recolhida ao Estado, como renda eventual, à conta da Procuradoria-Geral de Justiça, para seu aperfeiçoamento, o de seus integrantes e o de seus equipamentos;

b) exercer a advocacia;

c) participar de sociedades comerciais, na forma da lei;

d) exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magistério;

e) exercer atividade político-partidária, salvo exceções previstas em lei.

**Art. 119** - As funções do Ministério Público só podem ser exercidas por integrantes da carreira, que deverão residir na comarca da respectiva lotação.

**Art. 120** - São funções institucionais do Ministério Público:

I - promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei;

II - zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição e na da República, promovendo as medidas necessárias à sua garantia;

III - promover o inquérito civil e ação civil pública, para proteção do patrimônio

público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

IV - promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção do Estado no Município, nos casos previstos nesta Constituição e na Federal;

V - expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos, para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva;

VI - exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no inciso anterior;

VII - requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais;

VIII - exercer fiscalização dos estabelecimentos prisionais e dos que abriguem menores, idosos, incapazes ou pessoas portadoras de deficiência, supervisionando sua assistência;

IX - fiscalizar, concorrentemente, a aplicação das dotações públicas destinadas às instituições assistenciais;

X - participar em organismos estatais de defesa do meio ambiente, do trabalhador, do consumidor, de menores, de política penal e penitenciária e outros afetos a sua área de atuação;

XI - receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa por desrespeito aos direitos assegurados na Constituição Federal e nesta, promovendo as medidas necessárias à sua garantia;

XII - exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com as suas finalidades, sendo-lhe vedada a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.

Parágrafo Único. A legitimação do Ministério Público para as ações civis previstas neste artigo não impede a de terceiros, nas mesmas hipóteses, segundo o disposto na Constituição Federal e na lei.

Art. 121 - Aos membros do Ministério Público, junto ao Tribunal de Contas, aplicam-se as disposições desta seção, no que se refere a direitos, vedações e formas de investidura.

Art. 122 - O Ministério Público de superior instância terá composição mínima correspondente a dois terços do número de membros de igual instância do Poder Judiciário.

## Seção II

### Da Procuradoria-Geral do Estado

Art. 123 - A advocacia do Estado, como função institucionalizada e organizada por lei complementar, terá como órgão único de execução a Procuradoria-Geral do Estado, diretamente vinculada ao Governador e integrante de seu gabinete.

Art. 124 - Compete à Procuradoria-Geral do Estado, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei:

I - a representação judicial e extrajudicial do Estado e a consultoria jurídica do Poder Executivo;

II - a unificação da jurisprudência administrativa do Estado;

III - a cobrança judicial da dívida ativa do Estado;

IV - a realização dos processos administrativos disciplinares, nos casos previstos em lei;

V - a orientação jurídica aos Municípios, em caráter complementar ou supletivo.

Art. 125 - O exercício das atribuições da Procuradoria-Geral do Estado é privativo dos procuradores integrantes da carreira, que será organizada e regida por estatuto próprio, definido em lei complementar, com observância dos arts. 39 e 132 da Constituição Federal.

§ 1º - O ingresso na carreira de procurador far-se-á na classe inicial, mediante concurso público específico de provas e títulos, organizado e realizado pela Procuradoria-Geral do Estado, assegurada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, obedecida, na nomeação, a ordem de classificação.

§ 2º - É assegurado aos procuradores do Estado:

I - irredutibilidade de subsídios e proventos;

II - inamovibilidade, na forma da lei;

III - estabilidade após três anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado da Corregedoria;

IV - promoção voluntária por antiguidade e merecimento, alternadamente, observados os requisitos previstos em lei;

V - subsídios fixados com a diferença de cinco por cento de uma para outra classe, observado o disposto no art. 27, XI, desta Constituição.

§ 3º - É vedado aos procuradores do Estado:

I - exercer advocacia fora das funções institucionais;

II - o exercício de qualquer outra função pública, salvo o magistério.

Art. 126 - O Procurador-Geral do Estado, chefe da Instituição, é de livre nomeação do Governador, preferencialmente dentre os integrantes da carreira e gozará de tratamento e prerrogativas de Secretário de Estado.

### Seção III Da Defensoria Pública

Art. 127 - A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica integral e gratuita, a postulação e a defesa, em todas as instâncias, judicial e extrajudicial, dos direitos e dos interesses individuais e coletivos dos necessitados, na forma da lei.

Parágrafo Único - São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a impessoalidade e a independência na função.

Art. 128 - Lei complementar, observada a legislação federal, disporá sobre a organização, estrutura e funcionamento da Defensoria Pública, bem como sobre os direitos, deveres, prerrogativas, atribuições e carreiras de seus membros.

## TÍTULO IV DOS TRIBUTOS E DOS ORÇAMENTOS

### Capítulo I Da Tributação

Art. 129 - Compete ao Estado instituir:

I - impostos previstos na Constituição Federal;

II - taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;

III - contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas;

IV - contribuição social, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, de sistemas de previdência e assistência social.

Art. 130 - Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica estadual ou municipal que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas

ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no artigo 155, § 2º, XII, da Constituição Federal.

Art. 131 - O Estado poderá celebrar convênio com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, para dispor sobre matérias tributárias.

### Capítulo II Da Repartição das Receitas Tributárias

Art. 132 - A repartição das receitas tributárias do Estado obedece ao que, a respeito, determina a Constituição Federal.

Parágrafo Único - O Estado assegurará, na forma da lei, aos Municípios que tenham parte de seu território integrando unidades de conservação ambiental, ou que sejam diretamente influenciados por elas, ou àqueles com mananciais de abastecimento público, tratamento especial quanto ao crédito da receita referida no art. 158, parágrafo único, II, da Constituição Federal.

### Capítulo III Dos Orçamentos

Art. 133 - Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - o plano plurianual;

II - as diretrizes orçamentárias anuais;

III - os orçamentos anuais.

§ 1º - A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá de forma regionalizada as diretrizes, objetivos e metas da administração pública estadual direta e indireta, abrangendo os programas de manutenção e expansão das ações de governo.

§ 2º - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize sua inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

§ 3º - A lei de diretrizes orçamentárias, de caráter anual, compreenderá:

I - as metas e prioridades da administração pública estadual direta e indireta;

II - as projeções das receitas e despesas para o exercício financeiro subsequente;

III - os critérios para a distribuição setorial e regional dos recursos para os órgãos dos poderes do Estado;

IV - as diretrizes relativas à política de pessoal do Estado;

V - as orientações para a elaboração da lei orçamentária anual;



VI - os ajustamentos do plano plurianual decorrentes de uma reavaliação da realidade econômica e social do Estado;

VII - as disposições sobre as alterações na legislação tributária;

VIII - as políticas de aplicação dos agentes financeiros oficiais de fomento, apresentando o plano de prioridades das aplicações financeiras e destacando os projetos de maior relevância;

IX - os demonstrativos dos efeitos sobre as receitas e despesas públicas decorrentes da concessão de quaisquer benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia pela administração pública estadual.

§ 4º - Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário publicarão, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatórios resumidos da execução orçamentária.

§ 5º - Os planos de programas estaduais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual apreciado pela Assembleia Legislativa.

§ 6º - A lei orçamentária anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal, fixando as despesas referentes aos poderes estaduais, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, estimando as receitas do Estado, efetivas e potenciais aqui incluídas as renúncias fiscais a qualquer título;

II - o orçamento próprio da administração indireta, compreendendo as receitas próprias e as receitas de transferências do Estado e suas aplicações relativas às autarquias e às fundações;

III - o orçamento de investimento das empresas públicas e daquelas em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

§ 7º - Os orçamentos previstos no § 6º, I, II e III deste artigo, em que constarão, detalhada e individualizadamente, as obras previstas e seus respectivos custos, deverão ser elaborados em consonância com as políticas de desenvolvimento urbano, rural e regional integrantes de plano plurianual. (\*)

§ 8º - O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativos dos efeitos sobre as receitas e despesas públicas decorrentes da concessão de quaisquer benefícios da natureza financeira, tributária e

creditícia, pela administração pública estadual, detalhados de forma regionalizada e identificando os objetivos de tais concessões.

§ 9º - A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação de despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

Art. 134 - Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Assembleia Legislativa.

§ 1º - Caberá às comissões técnicas competentes da Assembleia Legislativa:

I - examinar e emitir parecer sobre os projetos referidos neste artigo e sobre as contas apresentadas anualmente pelo Governador do Estado;

II - examinar e emitir parecer sobre os planos e programas estaduais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição e exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária.

§ 2º - As emendas serão apresentadas à comissão competente, que sobre elas emitirá parecer, e apreciadas em plenário, na forma regimental.

§ 3º - As emendas ao projeto de lei do orçamento anual e aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso:

I - sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre:

a) dotações para pessoal e seus encargos;

b) serviço da dívida;

c) transferências tributárias constitucionais para os Municípios;

III - sejam relacionadas:

a) com a correção de erros ou omissões;

b) com os dispositivos do texto do projeto de lei.

§ 4º - As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual.

§ 5º - O Governador do Estado poderá enviar mensagem à Assembleia Legislativa para propor modificação nos projetos a que se refere este artigo, enquanto não tiver

(\*) Redação originária: "Os orçamentos previstos no § 6º, I, II e III deste artigo, deverão ser elaborados em consonância com as políticas de desenvolvimento urbano, rural e regional, integrantes do plano plurianual." - Nova redação, conforme Emenda Constitucional nº 02, de 15 de dezembro de 1993 - D.O. de 17/12/93.

sido iniciada a votação, em plenário, da parte cuja alteração é proposta.

§ 6º - Aplicam-se aos projetos mencionados neste artigo, no que não contrariem o disposto nesta seção, as demais normas relativas ao processo legislativo.

§ 7º - Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

§ 8º - Sempre que solicitado pela Assembleia Legislativa, o Tribunal de Contas emitirá, no prazo por ela consignado, parecer prévio sobre a proposta orçamentária.

#### Art. 135 - São vedados:

I - o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

II - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III - a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, exceto as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;

IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os artigos 158 e 159, a destinação de recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino, como determinado pelo artigo 212, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no artigo 165, § 8º, bem assim como o disposto no § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal;

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII - a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII - a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos do orçamento fiscal, para suprir necessidades ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos;

IX - a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa;

X - a subvenção ou auxílio do Poder Público às entidades de previdência privada com fins lucrativos.

§ 1º - Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses do exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

§ 2º - A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

Art. 136 - Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público, serão entregues até o dia vinte de cada mês, na forma da legislação pertinente.

Art. 137 - A despesa com pessoal ativo e inativo do Estado e dos Municípios não poderá exercer os limites estabelecidos em lei complementar federal.

§ 1º - A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas:

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

§ 2º - Decorrido o prazo estabelecido na lei complementar referida neste artigo para a adaptação aos parâmetros ali previstos, serão imediatamente suspensos todos os repasses de verbas estaduais aos Municípios que não observarem os referidos limites.

§ 3º - Para o cumprimento dos limites estabelecidos com base neste artigo, durante o prazo fixado na lei complementar referida

no caput, o Estado e os Municípios adotarão as seguintes providências:

I - redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança;

II - exoneração dos servidores não estáveis.

§ 4º - Se as medidas adotadas com base no parágrafo anterior não forem suficientes para assegurar o cumprimento da determinação da lei complementar referida neste artigo, o servidor estável poderá perder o cargo, desde que ato normativo motivado de cada um dos Poderes especifique a atividade funcional, o órgão ou unidade administrativa objeto da redução de pessoal.

§ 5º - O servidor que perder o cargo na forma do parágrafo anterior fará jus a indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço.

§ 6º - O cargo objeto da redução prevista nos parágrafos anteriores será considerado extinto, vedada a criação de cargo, emprego ou função com atribuições iguais ou assemelhadas pelo prazo de quatro anos.

§ 7º - Lei federal disporá sobre as normas gerais a serem obedecidas na efetivação do disposto no § 4º.

Art. 138 - A Assembléia Legislativa elaborará a proposta orçamentária do Poder Legislativo, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

## **TÍTULO V**

### **DA ORDEM ECONÔMICA**

#### **Capítulo I**

#### **Dos Princípios Gerais da Ordem Econômica**

Art. 139 - A organização da atividade econômica, fundada na valorização do trabalho, na livre iniciativa e na proteção do meio ambiente, tem por objetivo assegurar existência digna a todos, conforme os mandamentos da justiça social e com base nos princípios estabelecidos na Constituição Federal.

Art. 140 - Como agente normativo e regulador das atividades econômicas, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de orientação, fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

Art. 141 - A lei definirá o sistema, as diretrizes e bases do planejamento e desenvolvimento estadual equilibrado, integrando-o ao planejamento nacional e a ele se incorpo-

rando e compatibilizando os planos regionais e municipais, atendendo:

I - ao desenvolvimento social e econômico;

II - ao desenvolvimento urbano e rural;

III - à ordenação territorial;

IV - à articulação, integração e descentralização dos diferentes níveis de governo e das respectivas entidades da administração indireta com atuação nas regiões, distribuindo-se adequadamente recursos financeiros;

V - à definição de prioridades regionais.

Parágrafo Único - A lei regulamentará as relações da empresa pública com o Estado e a sociedade.

Art. 142 - As parcelas de recursos asseguradas, nos termos da lei federal, ao Estado, como participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais, no seu território, ou como compensação financeira por essa exploração, serão aplicadas e distribuídas na forma, nos prazos e nos critérios definidos na lei complementar estadual.

Parágrafo Único - A política de aplicação dos recursos a que alude este artigo será definida por comissão composta paritariamente de representantes dos Poderes Executivo e Legislativo, das classes produtoras e trabalhadoras.

Art. 143 - As microempresas e as empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, receberão do Estado tratamento jurídico diferenciado, visando ao incentivo de sua criação, preservação e desenvolvimento, através da eliminação, redução ou simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias e creditícias, por meio da Lei.

Parágrafo Único - O Poder Público estimulará a atividade artesanal.

Art. 144 - O Estado e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico.

Art. 145 - O Estado, por lei e ação integrada com a União, Municípios e a sociedade, promoverá a defesa dos direitos sociais do consumidor, através de sua conscientização, da prevenção e responsabilização por danos a ele causados, democratizando a fruição de bens e serviços essenciais.

Art. 146 - Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

§ 1º - Lei complementar disporá sobre:

I - o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato, de sua renovação e prorrogação, bem como sobre as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão;

II - os direitos dos usuários;

III - a política tarifária;

IV - a obrigação de manter serviço adequado.

§ 2º - Nas delegações de novas linhas de transporte coletivo de passageiros, a serem implantadas no Estado, bem como nas renovações e prorrogações das mesmas, é vedada a cláusula de exclusividade.

Art. 147 - A empresa pública, a sociedade de economia mista e outras entidades estatais que explorem atividade econômica sujeitam-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributárias.

Parágrafo Único - As empresas públicas e as sociedades de economia mista não poderão gozar de privilégios fiscais não-extensivos às do setor privado.

Art. 148 - O Estado apoiará e estimulará o cooperativismo.

Parágrafo Único - É assegurada a participação do cooperativismo, através do seu órgão de representação, nos colegiados de âmbito estadual dos quais a iniciativa privada faça parte e que tratem de assuntos relacionados com as atividades desenvolvidas pelas cooperativas.

Art. 149 - O sistema financeiro estadual, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do Estado e a servir aos interesses da coletividade, será regulado em lei complementar, obedecendo, em sua organização, funcionamento e atribuições, às normas emanadas da legislação federal.

## Capítulo II Da Política Urbana

Art. 150 - A política de desenvolvimento urbano será executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais

fixadas em lei, tendo por objetivo ordenar o desenvolvimento das funções da cidade e garantir o bem-estar dos seus habitantes.

Art. 151 - A política de desenvolvimento urbano visa a assegurar, dentre outros objetivos:

I - a urbanização e a regularização de loteamentos de áreas urbanas;

II - a cooperação das associações representativas no planejamento urbano municipal;

III - a preservação de áreas periféricas de produção agrícola e pecuária;

IV - a garantia à preservação, à proteção e à recuperação do meio ambiente e da cultura;

V - a criação e manutenção de parques de especial interesse urbanístico, social, ambiental, turístico e de utilização pública;

VI - a utilização racional do território e dos recursos naturais, mediante controle da implantação e do funcionamento de atividades industriais, comerciais, residenciais e viárias.

Art. 152 - O plano diretor, instrumento básico da política de desenvolvimento econômico e social e de expansão urbana, aprovado pela Câmara Municipal, é obrigatório para as cidades com mais de vinte mil habitantes, expressando as exigências de ordenação da cidade e explicitando os critérios para que se cumpra a função social da propriedade urbana.

§ 1º - O plano diretor disporá sobre:

I - normas relativas ao desenvolvimento urbano;

II - políticas de orientação da formulação de planos setoriais;

III - critérios de parcelamento, uso e ocupação do solo e zoneamento, prevendo áreas destinadas a moradias populares, com garantias de acesso aos locais de trabalho, serviço e lazer;

IV - proteção ambiental;

V - ordenação de usos, atividades e funções de interesse zonal.

§ 2º - O Poder Público municipal poderá exigir, nos termos do art. 182, § 4º, da Constituição Federal, o adequado aproveitamento do solo urbano não-edificado, subutilizado ou não-utilizado.

Art. 153 - As cidades com população inferior a vinte mil habitantes receberão assistência de órgão estadual de desenvolvimento urbano na elaboração das normas gerais de ocupação do território, que garantam a função social do solo urbano.

### Capítulo III Das Políticas Agrícola e Agrária

Art. 154 - A política agrícola estadual será planejada e executada, na forma da lei, com a participação paritária e efetiva dos produtores e trabalhadores rurais, objetivando o desenvolvimento rural nos seus aspectos econômicos e sociais com racionalização de uso e preservação dos recursos naturais e ambientais, cabendo ao Estado:

I - a orientação, assistência técnica e extensão rural;

II - a geração contínua e evolutiva de tecnologia de produção;

III - a inspeção e fiscalização da produção, comercialização e utilização de insumos agropecuários;

IV - o estabelecimento de mecanismos de apoio:

a) a programas que atendam às áreas da agropecuária do Estado;

b) a sistemas de seguro agrícola;

c) à complementação dos serviços voltados para a comercialização agrícola, armazenagem, transporte e abastecimento;

d) à organização dos produtores em cooperativas, associações de classe e demais formas associativas;

e) à agroindustrialização de forma regionalizada e, preferencialmente, no meio rural ou em pequenas comunidades;

f) ao setor pesqueiro;

V - a instituição de um sistema de planejamento agrícola integrado;

VI - o investimento em benefícios sociais para rurícolas e comunidades rurais;

VII - a irrigação, drenagem, eletrificação e telefonia rural;

VIII - as ações de conhecimento da realidade e o encaminhamento de soluções ao trabalhador rural, especialmente ao volante;

IX - a manutenção de controle estatístico de produção com estimativas de safras.

§ 1º - A lei agrícola dará tratamento diferenciado e privilegiado ao micro e pequeno produtor.

§ 2º - O Estado implantará em todo o território o sistema estadual de cadastro técnico rural, com vistas ao planejamento e desenvolvimento das políticas agrícola, agrária, de regularização fundiária, utilização e preservação dos recursos naturais e de apoio às políticas urbanas municipais.

Art. 155 - Observada a lei federal, o Estado promoverá todos os esforços no sentido de implantar a reforma agrária.

Art. 156 - A regularização de ocupações e a destinação de terras públicas e devolutas serão compatibilizadas com as políticas agrícola, agrária e de preservação ambiental, através de títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos, segundo forma e critério definidos em lei complementar estadual.

§ 1º - Os órgãos do Estado devem ser colocados, em caráter complementar, a serviço dos assentamentos, no sentido de torná-los produtivos.

§ 2º - A política de assentamento rural, desenvolvida pelo Estado, estimulará o cooperativismo e demais formas associativas.

§ 3º - O Estado assegurará aos detentores de posse de terras devolutas por eles tomadas produtivas, com o seu trabalho e com o da sua família, preferência a receber título de domínio ou de concessão de uso, com os gravames previstos neste artigo, desde que:

I - não sejam proprietários de área superior a um módulo rural mínimo;

II - tenham, na agricultura, sua atividade principal;

III - residam no imóvel.

§ 4º - Fica assegurada aos beneficiários e suas organizações representativas a participação no planejamento e execução dos assentamentos.

§ 5º - A concessão de título de domínio ou de uso de terras públicas e devolutas deverá considerar a manutenção das reservas florestais públicas e as restrições de uso do solo, nos termos da lei.

§ 6º - Os lotes destinados a assentamentos nunca serão inferiores ao módulo rural mínimo definido por lei, ficando vedada a concessão de título de domínio ou de uso de mais de um lote ao mesmo conjunto familiar.

§ 7º - O título de domínio e a concessão de uso de imóveis rurais serão concedidos ao homem ou à mulher ou a ambos, independentemente de estado civil, nos termos da Constituição Federal.

§ 8º - As terras devolutas do Estado, observado o disposto no art. 208 desta Constituição, terão prioridade para assentamento de trabalhadores rurais.

Art. 157 - A concessão do uso de terras públicas far-se-á por meio de contrato, onde constarão, obrigatoriamente, além de outras que forem estabelecidas pelas partes, cláusulas definidoras:

I - da exploração de terra, direta, pessoal, familiar, associativa ou cooperativa para

cultivo ou qualquer outro tipo de exploração que atenda aos objetivos da política agrária, sob pena de reversão ao outorgante;

II - da residência permanente dos beneficiários na área objeto de contrato;

III - da indivisibilidade e intransferibilidade das terras, por parte dos outorgados e seus herdeiros, a qualquer título, sem autorização expressa e prévia do outorgante.

Art. 158 - Caberá ao Estado, em benefício dos projetos de assentamento:

I - estabelecer programas especiais de crédito, assistência técnica e extensão rural;

II - executar obras de infra-estrutura física e social;

III - estabelecer programas de fornecimento de insumos básicos e de serviços de mecanização agrícola;

IV - criar mecanismos de apoio à comercialização da produção;

V - estabelecer programas de pesquisas que subsidiem o diagnóstico e acompanhamento sócio-econômico dos assentamentos bem como seus levantamentos físicos.

Art. 159 - O Estado, adotando as medidas cabíveis:

I - disciplinará, por lei, tudo que se referir a produtos destinados a uso agrícola que ofereçam risco à vida, à flora, à fauna, e ao meio ambiente;

II - inspecionará, classificará e estabelecerá padrões de qualidade e sanidade, para comercialização de produtos agropecuários e subprodutos de origem animal e vegetal;

III - adotará medidas de defesa sanitária animal e vegetal e serviço de erradicação e prevenção de doenças e pragas que afetem o setor agrossilvopastoril;

IV - manterá serviço de assistência técnica e extensão rural, assegurando orientação prioritária ao micro e pequeno produtor sobre a produção agrossilvopastoril, sua organização, comercialização e preservação dos recursos naturais;

V - promoverá ações que visem à profissionalização no meio rural;

VI - criará, disciplinando-os em lei, fundos específicos para o desenvolvimento rural.

Art. 160 - No caso de aquisição, pelo Estado, de áreas destinadas à implantação de usinas hidrelétricas, é facultada ao proprietário a opção pelo pagamento em ter-

ras, compensando-se a qualidade pela quantidade.

Parágrafo Único - O pagamento na forma prevista neste artigo dependerá de prévia autorização da Assembléia Legislativa.

## Capítulo IV

### Dos Recursos Naturais

Art. 161 - Compete ao Estado, na forma da lei, no âmbito de seu território, respeitada a política do meio ambiente:

I - instituir e manter sistema de gerenciamento dos recursos naturais;

II - o registro, o acompanhamento e a fiscalização do uso dos recursos naturais.

Art. 162 - As negociações sobre aproveitamento energético, de recursos hídricos, entre a União e o Estado e entre este e outras unidades da federação, devem ser acompanhadas por comissão parlamentar nomeada pela Assembléia Legislativa do Estado.

Art. 163 - O Estado fomentará a implantação, em seu território, de usinas hidrelétricas de pequeno porte, para o atendimento ao consumo local, respeitada a capacidade de suporte do meio ambiente.

Art. 164 - O Estado, na forma da lei, promoverá e incentivará a pesquisa do solo e subsolo e o aproveitamento adequado dos seus recursos naturais, sendo de sua competência:

I - organizar e manter os serviços de geologia e cartografia de âmbito estadual;

II - fornecer os documentos e mapeamentos geológico-geotécnicos necessários ao planejamento da ocupação do solo e subsolo, nas áreas urbana e rural, no âmbito regional e municipal.

## TÍTULO VI

### DA ORDEM SOCIAL

#### Capítulo I

#### Da Seguridade Social

##### Seção I

##### Disposições Gerais

Art. 165 - O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da



mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.

Art. 166 - Cabe ao Estado garantir a coordenação e execução de uma política social que assegure:

I - a universalidade da cobertura e do atendimento;

II - a uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;

III - a participação organizada da sociedade civil na definição e execução dos objetivos, permitindo que os segmentos interessados tenham participação nos programas sociais.

## Seção II Da Saúde

Art. 167 - A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à prevenção, redução e eliminação de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde para a sua promoção, proteção e recuperação.

Parágrafo Único - Ao Estado, como integrante do sistema único de saúde, compete implementar ações destinadas a cumprir as atribuições referidas no art. 200 da Constituição Federal.

Art. 168 - As ações e serviços de saúde são de relevância pública, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita, preferencialmente, através de serviços oficiais e, supletivamente, através de serviços de terceiros, pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

Art. 169 - As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema estadual de saúde, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I - municipalização dos recursos, serviços e ações, com posterior regionalização dos mesmos, de forma a apoiar os Municípios;

II - integralidade na prestação das ações, preventivas e curativas, adequadas às realidades epidemiológicas;

III - integração da comunidade, através da constituição do Conselho Estadual de Saúde, com caráter deliberativo, garantida a participação dos usuários, prestadores de serviços e gestores, na forma da lei.

Art. 170 - O Estado dotará os serviços de saúde de meios adequados ao atendimento à saúde da mulher.

Art. 171 - A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

Parágrafo Único - As instituições privadas poderão participar, de forma complementar, do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

Art. 172 - O Estado manterá o Fundo Estadual de Saúde, a ser criado na forma da lei, financiado com recursos dos orçamentos da seguridade social, da União, do Estado e dos Municípios, além de outras fontes.

§ 1º - O volume dos recursos a esse fim destinados pelo Estado e Municípios será definido em suas respectivas leis orçamentárias.

§ 2º - É vedada a destinação de recursos públicos para auxílio ou subvenções a instituições privadas com fins lucrativos.

## Seção III Da Assistência Social

Art. 173 - O Estado e os Municípios assegurarão, no âmbito de suas competências, a proteção e a assistência à família, especialmente à maternidade, à infância, à adolescência, e à velhice, bem como a educação do excepcional, na forma da Constituição Federal.

Art. 174 - As ações governamentais de assistência social, observada a competência da União, serão descentralizadas e integradas, cabendo ao Estado e Municípios a coordenação e execução, com participação das entidades beneficentes de assistência social e das comunidades.

Art. 175 - O Estado destinará, deduzidos os prêmios e as despesas operacionais, cinquenta por cento do produto da arrecadação de concursos de prognósticos de números aos Municípios, para programas de assistência social e de apoio ao esporte amador.

Parágrafo Único - A lei estabelecerá critérios de proporcionalidade para a distribuição dos recursos referidos neste artigo.

Art. 176 - O Estado garantirá, na rede pública hospitalar, o atendimento para inter-

rupção da gravidez, nos casos previstos em lei.

## Capítulo II

Da Educação, da Cultura e do Desporto

### Seção I

Da Educação

Art. 177 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 178 - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condição para acesso e permanência na escola, vedada qualquer forma de discriminação e segregação;

II - gratuidade de ensino em estabelecimentos mantidos pelo Poder Público estadual, com isenção de taxas e contribuições de qualquer natureza;

III - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

IV - valorização dos profissionais do ensino, garantindo-se, na forma da lei, planos de carreira para todos os cargos do magistério público, piso salarial de acordo com o grau de formação profissional e ingresso, exclusivamente por concurso de provas e títulos, realizado periodicamente, sob o regime jurídico adotado pelo Estado;

V - garantia de padrão de qualidade em toda a rede e níveis de ensino a ser fixada em lei;

VI - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas e religiosas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VII - asseguramento da pluralidade de oferta de ensino de língua estrangeira na rede pública estadual de educação.

Art. 179 - O dever do Poder Público, dentro das atribuições que lhe forem conferidas, será cumprido mediante a garantia de:

I - ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito;

III - ensino público noturno, fundamental e médio, adequado às necessidades do educando, assegurado o mesmo padrão de qualidade do ensino público diurno;

IV - atendimento educacional especializado gratuito aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - organização do sistema estadual de ensino;

VII - assistência técnica e financeira aos Municípios para o desenvolvimento do ensino fundamental, pré-escolar e de educação especial;

VIII - atendimento ao educando, no ensino pré-escolar, fundamental, médio e de educação especial, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;<sup>(\*)</sup>

IX - atendimento em creche e pré-escola às crianças de até seis anos de idade;

X - ampliação e manutenção da rede de estabelecimentos públicos de ensino fundamental e médio, independentemente da existência de escola mantida por entidade privada.

§ 1º - O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º - O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilização da autoridade competente.

§ 3º - Compete ao Poder Público estadual, com a colaboração dos Municípios, recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

§ 4º - Na organização de seus sistemas de ensino, os Estados e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório.

§ 5º - Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

§ 6º - O Estado atuará prioritariamente no ensino fundamental e médio.

§ 7º - Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 179, inciso VIII, serão financia-

(\*) redação originária: "atendimento ao educando, no ensino pré-escolar, fundamental, médio e de educação especial, através de programas suplementares e material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde, sem ônus para o orçamento da educação;" - Nova redação conforme Emenda Constitucional nº 01, de 05 de agosto de 1993, D.O. 05/08/93, alterada pela Emenda nº 02 de 15 de dezembro de 1993. - D.O. 17/12/93.

dos com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários, sem ônus para as verbas de educação previstas no art. 185.

§ 8º - Os programas suplementares de material didático-escolar e de transporte escolar poderão ingressar no cálculo previsto no art. 185.

Art. 180 - As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e ao da integração entre os níveis de ensino.

§ 1º - As instituições de ensino superior atenderão, através de suas atividades de pesquisa e extensão, a finalidades sociais e tornarão públicos seus resultados.

§ 2º - É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei.

§ 3º - O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica.

Art. 181 - As instituições de ensino superior do Estado terão recursos necessários à manutenção de pessoal, na lei orçamentária do exercício, em montante não inferior, em termos de valor real, ao do exercício anterior.

Art. 182 - O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas da educação nacional e estadual;

II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público competente.

Art. 183 - Compete ao Poder Público estadual normalizar e garantir a aplicação das normas e dos conteúdos mínimos para o ensino pré-escolar, fundamental, médio e de educação especial, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos universais, nacionais e regionais.

§ 1º - O ensino religioso, de matrícula facultativa e de natureza interconfessional, assegurada a consulta aos credos interessados sobre o conteúdo programático, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

§ 2º - O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Art. 184 - O plano plurianual de educação estabelecido em lei objetivará a articulação e o desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, neles atendendo às necessidades apontadas em diagnósticos decorrentes de consultas a entidades envolvidas no processo pedagógico e à integração do Poder Público, visando à:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - melhoria da qualidade de ensino;

IV - formação para o trabalho;

V - promoção humanística, científica e tecnológica.

Art. 185 - O Estado e os Municípios aplicarão anualmente vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino público.

Parágrafo Único - A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União ao Estado e aos Municípios, ou pelo Estado aos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

Art. 186 - Os Municípios atuarão com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, nos programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental, em consonância com o sistema estadual de ensino.

Art. 187 - Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, objetivando atender a todas as necessidades exigidas pela universalização do ensino, sendo que, cumpridas tais exigências, poderão ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:

I - comprovem finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;

II - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades.

§ 1º - Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsa de estudo para o ensino fundamental e médio, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares na rede pública, na localidade da residência do educando, ficando o Poder Público obrigado a investir, prioritariamente, na expansão de sua rede na localidade.

§ 2º - A distribuição dos recursos assegurará prioritariamente o atendimento das necessidades do ensino obrigatório, nos termos do sistema estadual de educação.

Art. 188 - O ensino fundamental público terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social de salário-educação, recolhida na forma da lei, pelas empresas, que dela poderão deduzir a aplicação realizada no ensino fundamental de seus empregados e dependentes.

Art. 189 - O Poder Público estadual assegurará funções e cargos aos especialistas de educação do sistema estadual de ensino.

## Seção II Da Cultura

Art. 190 - A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando à realização dos valores essenciais da pessoa.

Parágrafo Único - Fica assegurada pelo Estado a liberdade de expressão, criação e produção no campo artístico e cultural e garantidos, nos limites de sua competência, o acesso aos espaços de difusão e o direito à fruição dos bens culturais.

Art. 191 - Os bens materiais e imateriais referentes às características da cultura, no Paraná, constituem patrimônio comum que deverá ser preservado através do Estado, com a cooperação da comunidade.

Parágrafo Único - Cabe ao Poder Público manter, a nível estadual e municipal, órgão ou serviço de gestão, preservação e pesquisa relativo ao patrimônio cultural paranaense, através da comunidade ou em seu nome.

Art. 192 - É dever do Estado assegurar ao trabalhador cultural a qualificação profissional inerente à especificidade de cada área em seu quadro funcional.

Parágrafo Único. A lei estabelecerá normas de aprimoramento e valorização do trabalhador cultural, priorizando a mão-de-obra artística do Estado.

Art. 193 - Ao Estado incumbe manter seus órgãos e espaços culturais devidamente dotados de recursos humanos, materiais e financeiros, promovendo pesquisa,

preservação, veiculação e ampliação de seus acervos, bem como proteger os espaços destinados às manifestações artístico-culturais.

Art. 194 - O Conselho Estadual de Cultura, organizado e regulamentado por lei, contará com a participação de categorias envolvidas com a produção cultural, com direito a voto.

Parágrafo Único - A participação das categorias referidas neste artigo será observada também nos demais conselhos e comissões instituídos pelo Estado no âmbito cultural.

Art. 195 - O Poder Público garantirá e estimulará o intercâmbio entre os órgãos competentes, com o objetivo de :

I - assegurar, nos três níveis sistematizados de ensino, como forma de desenvolvimento e aprimoramento do potencial criativo do educando, um tratamento destacado às diversas áreas artístico-culturais;

II - assegurar tratamento especial à difusão da cultura paranaense.

Art. 196 - O orçamento estadual destinará recursos compatíveis com o desenvolvimento das atividades culturais e artísticas.

## Seção III Do Desporto

Art. 197 - É dever do Estado fomentar as atividades desportivas em todas as suas manifestações, como direito de cada um, assegurando:

I - autonomia das entidades desportivas e associações, quanto à organização e funcionamento;

II - destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do esporte educacional e amador;

III - incentivo a programas de capacitação de recursos humanos, à pesquisa e ao desenvolvimento científico aplicado à atividade esportiva;

IV - criação de medidas de apoio e valorização do talento desportivo;

V - estímulo à construção, manutenção e aproveitamento de instalações e equipamentos desportivos e destinação de área para atividades desportivas, nos projetos de urbanização pública, habitacionais e nas construções escolares;

VI - tratamento diferenciado para o desporto profissional e não profissional;

VII - equipamentos e instalações adequados à prática de atividades físicas e desportivas pelos portadores de deficiência.

Art. 198 - Caberá ao Estado estabelecer e desenvolver planos e programas de construções e instalações desportivas comunitárias para a prática do desporto popular.

Art. 199 - O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social.

### Capítulo III Da Ciência e Tecnologia

Art. 200 - Cabe ao Poder Público, com a participação da sociedade, em especial as instituições de ensino e pesquisa, bem como as empresas públicas e privadas, promover o desenvolvimento científico e tecnológico e suas aplicações práticas, com vistas a garantir o desenvolvimento econômico e social paranaense.

Art. 201 - A pesquisa científica básica e a pesquisa tecnológica receberão, nessa ordem, tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso da ciência.

Art. 202 - A pesquisa, a capacitação e o desenvolvimento tecnológico voltar-se-ão, preponderantemente, para a elevação dos níveis de vida da população paranaense, através do fortalecimento e da constante modernização do sistema produtivo estadual.

Art. 203 - O Estado apoiará a formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa e tecnologia e concederá aos que delas se ocupem meios e condições especiais de trabalho.

Art. 204 - A lei apoiará e estimulará as empresas que propiciem:

I - investimentos em pesquisas e criação de tecnologia adequada ao sistema produtivo estadual;

II - investimentos em formação e aperfeiçoamento de seus recursos humanos;

III - participação dos empregados em seus lucros.

Art. 205 - O Estado destinará, anualmente, uma parcela de sua receita tributária, não inferior a dois por cento, para o fomento da pesquisa científica e tecnológica, que será destinada em duodécimos, mensalmente, e será gerida por órgão específico, com representação paritária do Poder Exe-

cutivo e das comunidades científica, tecnológica, empresarial e trabalhadora, a ser definida em lei.

### Capítulo IV Da Comunicação Social

Art. 206 - O Estado, dando prioridade à cultura regional, estimulará a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, as quais não sofrerão restrição, observados os princípios da Constituição Federal.

### Capítulo V Do Meio Ambiente

Art. 207 - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Estado, aos Municípios e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presente e futuras, garantindo-se a proteção dos ecossistemas e o uso racional dos recursos ambientais.

§ 1º - Cabe ao Poder Público, na forma da lei, para assegurar a efetividade deste direito:

I - estabelecer, com a colaboração de representantes de entidades ecológicas, de trabalhadores, de empresários e das universidades, a política estadual do meio ambiente e instituir o sistema respectivo constituído pelos órgãos do Estado, dos Municípios e do Ministério Público;

II - atribuir, ao órgão responsável pela coordenação do sistema, a execução e fiscalização da política e a gerência do fundo estadual do meio ambiente;

III - determinar que o fundo estadual do meio ambiente receba, além dos recursos orçamentários próprios, o produto das multas por infrações às normas ambientais;

IV - instituir as áreas a serem abrangidas por zoneamento ecológico, prevendo as formas de utilização dos recursos naturais e a destinação de áreas de preservação ambiental e de proteção de ecossistemas essenciais;

V - exigir a realização de estudo prévio de impacto ambiental para a construção, instalação, reforma, recuperação, ampliação e operação de atividades ou obras potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente, do qual se dará publicidade;

VI - exigir a análise de risco para o desenvolvimento de pesquisas, difusão e

implantação de tecnologia potencialmente perigosa;

VII - determinar àquele que explorar recursos minerais a obrigação de recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente;

VIII - regulamentar e controlar a produção, a comercialização, as técnicas e os métodos de manejo e utilização das substâncias que comportem risco para a vida e para o meio ambiente, em especial agrotóxicos, biocidas, anabolizantes, produtos nocivos em geral e resíduos nucleares;

IX - informar a população sobre os níveis de poluição e situações de risco e de equilíbrio ecológico;

X - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

XI - incentivar a solução de problemas comuns relativos ao meio ambiente, mediante celebração de acordos, convênios e consórcios, em especial para a reciclagem de resíduos;

XII - promover o controle, especialmente preventivo, das cheias, da erosão urbana, periurbana e rural e a orientação para o uso do solo;

XIII - autorizar a exploração dos remanescentes de florestas nativas do Estado somente através de técnicas de manejo, excetuadas as áreas de preservação permanente;

XIV - proteger a fauna, em especial as espécies raras e ameaçadas de extinção, vedadas as práticas que coloquem em risco a sua função ecológica ou submetam os animais à crueldade;

XV - proteger o patrimônio de reconhecido valor cultural, artístico, histórico, estético, faunístico, paisagístico, arqueológico, turístico, paleontológico, ecológico, espeleológico e científico paranaense, prevenindo sua utilização em condições que assegurem a sua conservação;

XVI - monitorar atividades utilizadoras de tecnologia nuclear em quaisquer de suas formas, controlando o uso, armazenagem, transporte e destinação de resíduos, garantindo medidas de proteção às populações envolvidas;

XVII - estabelecer aos que, de qualquer forma utilizem economicamente matéria-prima florestal, a obrigatoriedade, direta ou indireta, de sua reposição;

XVIII - incentivar as atividades privadas de conservação ambiental;

XIX - declarar, como área de preservação permanente, o remanescente das matas ciliares dos mananciais de bacias hidrográficas que abasteçam os centros urbanos.

§ 2º - As condutas e atividades poluidoras ou consideradas lesivas ao meio ambiente, na forma da lei, sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas:

I - a obrigação de, além de outras sanções cabíveis, reparar os danos causados;

II - a medidas definidas em relação aos resíduos por elas produzidos;

III - a cumprir diretrizes estabelecidas por órgão competente.

§ 3º - A lei disporá especificamente sobre a reposição das matas ciliares.

Art. 208 - São indisponíveis as terras devolutas ou as arrecadadas pelo Estado, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

Art. 209 - Observada a legislação federal pertinente, a construção de centrais termoeletricas e hidrelétricas dependerá de projeto técnico de impacto ambiental e aprovação da Assembleia Legislativa; a de centrais termonucleares, desse projeto, dessa aprovação e de consulta pública.

## Capítulo VI Do Saneamento

Art. 210 - O Estado, juntamente com os Municípios, instituirá, com a participação popular, programa de saneamento urbano e rural, com o objetivo de promover a defesa preventiva da saúde pública, respeitada a capacidade de suporte do meio ambiente aos impactos causados.

Parágrafo Único - O programa será regulamentado mediante lei e orientado no sentido de garantir à população:

I - abastecimento domiciliar prioritário de água tratada;

II - coleta, tratamento e disposição final de esgotos sanitários e resíduos sólidos;

III - drenagem e canalização de águas pluviais;

IV - proteção de mananciais potáveis;

Art. 211 - É de competência comum do Estado e dos Municípios implantar o programa de saneamento, cujas premissas básicas serão respeitadas quando da elaboração dos planos diretores municipais.



## Capítulo VII Da Habitação

Art. 212 - A política habitacional do Estado, integrada à da União e Municípios, objetivará a solução de carência habitacional de acordo com os seguintes princípios e critérios:

- I - ofertas de lotes urbanizados;
- II - estímulo e incentivo à formação de cooperativas populares de habitação;
- III - atendimento prioritário à família carente;
- IV - formação de programas habitacionais pelo sistema de mutirão e autoconstrução.

Art. 213 - As entidades da administração direta e indireta, responsáveis pelo setor habitacional, contarão com recursos orçamentários próprios e de outras fontes, com vistas à implantação da política habitacional do Estado.

## Capítulo VIII Da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso

Art. 214 - A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado, na forma da Constituição Federal.

Art. 215 - O Estado manterá programas destinados à assistência e promoção integral da família, incluindo:

- I - assistência social às famílias de baixa renda;
- II - serviços de prevenção e orientação, bem como recebimento e encaminhamento de denúncias referentes à violência no âmbito das relações familiares;
- III - implantação de albergues destinados ao recolhimento provisório de pessoas vítimas de violência familiar;
- IV - o planejamento familiar, nos termos da Constituição Federal.

Art. 216 - É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao deficiente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Parágrafo Único - A lei disporá sobre a criação, organização, composição e com-

petência do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente.

Art. 217 - O Estado incentivará as entidades particulares sem fins lucrativos, atuantes na política do bem-estar da criança, do adolescente, da pessoa portadora de deficiência e do idoso, devidamente registradas nos órgãos competentes, subvencionando-as com auxílio financeiro e amparo técnico.

Art. 218 - O Estado subsidiará a família ou pessoa que acolher criança ou adolescente órfão ou abandonado, sob forma de guarda deferida e supervisionada pelo Poder Judiciário, com a intervenção do Ministério Público, nos termos da lei.

Art. 219 - O Conselho Estadual da Condição Feminina é órgão governamental de assessoramento, instituído por lei, com o objetivo de promover e zelar pelos direitos da mulher, propondo estudos, projetos, programas e iniciativas que visem a eliminar a discriminação contra a mulher em todos os aspectos, em integração com os demais órgãos do Governo.

§ 1º - O Conselho Estadual da Condição Feminina terá estrutura administrativa e dotação orçamentária.

§ 2º - O Conselho Estadual da Condição Feminina propugnará pela dignidade da mulher, compreendida como direito à educação, ao trabalho, à saúde, à cultura, à maternidade, à integridade física e moral, sem qualquer discriminação, promovendo-a como cidadã em todos os aspectos da vida econômica, social, política e cultural.

Art. 220 - O Estado, com a participação dos Municípios e da sociedade, promoverá programas de assistência integral à criança e ao adolescente, observadas, entre outras, as seguintes diretrizes:

- I - aos portadores de deficiência, visando à sua integração comunitária:
  - a) prevenção e atendimento especializado;
  - b) educação e capacitação para o trabalho;
  - c) acesso a bens e serviços coletivos com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos;
- II - incentivo à prática de desportos e realização de eventos com participação financeira de empresas privadas e estatais;
- III - prevenção e atendimento especializado à criança e ao adolescente dependentes de entorpecentes e drogas afins, com

estrutura física, administrativa e de recursos humanos multidisciplinares;

IV - realização de cursos, palestras e outras atividades afins para a orientação programática e pedagógica, especialmente em campanhas antitóxicos.

Art. 221 - A lei criará, quando da elaboração do Código de Organização e Divisão Judiciárias, varas especializadas e exclusivas para o atendimento dos direitos dos menores nas comarcas de entrância final.

Art. 222 - A lei disporá sobre a construção de logradouros e de edifícios de uso público, adaptação de veículos de transporte coletivo e sonorização dos sinais luminosos de trânsito, adequando-se-os à utilização por pessoas portadoras de deficiência.

Parágrafo Único - O Estado promoverá o apoio necessário aos idosos e deficientes para fins de recebimento do salário mínimo mensal, previsto no art. 203, V, da Constituição Federal.

Art. 223 - A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação e plena integração na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e propiciando-lhes fácil acesso aos bens e serviços coletivos.

Parágrafo Único - Os programas de amparo aos idosos, visando à superação de qualquer tratamento discriminatório, serão executados preferencialmente em seus lares.

Art. 224 - É garantida a gratuidade nos transportes coletivos urbanos e das regiões metropolitanas aos maiores de sessenta e cinco anos e às pessoas portadoras de deficiência que comprovem carência de recursos financeiros.

Art. 225 - Ao adolescente carente, vinculado a programas sociais ou internado em estabelecimento oficial, que esteja frequentando escola de primeiro ou segundo grau, ou de educação especial, será assegurado, na forma da lei, a título de iniciação ao trabalho, o direito a estágio remunerado em instituições públicas estaduais.

## Capítulo IX Do Índio

Art. 226 - As terras, as tradições, usos e costumes dos grupos indígenas do Estado integram o seu patrimônio cultural e ambiental, e como tais serão protegidos.

Parágrafo Único - Esta proteção estende-se ao controle das atividades econômicas que danifiquem o ecossistema ou ameacem a sobrevivência física e cultural dos indígenas.

## TÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS GERAIS

Art. 227 - O Conselho Permanente dos Direitos Humanos terá a sua organização, composição e funcionamento regulados por lei, nele garantindo-se a participação de representantes dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, do Ministério Público, da Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Paraná, e de associações representativas da comunidade.

Art. 228 - O Conselho Estadual de Educação, órgão deliberativo, normativo e consultivo, será regulamentado por lei, garantidos os princípios de autonomia e representatividade na sua composição.

Art. 229 - A lei disporá sobre a organização, composição e competência do Conselho Estadual do Meio Ambiente.

Art. 230 - A lei instituirá o Fundo Estadual de Cultura, formado com recursos extra-orçamentários, gerido pelo Conselho Estadual de Cultura e destinado ao atendimento de pesquisa, produção artístico-cultural e preservação do patrimônio.

Parágrafo Único - O Estado estimulará, através dos meios de comunicação, a captação dos recursos oriundos de incentivos fiscais e de outra ordem.

Art. 231 - O Estado implantará e manterá bibliotecas públicas e escolares em número compatível com a densidade populacional e clientela escolar, respectivamente, destinando às mesmas verbas suficientes para aquisição e reposição de acervos e manutenção de recursos humanos especializados.

Art. 232 - O Estado implantará, de acordo com as diretrizes do sistema único de saúde, em cada Município, serviço odontológico de atendimento à população escolar.

Art. 233 - Os servidores públicos civis estáveis, da administração direta, autárquica e das fundações públicas estaduais, serão regidos pelo Estatuto dos Funcionários Civis

do Estado, a partir da promulgação desta Constituição.

Parágrafo Único - Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, para o cumprimento do disposto neste artigo, farão a devida adequação em seus quadros funcionais.

Art. 234 - O Estado publicará anualmente, no mês de março, a relação completa dos servidores lotados por órgão ou entidade, da administração pública direta, indireta e fundacional, em cada um de seus Poderes, indicando o cargo ou função e o local de seu exercício, para fins de recenseamento e controle.

Art. 235 - É assegurado aos servidores públicos e aos militares estaduais, na forma da lei, a percepção do benefício do vale-transporte.

Art. 236 - A administração do tráfego rodoviário estadual compete ao órgão responsável, pelas estradas de rodagem e sua execução dar-se-á em harmonia com a Polícia Militar, na forma da lei.

Art. 237 - O Estado do Paraná instalará, progressivamente, no âmbito da segurança pública, delegacias de polícia nos Municípios, especializadas no trato de assuntos referentes à integridade física e moral da mulher.

Parágrafo Único - Até que se instale a delegacia especializada, será implantado o serviço de atendimento à mulher junto às delegacias policiais nos Municípios.

Art. 238 - É vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos da lei; é vedada também a inscrição de símbolos ou nomes de autoridades ou administradores em placas indicadoras de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da administração pública direta, indireta ou fundacional do Estado, a partir da promulgação dessa Constituição, inclusive a atribuição de nome de pessoa viva a bem público de qualquer natureza, pertencente ao Estado ou ao Município.

Art. 239 - O Estado promoverá a assistência a homens e mulheres internos e egressos do sistema penal, inclusive aos

albergados, visando a sua reintegração à sociedade.

Art. 240 - As disponibilidades de caixa do Estado, das entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, serão depositadas em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei.

Parágrafo Único - As transferências ou repasses de recursos públicos ao Município deverão ser efetuados através das instituições referidas nesse artigo.

Art. 241 - É assegurado aos proprietários de um único imóvel rural, com área inferior a quinze hectares, que tenham título definitivo expedido até 31 de dezembro de 1988 o direito de, excluídas as matas ciliares, utilizarem, no máximo, oitenta por cento da área para atividade agropecuária, desde que não averbada no registro de imóveis como de preservação permanente.

Art. 242 - Os serviços notariais, de registro e as serventias judiciais cíveis, comuns e especializadas, são exercidas em caráter privado, por delegação do Poder Público.

§ 1º - A lei regulará as atividades, disciplinará a responsabilidade civil e criminal dos notários, oficiais de registro e escrivães e de seus prepostos e definirá a fiscalização de seus atos pelo Poder Judiciário.

§ 2º - O ingresso na atividade notarial, de registro e judicial, depende de concurso público de provas de títulos, não se permitindo que qualquer serventia fique vaga, sem abertura de concurso de provimento ou de remoção, por mais de seis meses.

Art. 243 - A consultoria jurídica e a representação judicial, no que couber, do Poder Legislativo, bem como a supervisão dos seus serviços de assessoramento jurídico são exercidas pelos procuradores que integram a Procuradoria da Assembleia Legislativa, vinculada à Mesa Executiva.

§ 1º - Os procuradores da Assembleia Legislativa opinarão nos procedimentos administrativos concernentes ao controle da legalidade dos atos internos e promoverão a defesa dos interesses do Poder Legislativo, incluídos os de natureza financeira-orçamentária.

§ 2º - A Procuradoria da Assembleia Legislativa será dirigida pelo Procurador-Geral, nomeado pelo Presidente da Assembleia, dentre cidadãos de reputação ilibada, maiores de trinta e cinco anos e de notório saber jurídico.

(\*) Vide ADIN nº 114-1.

§ 3º - Aos Procuradores da Assembléia Legislativa aplica-se, no que couber, o regime de direitos, garantias e vencimentos dos integrantes da carreira disciplinada no art. 125 desta Constituição.

Art. 244 - O Estado destinará recursos orçamentários às casas de estudantes.

Art. 245 - Inconstitucional.

Art. 246 - Fica concedida pensão mensal correspondente a cinquenta por cento dos subsídios fixos dos Deputados Estaduais aos Deputados Constituintes de 1947.

Parágrafo Único - O benefício de que trata este artigo é de caráter pessoal e intransferível.

Art. 247 - O Poder Público estadual reconhecerá os conselhos comunitários, legalmente constituídos e representativos da sociedade civil, com a finalidade de acompanhar e fiscalizar o cumprimento dos dispositivos constitucionais referentes ao ensino e à educação no âmbito da competência estadual, na forma da lei.

Art. 248 - A contribuição social do salário-educação, de que trata o art. 188 desta Constituição, deve ser transferida de imediato à Secretaria de Estado da Educação.

Art. 249 - O Estado estimulará e apoiará o desenvolvimento de programas voltados ao esclarecimento sobre os malefícios das substâncias capazes de gerar dependência no organismo humano.

Art. 250 - No caso da superveniência de alteração legislativa estadual que prejudique direito previsto em lei, o Estado assumirá, desde logo, através do Poder competente, todos os encargos necessários para assegurar a integral fruição do direito por quem, oportunamente, o tenha adquirido.

Art. 251 - Os vencimentos dos auditores e procuradores do Tribunal de Contas do Estado não serão inferiores a noventa e cinco por cento dos vencimentos dos Conselheiros.<sup>(\*)</sup>

Art. 252 - A Casa do Expedicionário é monumento de valor histórico, com a prote-

ção do Estado, mantida sua administração pela Legião Paranaense do Expedicionário.

Parágrafo Único - O Estado destinará recursos orçamentários para a manutenção da instituição.

Art. 253 - O Estado promoverá ações discriminatórias sobre imóveis urbanos e rurais irregulares.

Parágrafo Único - Os imóveis arrecadados através dessas ações discriminatórias serão destinados a projetos de recuperação ambiental, programas habitacionais e assentamentos rurais.

Art. 254 - O Estado instituirá creches nos presídios femininos, assegurando-se às mães internas o direito a permanecer com o filho, no período de aleitamento.

Art. 255 - Fica assegurado, pelo Estado, o sistema de previdência e assistência dos membros e servidores do Poder Legislativo, sendo o seu funcionamento regulado na forma da lei.

Art. 256 - O Estado e os Municípios disciplinarão por meio de lei os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos. Redação dada pela Em 19

Art. 257 - As leis previstas no inciso III do §1º do art. 41 e no §7º do art. 169 da Constituição Federal estabelecerão critérios e garantias especiais para a perda do cargo pelo servidor público estável que, em decorrência das atribuições de seu cargo efetivo, desenvolva atividades exclusivas de Estado. Redação dada pela Em 19

Parágrafo Único - Na hipótese de insuficiência de desempenho, a perda do cargo somente ocorrerá mediante processo administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa. Redação dada pela Em 19

Art. 258 - Os benefícios pagos, a qualquer título, pelo órgão responsável pelo regime geral de previdência social, ainda que à conta do Tesouro do Estado, e os não sujeitos ao limite máximo de valor fixado para os benefícios concedidos por esse regime observarão os limites fixados no art. 37 XI da Constituição Federal. Redação dada pela Em 20

(\*) Vide ADIN nº 115-9 - STF.

Art. 259 - Com o objetivo de assegurar recursos para o pagamento de proventos de aposentadoria e pensões concedidas aos respectivos servidores e seus dependentes, em adição aos recursos dos respectivos tesouros, o Estado e os Municípios poderão constituir fundos integrados pelos recursos provenientes de contribuições e por bens, direitos e ativos de qualquer natureza, mediante lei que disporá sobre a natureza e administração desses fundos.

Palácio "XIX de Dezembro", em 05.10.89.

Aníbal Khury, Presidente - José Afonso, 1.º Vice-Presidente - Orlando Pessuti, 2.º Vice-Presidente - Tadeu Lúcio Machado, 1.º Secretário - Werner Wanderer, 2.º Secretário - Pirajá Ferreira, 3.º Secretário - Algaci Túlio, 4.º Secretário - Caio Quintana, Relator - Acir Mezzari - Amélia de Almeida Hruschka - Antônio Costenaro - Antônio Annibelli - Antônio Bárbara - Artagão de Mattos Leão - Basílio Zanusso - Cândido Bastos - David Cheriegate - Dirceu Manfrinato - Djalma de Almeida César - Edmar Luiz Costa - Eduardo Baggio Erondy Silvério - Ezequias Losso - Ferrari Júnior - Gernote Kirinus - Haroldo Ferreira - Hermas Brandão - Homero Oguido - Irondi Pugliesi - João Arruda - José Alves - José Rogério - José Felinto - Kiélse Crisóstomo - Lauro Alcântara - Leônidas Chaves - Lindolfo Júnior - Luiz Alberto Martins de Oliveira - Luiz Antônio Setti - Luiz Carlos Alborghetti - Namir Piacentini - Neivo Beraldin - Nelson Vasconcellos - Nereu Massignan - Nilton Barbosa - Paulo Furiatti - Paulino Delazeri - Pedro Tonelli - Rafael Greca - Raul Lopes - Renato Adur - Sabino Campos - Valderi Vilela - Vera Agibert.

### ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

Art. 1.º - O Governador do Estado, o Presidente do Tribunal de Justiça e os Deputados à Assembleia Constituinte Estadual, no ato e na data de sua promulgação, prestarão o compromisso de manter, defender e cumprir a Constituição do Estado do Paraná.

Art. 2.º - A revisão constitucional será realizada pelo voto da maioria absoluta dos membros da Assembleia Legislativa do Estado, logo após a revisão da Constituição Federal, prevista no art. 3.º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias daquela Carta.

Art. 3.º - Os mandatos do Governador e do Vice-Governador do Estado, eleitos em

15 de novembro de 1986, terminarão no dia 15 de março de 1991.

Art. 4.º - Os vencimentos, a remuneração, as vantagens e os adicionais, bem como os proventos de aposentadorias que estejam sendo percebidos em desacordo com a Constituição Federal e esta serão imediatamente reduzidos aos limites delas decorrentes, não se admitindo, neste caso, invocação de direito adquirido, ou percepção de excesso a qualquer título.

Art. 5.º - É assegurada a acumulação de dois cargos ou empregos privativos de médico, na administração pública direta ou indireta, aos médicos militares no exercício destes, à data da promulgação da Constituição Federal.

Parágrafo Único - É assegurada a acumulação de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, na administração pública direta e indireta, àqueles em exercício destes, à data da promulgação da Constituição Federal.

Art. 6.º - O Governador do Estado, no prazo de cento e oitenta dias da promulgação desta Constituição, encaminhará à Assembleia Legislativa anteprojeto de lei objetivando regulamentar a carreira da Defensoria Pública.

Parágrafo Único - A Assembleia Legislativa regulamentará, no mesmo prazo, o quadro de carreira de todos os seus servidores.

Art. 7.º - No prazo máximo de um ano, a contar da promulgação desta Constituição, a Assembleia Legislativa, através de comissão especial que atuará com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, promoverá auditoria da dívida externa do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - A comissão terá força legal e prerrogativas de comissão parlamentar de inquérito, garantida tanto quanto possível a participação proporcional dos partidos ou blocos parlamentares com representação na Assembleia Legislativa.

Art. 8.º - Os titulares das escriturarias judiciais cíveis, comuns e especializadas, remunerados por custas processuais, não pertencerão ao quadro efetivo de servidores públicos estaduais, preservado os direitos dos atuais titulares, ou mediante opção.

Parágrafo Único - No caso das serventias judiciais privativas de família, as mesmas obedecerão o caput do presente

artigo, sendo que na medida em que ocorrerem vacâncias as mesmas serão estatizadas, obedecido o critério de antiguidade, cabendo a seus atuais titulares o direito de prioridade na designação, bem como no pedido de efetivação ou remoção requerido pelos mesmos, para outro ofício vago da mesma ou de outra natureza, preferencialmente na mesma Comarca e não remunerados pelos cofres públicos.

Art. 9º - Ao ex-combatente que tenha efetivamente participado de operações bélicas durante a Segunda Guerra Mundial, nos termos da Lei Federal nº 5.315, de 12 de setembro de 1967, serão assegurados todos os direitos que a Constituição Federal lhe outorga.

Art. 10 - O Estado, no prazo máximo de dois anos a partir da data da promulgação desta Constituição, adotará as medidas administrativas necessárias à identificação e delimitação de seus imóveis, inclusive terras devolutas.

Parágrafo Único - Do processo de identificação participará comissão técnica da Assembléia Legislativa.

Art. 11 - A Imprensa Oficial do Estado promoverá edição popular do texto integral desta Constituição, que será posta à disposição das escolas, dos cartórios, dos sindicatos, dos quartéis, das igrejas, das bibliotecas e de outras instituições representativas da comunidade, gratuitamente.

Art. 12 - A Assembléia Legislativa criará, dentro de noventa dias da promulgação desta Constituição, uma comissão para apresentar estudos sobre as implicações da nova Constituição e anteprojeto de legislação complementar.

Parágrafo Único - A comissão a que se refere este artigo ouvirá, em audiência pública e desde que julgue necessário, cidadãos paranaenses de notórios conhecimentos pertinentes às matérias objeto de seus estudos.

Art. 13 - No prazo de cento e oitenta dias da promulgação desta Constituição, a lei disporá sobre mecanismos de compensação financeira para os Municípios que sofrerem diminuição ou perda de receita por atribuições e funções decorrentes do planejamento estadual.

Art. 14 - O Estado articular-se-á com os Municípios para promover, no prazo de

cento e oitenta dias da promulgação desta Constituição, o recenseamento escolar prescrito pela Constituição Federal.

Art. 15 - O Estado fará, no prazo de um ano da promulgação desta Constituição, a restauração dos caminhos históricos e de colonização existentes em seu território, permitindo-se a sua utilização, em respeito às servidões de passagens estabelecidas como instrumento de integração social, econômica e cultural, asseguradas a sua permanente conservação e a proteção do meio ambiente.

Parágrafo Único - O Estado, para viabilizar os objetivos deste artigo, instituirá mecanismos para a organização, planejamento e execução de ações integradas com os Municípios e microrregiões envolvidas.

Art. 16 - A lei agrícola estadual será elaborada e promulgada no prazo de seis meses, após o início da vigência da lei agrícola federal.

Art. 17 - Até a promulgação da lei complementar referida no art. 169 da Constituição Federal, o Estado e os Municípios não poderão despender, com pessoal, mais do que sessenta e cinco por cento do valor das respectivas receitas correntes.

Parágrafo Único - O Estado e os Municípios, quando a respectiva despesa de pessoal exceder o limite previsto neste artigo, deverão reformar aquele limite, reduzindo o percentual excedente à razão de um quinto por ano.

Art. 18 - Nos 10 (dez) primeiros anos da promulgação desta Emenda, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão não menos de 60% (sessenta por cento) dos recursos a que se refere o caput do art. 212 da Constituição Federal, à manutenção e ao desenvolvimento do ensino fundamental, com o objetivo de assegurar a universalização de seu atendimento e a remuneração condigna do magistério.

§ 1º - A distribuição de responsabilidades e recursos entre os Estados e seus Municípios a ser concretizada com parte dos recursos definidos neste artigo, na forma do disposto no art. 211 da Constituição Federal, é assegurada mediante a criação, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, de natureza contábil.

§ 2º - O Fundo referido no parágrafo anterior será constituído por, pelo menos,



quinze por cento dos recursos a que se referem os arts. 155, inciso II; 158, inciso IV; e 159, inciso I, alíneas a e b; e inciso II, da Constituição Federal, e será distribuído entre cada Estado e seus Municípios, proporcionalmente ao número de alunos nas respectivas redes de ensino fundamental.

§ 3º - A União complementará os recursos dos Fundos a que se refere o § 1º, sempre que, em cada Estado e no Distrito Federal, seu valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente.

§ 4º - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios ajustarão progressivamente, em um prazo de cinco anos, suas contribuições ao Fundo, de forma a garantir um valor por aluno correspondente a um padrão mínimo de qualidade de ensino, definido nacionalmente.

§ 5º - Uma proporção não inferior a sessenta por cento dos recursos de cada Fundo referido no § 1º será destinada ao pagamento dos professores do ensino fundamental em efetivo exercício no magistério.

§ 6º - A União aplicará na erradicação do analfabetismo e na manutenção e no desenvolvimento do ensino fundamental, inclusive na complementação a que se refere o § 3º, nunca menos que o equivalente a trinta por cento dos recursos a que se refere o caput do art. 212 da Constituição Federal.

§ 7º - A lei disporá sobre a organização dos Fundos, a distribuição proporcional de seus recursos, sua fiscalização e controle, bem como sobre a forma de cálculo do valor mínimo nacional por aluno. (Redação dada pela Emenda Constitucional n.º 14).

Art. 19 - No mesmo prazo do artigo anterior, o Estado dará apoio às universidades públicas estaduais no sentido da descentralização de suas atividades, de modo a estender suas unidades de ensino superior às cidades de maior densidade populacional nas respectivas microrregiões.

Art. 20 - O Poder Executivo iniciará a implantação, no prazo máximo de quatro anos da promulgação desta Constituição, de uma estação ecológica em cada uma das unidades fisiográficas características do Paraná e, pelo menos, de um parque estadual em áreas representativas da Serra do Mar, dos Campos Gerais, da Floresta de Araucária e das escarpas do segundo e terceiro planaltos.

Art. 21 - A Assembléia Legislativa, no prazo de noventa dias da promulgação desta Constituição, criará comissão especial su-

prapartidária para rever as doações, vendas e concessões de imóveis públicos rurais e urbanos, concretizadas no período de 1º de janeiro de 1962 a 31 de dezembro de 1987.

§ 1º - No tocante às vendas, a revisão será feita com base exclusivamente no critério de legalidade da operação.

§ 2º - No caso das concessões e doações, a revisão obedecerá aos critérios de legalidade, de conveniência do interesse público e destinação legal.

§ 3º - Nas hipóteses previstas nos parágrafos anteriores, comprovada a ilegalidade ou havendo interesse público, os imóveis reverterão ao patrimônio do Estado ou dos Municípios.

Art. 22 - Até a entrada em vigor da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º, I e II, da Constituição Federal, serão obedecidas as seguintes normas:

I - o projeto do plano plurianual, para a vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato do Governador subsequente, será encaminhado até três meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

II - o projeto de lei de diretrizes orçamentárias será encaminhado até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa.

III - o projeto de lei orçamentária do Estado será encaminhado até três meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento de sessão legislativa.

Parágrafo Único - Os prazos fixados neste artigo vigorarão a partir de 1º de janeiro de 1990.

Art. 23 - A legislação que criar a Justiça de Paz manterá os atuais juizes de paz até a posse dos novos titulares, assegurando-lhes os direitos e atribuições conferidas a estes, e designará o dia para a eleição prevista no art. 98, II, da Constituição Federal.

Art. 24 - O Estado implantará emissora de televisão, de caráter educativo e cultural, vinculada à Secretaria de Estado da Cultura, devendo sua programação dar prioridade à produção e à difusão dos valores culturais paranaenses.

Art. 25 - ADIN.

Art. 26 - O Estado relacionará, no prazo de noventa dias, os presos em regime de cumprimento de pena definitiva, a fim de se evitar a privação da liberdade por tempo superior à condenação.

Parágrafo Único - A relação será enviada, no prazo de quinze dias, aos juízes de execução penais.

Art. 27 - A lei complementar que disporá sobre o sistema financeiro estadual será elaborada no prazo de seis meses da promulgação da lei complementar federal que regulará o sistema financeiro nacional.

Art. 28 - O Poder Legislativo regulamentará, através de lei, no prazo de cento e oitenta dias da promulgação desta Constituição, o disposto no seu artigo 27, inciso XI.

Art. 29 - Fica mantida a atual competência dos Tribunais, até que sejam instalados os Tribunais de Alçada criados por esta Constituição.

Art. 30 - A partir de 1990, todas as entidades que estejam recebendo recursos serão submetidas a um reexame para a verificação de sua condição de utilidade pública estadual ou benemerência, na forma da lei.

Art. 31 - Ficam revogados, a partir da promulgação desta Constituição, todos os dispositivos legais que atribuam ou deleguem a órgãos do Poder Executivo competência assinalada pela Constituição à Assembléia Legislativa.

Art. 32 - O Estado, em colaboração com o Município e a comunidade de Palmeira, e sob a coordenação da Secretaria de Estado da Cultura, reconstituirá, dentro de dois anos da promulgação desta Constituição, parte da Colônia Cecília, fundada nesse Município, no século XIX, para a preservação de seus caracteres histórico-culturais.

Art. 33 - O disposto no art. 125, § 3º, I, desta Constituição não se aplica aos atuais procuradores do Estado.

Art. 34 - Em fevereiro de 1993, será criada uma comissão com representantes dos Poderes Legislativo, Executivo, e Judiciário, sem prejuízo da colaboração da União e dos Municípios interessados, para promover as comemorações do centenário da Revolução Federalista, em 9 de fevereiro de 1994.

Art. 35 - Aos que, por força de atos institucionais, tenham exercido gratuitamente mandato eletivo de Vereador serão computados, para efeito de aposentadoria no serviço público e previdência social, os respectivos períodos.

Art. 36 - O Estado promoverá concorrência pública entre firmas nacionais, internacionais ou grupos de empresas, para a construção de uma ponte sobre a balsa de Guaratuba, cujo pagamento será feito com a cobrança de pedágio pelo prazo máximo de quinze anos.

Parágrafo Único - O Poder Executivo regulamentará, no prazo de cento e vinte dias da promulgação desta Constituição, o disposto neste artigo.

Art. 37 - Os servidores públicos que não gozaram férias referentes aos exercícios anteriores a 1989, inclusive, e nem por eles receberam qualquer compensação pecuniária, poderão transformar o período correspondente em tempo de serviço em dobro.

Art. 38 - Os débitos do Estado relativos às contribuições previdenciárias junto ao Instituto de Previdência do Estado - IPE, existentes até a data da promulgação desta Constituição, serão liquidados, com correção monetária ou equivalente, em cento e oitenta prestações, dispensados os juros e multas sobre eles incidentes, divididos em parcelas mensais de igual valor, na forma da lei.

Art. 39 - Aos prejudicados pelos atos institucionais que ainda não tiveram seus direitos reconhecidos administrativa ou judicialmente fica assegurado, mediante requerimento dirigido e aprovado pelo chefe do Poder a que estavam vinculados, o restabelecimento de todas as vantagens e direitos de que foram privados pela medida de exceção.

§ 1º - Não serão beneficiados os que tenham tido suas pretensões apreciadas pelo Poder Judiciário e merecido sentença em contrário transitada em julgado.

§ 2º - Todos os processos que estabelecerem estes benefícios deverão ser apreciados pelo Tribunal de Contas do Estado, que deverá se pronunciar no prazo de trinta dias da data de seu recebimento.

§ 3º - Os servidores públicos civis estaduais e os empregados em todos os níveis do Governo do Estado ou em suas fundações, empresas públicas ou empresas mistas sob controle estatal, beneficiados pelo disposto no art. 8º do Ato das Disposições

Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, serão reintegrados nas suas funções, no prazo máximo de noventa dias.

§ 4º - Os benefícios estabelecidos neste artigo são assegurados aos habilitados em concurso, não nomeados em virtude de antecedentes político-sociais.

Art. 40 - Ficam sem efeito, a partir da data da instalação da Assembléia Constituinte Estadual até a data da promulgação desta Constituição, todos os atos, processos ou iniciativas que tenham gerado qualquer tipo de punição aos servidores públicos da administração direta, indireta, fundacional, empresas públicas ou mistas sob controle estatal, em virtude da interrupção das atividades profissionais, através da decisão de seus trabalhadores, garantida a readmissão se for o caso.

Art. 41 - No prazo de cento e vinte dias da promulgação desta Constituição, serão instaladas as comissões das bacias do Iguaçu e do Tibagi, integradas por representantes dos Poderes Legislativo e Executivo do Estado e dos Municípios nelas localizados e das Federações da Agricultura, da Indústria, do Comércio e dos Trabalhadores do Paraná, com a finalidade de propor medidas destinadas a promover a preservação, a recuperação e o desenvolvimento de suas áreas geoeconômicas.

Parágrafo Único - No mesmo prazo e com a mesma composição e finalidades referidas neste artigo serão instaladas as comissões do Vale do Ribeira e do Litoral Norte do Estado.

Art. 42 - O número de vereadores na atual legislatura será alterado, de acordo com o disposto no art. 16, IV, desta Constituição, tendo em vista o total da população do Município à época do pleito de 15 de novembro de 1988.

Parágrafo Único - A Justiça Eleitoral procederá, no prazo de trinta dias da promulgação desta Constituição, aos novos cálculos do quociente eleitoral de cada Município dando-se posse ou diplomando-se e dando-se posse, quando for o caso, aos ainda não empossados, assegurando-se o número de vereadores em todos os Municípios que sofram redução na sua representação.

Art. 43 - O Poder Executivo, no prazo de cento e oitenta dias da promulgação desta Constituição, remeterá à Assembléia Legislativa projeto de lei previsto no art. 207, § 1º,

desta Constituição, que estabelecerá também as normas gerais a serem observadas na elaboração de plano estadual de preservação e restauração dos processos ecológicos essenciais, manejo ecológico das espécies e ecossistemas estabelecendo as diretrizes de ação do Estado na administração do uso dos recursos naturais.

Art. 44 - Os Tribunais de Alçada de Londrina e Cascavel serão instalados, no prazo de cento e oitenta e trezentos e sessenta dias, respectivamente, da promulgação desta Constituição. (C)

Parágrafo Único - Aos juizes do Tribunal de Alçada da Capital será facultada a remoção para os tribunais criados, quando de sua instalação. (C)

Art. 45 - O uso de veículos oficiais será regulamentado em lei, no prazo de cento e oitenta dias da promulgação desta Constituição.

Art. 46 ... (C)

Art. 47 - Ficam mantidos no exercício de suas funções os atuais procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas.

Art. 48 - Nos Municípios recém-emancipados e que terão eleições para Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores em 15 de novembro de 1989 caberá à Câmara Municipal, no prazo de seis meses, contados a partir da data da posse dos Vereadores, votar a lei orgânica respectiva, em dois turnos de discussão e votação, respeitando o disposto na Constituição Federal e nesta.

Art. 49 - Os Municípios com litígios territoriais contarão com a assistência do Estado para o cumprimento do disposto no art. 12, § 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da República.

Art. 50 - No prazo máximo de cento e vinte dias da promulgação desta Constituição, o Estado deverá abrir vagas necessárias para que os professores detentores de aulas extraordinárias e especialistas de educação detentores de um padrão possam fazer a opção por trinta ou quarenta horas de trabalho, de acordo com o regime diferenciado de trabalho.

(C) Vide ADIN nº 161-2 - Supremo Tribunal Federal.

(C) Vide ADIN nº 175-2/90.

Art. 51 - As leis a que se refere esta Constituição, sem prazo definido de elaboração, devem ser votadas em no máximo dezoito meses da promulgação desta.

Art. 52 - Ficam revogados, a partir da promulgação desta Constituição, todas as leis, decretos ou atos administrativos que, de qualquer modo, interfiram na autonomia municipal.

Art. 53 - As cinco primeiras vagas de conselheiro, auditor e controlador do Tribunal de Contas do Estado, ocorridas a partir da promulgação desta Constituição, serão preenchidas de conformidade com o disposto no art. 54, XVIII, desta Constituição. (7)

Parágrafo Único - Após o preenchimento de cinco vagas na forma prevista neste artigo, será observada a proporcionalidade fixada pela Constituição. (7)

Art. 54 - Os servidores públicos estáveis da Secretaria de Estado da Fazenda poderão, no prazo de trinta dias da promulgação desta Constituição, optar pelo enquadramento no cargo da classe inicial da série AF-3, do Quadro Próprio da Coordenação da Receita do Estado.

§ 1º - O enquadramento de que trata este artigo será processado observando-se habilitação profissional exigida para o cargo e exclusivamente aos servidores da Secretaria do Estado da Fazenda que ingressaram mediante teste seletivo para preenchimento de vagas nos cargos de conferentes e prestarem serviços efetivos de fiscalização. (7)

§ 2º - Para atender ao disposto neste artigo, o Poder Executivo transformará os cargos em empregos públicos ocupados pelos servidores nele abrangidos em cargos do Quadro Próprio da Coordenação da Receita do Estado. (7)

Art. 55 - ... (7)

Art. 56 - O assessoramento jurídico nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e a representação judicial das autarquias e fundações públicas serão prestados pelos atuais ocupantes de cargos e empregos públicos de advogados, assessores e assistentes jurídicos estáveis que, nos respectivos Poderes, integrarão carreiras especiais.

§ 1º - O assessoramento jurídico, nos órgãos do Poder Executivo, será coordenado pela Procuradoria-Geral do Estado, objetivando atuação uniforme.

§ 2º - As carreiras de que trata este artigo serão criadas e organizadas em classes por lei de iniciativa dos chefes dos respectivos Poderes, no prazo de noventa dias da promulgação desta Constituição.

§ 3º - Aos integrantes dessas carreiras aplica-se, no que couber, o disposto no art. 125, § 2º e 3º, desta Constituição.

Art. 57 - Fica instituída a Fundação Universidade Estadual de Centro Oeste - UNICENTRO, com sede e foro na cidade de Guarapuava, reunidas e integradas, sob a forma jurídica de fundação de direito público, a Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava e a Fundação Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Irati.

§ 1º - O Poder Executivo, no prazo de até dois anos da promulgação desta Constituição, enviará à Assembleia Legislativa projeto de lei dispondo sobre a forma de incorporação das Faculdades e dos mecanismos para a implantação e funcionamento da Universidade a que se refere este artigo.

§ 2º - No mesmo prazo, o Poder Executivo remeterá à Assembleia Legislativa projeto de lei para incorporar a Fundação Faculdade Municipal de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí à Fundação Universidade Estadual de Maringá, dispondo sobre os mecanismos de integração e funcionamento.

Art. 58 - Os recursos de que trata o art. 142 desta Constituição serão geridos pelo Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, na forma da Lei Complementar.

Art. 59 - Suprimido pela Emenda n.º 06 à Constituição Estadual.

Art. 60 - No prazo de noventa dias da promulgação desta Constituição, o Tribunal de Justiça remeterá projeto de lei à Assembleia Legislativa, propondo a nova Lei de Organização e Divisão Judiciárias.

Sala das Sessões, em 25.10.99.

## MESA EXECUTIVA\*

Deputado Aníbal Khury  
PRESIDENTE

(7) Vide ADIN n.º 1.190-1 - Supremo Tribunal Federal.

(77) Vide ADIN n.º 186-8.

(777) Vide ADIN n.º 175-2/90.

\* À época da promulgação.

Deputado José Afonso  
1º VICE-PRESIDENTE

Deputado Orlando Pessuti  
2º VICE-PRESIDENTE

Deputado Tadeu Lúcio Machado  
1º SECRETÁRIO

Deputado Werner Wanderer  
2º SECRETÁRIO

Deputado Pirajá Ferreira  
3º SECRETÁRIO

Deputado Algaci Túlio  
4º SECRETÁRIO

### LIDERANÇAS

Governo	Deputado Artagão de Mattos Leão
PMDB	Deputado Lauro Alcântara
PDS	Deputado Luiz Alberto M. de Oliveira
PFL	Deputado Antônio Costenaro
PTB	Deputado José Alves
PDT	Deputado Valderi Vilela
PT	Deputado Pedro Tonelli
PL	Deputado Ezequias Losso
PDC	Deputado Edmar Luiz Costa
PSDB	Deputado Nereu Massignan
PTN	Deputado Erondy Silvério
PRN	Deputada Amélia Hruschka
PRP	Deputado Hermas Brandão

### DEPUTADOS CONSTITUINTES

ACIR MEZZADRI  
ALGACI TÚLIO  
AMÉLIA DE ALMEIDA HRUSCHKA  
ANÍBAL KHURY  
ANTÔNIO COSTENARO  
ANTÔNIO ANNIBELLI  
ANTÔNIO BÁRBARA  
ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO  
BASÍLIO ZANUSSO  
CAÍTO QUINTANA  
CÂNDIDO BASTOS  
DAVID CHERIEGATE  
DIRCEU MANFRINATO  
DJALMA DE ALMEIDA CEZAR  
EDMAR LUIZ COSTA  
EDUARDO BAGGIO  
ERONDY SILVERIO  
EZEQUIAS LOSSO  
FERRARI JÚNIOR  
GERNOTE KIRINUS  
HAROLDO FERREIRA  
HERMAS BRANDÃO

HOMERO OGUIDO  
IRONDI PUGLIESI  
JOÃO ARRUDA  
JOSÉ AFONSO JUNIOR  
JOSÉ ALVES  
JOSÉ ROGÉRIO  
JOSÉ FELINTO  
KIÉLSE CRISÓSTOMO  
LAURO ALCÂNTARA  
LEÔNIDAS CHAVES  
LINDOLFO JÚNIOR  
LUIZ ALBERTO M. OLIVEIRA  
LUIZ ANTÔNIO SETTI  
LUIZ CARLOS ALBORGHETTI  
NAMIR PIACENTINI  
NEIVO BERALDIN  
NELSON VASCONCELLOS  
NEREU MASSIGNAN  
NILTON BARBOSA  
ORLANDO PESSUTI  
PAULO FURIATTI  
PAULINO DELAZERI  
PEDRO TONELLI  
PIRAJÁ FERREIRA  
RAFAEL GRECA  
RAUL LOPES  
RENATO ADUR  
SABINO CAMPOS  
TADEU LÚCIO MACHADO  
VALDERI VILELA  
VERA AGIBERT  
WERNER WANDERER

### PARTICIPANTES

ALEXANDRE CERANTO  
ANTÔNIO BELINATI  
JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI  
MARIO PEREIRA  
NESTOR BAPTISTA  
RUBENS BUENO

### COMPOSIÇÃO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA À ÉPOCA DA EMENDA Nº

#### MESA EXECUTIVA

Presidente: Deputado Aníbal Khury  
"In Memoriam"

Deputado NELSON JUSTUS  
Presidente

Deputado CAÍTO QUINTANA  
1º Vice - Presidente

Deputado JOSÉ MARIA FERREIRA  
2º Vice-Presidente

Deputado NELSON GARCIA  
3º Vice-Presidente

Deputado HERMAS BRANDÃO  
1º Secretário

Deputado AUGUSTINHO ZUCCHI  
2º Secretário

Deputado RENATO GAÚCHO  
3º Secretário

Deputado ÂNGELO VANHONI  
4º Secretário

Deputado LUIZ CARLOS ZUK  
5º Secretário

## LIDERANÇAS

GOVERNO	VALDIR ROSSONI
PMDB	ORLANDO PESSUTTI
PFL	PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES
PDT	EDGAR BUENO
PSDB	ANTONIOCARLOS BARATER
PT	PÉRICLES MELLO
PPB	TONY GARCIA
PTB	ADEMAR TRAIANO
PL	PASTOR EDSON PRACZYK
PSC	MILTINHO PUPPIO
PSB	RICARDO MAIA
PSL	EDNO GUIMARÃES
PST	DIVANIR BRAZ PALMA

## DEPUTADOS ESTADUAIS

ADEMAR TRAIANO  
ADEMIR BIER  
\*ALBANOR GOMES  
ALGACI TULIO  
ÂNGELO VANHONI  
ANTONIO ANNIBELLI  
ANTONIO BELINATTI  
\*\*ANTONIO CARLOS BARATER  
AUGUSTINHO ZUCCHI  
BASÍLIO ZANUSSO  
BETO RICHIA  
CARLOS SIMÕES  
CESAR SELEME  
CEZAR SILVESTRI  
CHICO NOROESTE  
CLEITON KIELSE  
DIVANIR BRAZ PALMA  
DUÍLIO GENARI  
EDGAR BUENO  
EDNO GUIMARÃES  
PASTOR EDSON PRACZYK  
EDSON STRAPASSON  
ELIO RUSCH  
FERNANDO RIBAS CARLI  
HERMAS BRANDÃO  
HERMES FONSECA  
HIDEKAZU TAKAYAMA

IRINEU COLOMBO  
JOSÉ DURVAL AMARAL  
JOSÉ MARIA FERREIRA  
LUIZ ACORSI  
LUIZ CARLOS ALBORGHETTI  
LUIZ CARLOS CAITO QUINTANA  
\*\*\*LUIZ CARLOS MARTINS  
LUIZ CARLOS ZUK  
LUIZ FERNANDES LITRO  
MILTINHO PUPIO  
MOYSÉS LEÔNIDAS  
NEIVO BERALDIN  
NELSON GARCIA  
NELSON JUSTUS  
NEREU MOURA  
ORLANDO PESSUTTI  
PÉRICLES DE MELLO  
PLAUTO MIRÓ  
RENATO GAÚCHO  
RICARDO CHAB  
RICARDO MAIA  
SERAFINA CARRILHO  
TIAGO AMORIM  
TONY GARCIA  
VALDIR ROSSONI  
WALDYR PUGLIESI

Deputada Luciana Rafagnin assumiu temporariamente no lugar do Deputado Irineu Colombo.

\* Assumiu no lugar do Deputado Marcos Isfer, licenciado para assumir uma Secretaria da Prefeitura Municipal de Curitiba.

\*\* Assumiu no lugar do Deputado Sérgio Spada, licenciado para ocupar a Secretaria Especial para Proteção e Defesa do Consumidor.

\*\*\* Assumiu interinamente após a morte do Deputado Aníbal Khury.

## EMENDAS CONSTITUCIONAIS

Diário Oficial, 05 de agosto de 1993

### Atos do Poder Legislativo

#### EMENDA Nº 01

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná Promulga nos Termos do § 3º do Art. 64 da Constituição Estadual a seguinte

#### EMENDA CONSTITUCIONAL

Art. Único - O inciso IX do Art. 179 da Constituição Estadual passa a ter a seguinte redação:

Art. 179 - ...



IX - Atendimento ao educando no ensino pré-escolar fundamental e de educação especial, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Palácio "XIX de Dezembro", em 05.08.93.

(a) ORLANDO PESSUTI - Presidente

Diário Oficial, 17 de dezembro de 1993

### **Atos do Poder Legislativo**

#### **EMENDA Nº 02<sup>7)</sup>**

A Mesa da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná Promulga nos Termos do § 3º do Art. 64 da Constituição Estadual a seguinte

#### **EMENDA CONSTITUCIONAL**

Artigo Único - Ficam alteradas as redações do inciso IX do Art. 179 e acrescentem-se os §§ 6º e 7º e alíneas "A" e "B" do inciso IX, do Art. 27 e acrescido um § 11, alterando-se, também, o § 7º do Art. 133, da Constituição do Estado do Paraná, conforme segue-se

Art. 179 - ...

IX - Atendimento ao educando, no ensino pré-escolar, fundamental, médio e de educação especial, através de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

§ 6º - Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no Art. 179, inciso IX, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários, sem ônus para as verbas de educação previstos no Art. 185.

§ 7º - Os programas suplementares de material didático escolar e de transporte escolar poderão ingressar no cálculo previsto no Art. 185, até o limite de dez por cento, devendo a despesa excedente ser financiada com outros recursos orçamentários.

Art. 27 - ...

IX - ...

a) realização de teste seletivo, ressalvados os casos de calamidade pública;

b) contrato com prazo máximo de dois anos.

§ 11 - Nos concursos públicos para preenchimento de cargos dos Três Poderes, inclusive da Magistratura e do Ministério Pú-

blico, não haverá prova oral de caráter eliminatório ou classificatório ressalvada a prova didática para cargos do Magistério.

Art. 133 - ...

§ 7º - Os orçamentos previstos no § 6º, I, II e III deste artigo, em que constarão, detalhada e individualizadamente, as obras previstas e seus respectivos custos, deverão ser elaboradas em consonância com as políticas de desenvolvimento urbano, rural e regional integrantes do plano plurianual.

Palácio "XIX de Dezembro", em 15.12.93.

(a) ORLANDO PESSUTI - Presidente

Diário Oficial, 23 de outubro de 1995

### **Atos do Poder Legislativo**

#### **EMENDA Nº 03**

A Mesa da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná Promulga nos Termos do § 3º do Art. 64 da Constituição Estadual a seguinte

#### **EMENDA CONSTITUCIONAL**

Artigo Único - Fica suprimida do § 7º do Art. 179, da Constituição do Estado do Paraná, a seguinte expressão:

"até o limite de dez por cento devendo a despesa excedente ser financiada, com outros recursos orçamentários".

Palácio "XIX de Dezembro", em 15.12.95.

(a) ANÍBAL KHURY - Presidente

Diário Oficial, 05 de julho de 1996

### **Atos do Poder Legislativo**

#### **EMENDA Nº 04**

A Mesa da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná Promulga nos Termos do § 3º do Art. 64 da Constituição Estadual a seguinte

#### **EMENDA CONSTITUCIONAL**

Artigo Único - O § 3º, do Art. 61, da Constituição do Estado do Paraná, passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 3º - A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná reunir-se-á, em Sessão Preparatória, a partir de 1º de fevereiro, no primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros e eleição da Mesa, para mandato de 2 (dois) anos.

Palácio "XIX de Dezembro", em 02.07.96.

(a) ANÍBAL KHURY - Presidente

(\*) Vide ADIN nº 1080-8/600.

Diário Oficial, 10 de junho de 1998

## Atos do Poder Legislativo

### EMENDA Nº 05

A Mesa da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná Promulga nos Termos do § 3º Da Constituição Estadual a seguinte:

### EMENDA CONSTITUCIONAL

Artigo Único - A alínea p, acrescida das alíneas q, r, s, t, u, v e x, do inciso III, do art.103, da Constituição Estadual, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 103 - ...

III - ...

p) os crimes contra a pessoa, excetuados os crimes dolosos contra a vida;

q) os crimes contra a propriedade imaterial;

r) os crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos;

s) os crimes contra os costumes;

t) os crimes contra a incolumidade pública;

u) os crimes contra a paz pública;

v) os crimes de corrupção de menores;

x) as demais infrações a que não seja cominada pena de reclusão, isolada, cumulativa ou alternativamente, exceto as falimentares."

(a) ANÍBAL KHURY - Presidente  
Diário Oficial, 11 de maio 1999

## Atos do Poder Legislativo

### EMENDA Nº 06

A Mesa da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná Promulga nos Termos do § 3º do Art. 64 da Constituição Estadual a seguinte

### EMENDA CONSTITUCIONAL

Artigo Único - Ficam suprimidos o art. 59 e seu parágrafo único, do Ato das Disposições constitucionais Transitórias, da Constituição do Estado do Paraná.

Palácio "XIX de Dezembro", em 09.06.98.

(aa) ANÍBAL KHURY - Presidente  
LUIZ CARLOS MARTINS - 1º Secretário  
NELSON GARCIA - 2º Secretário

Observar artigo 33, inciso II do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, uma vez que a Emenda Constitucional reflete diretamente no artigo em questão, com a modificação de competência.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 01  
AO PROJETO DE EMENDA  
CONSTITUCIONAL Nº 029/99

1º - Acrescenta-se, ao artigo 180º da Constituição do Estado do Paraná, os seguintes §§:

"Art. 180 - ...

§ 1º - ...

§ 2º - É facultado às Universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da Lei.

§ 3º - O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica".

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.11.99.

(a) PÉRICLES MELLO

Apoiamento:

Luiz Carlos Martins, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Luciana Rafagnin, Ângelo Vanhoni, Waldyr Pugliesi, Moisés Leônidas, Pastor Edson Praczyk, Nereu Moura, Ademir Bier, Hermas Brandão, Luiz Carlos Alborghetti, Renato Gaucho.

PARECER A EMENDA Nº 01

Dispõe a presente emenda de Plenário, sobre a contratação de professores e técnicos estrangeiros pelas Universidades Estaduais, propondo alterações no § 3º do art. 180, da Constituição do Estado do Paraná.

A Emenda em epígrafe torna-se desnecessária em razão da matéria nela proposta já estar inserida nos parágrafos § 2º e 3º do art. 180 da Proposição nº 029/99.

Sala das Comissões, em 29.11.99.

(a) CAÍTO QUINTANA - Relator

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02

Artigo Único - O art. 53 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a ter a seguinte redação:

"Art. 53 - As cinco primeiras vagas de Conselheiro e Controlador do Tribunal de Contas do Estado, ocorridas a partir da promulgação desta Constituição serão preenchidas de conformidade com o disposto no art. 54, XVIII, desta Constituição".

Sala das Sessões, em 17.11.99.

(a) VALDIR ROSSONI

Apoiamento:

Cleiton Kielse, Plauto Miró Guimarães, Augustinho Zucchi, Nelson Garcia, Tiago de Amorin Novaes, Fernando Ribas Carli, Albanor Gomes, Antonio Carlos Belinati, Ademir Traiano, Algaci Túlio, Edno Guimarães Tony Garcia, Chico Noroeste, Élio Rusch, Antonio Baratter, Basílio Zanusso, 1 ilegível.

PARECER A EMENDA Nº 02

A Emenda nº 02 de autoria do nobre Deputado Valdir Rossoni e outros foi incorporada no Substitutivo Geral apresentado pelo Relator, no mesmo art. 53, dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias.

Sala das Comissões, em 29.11.99.

(a) CAÍTO QUINTANA - Relator

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE Nº 03

Artigo Único - Fica suprimido o artigo 61 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 18.11.99.

(a) VALDIR ROSSONI

Apoiamento:

Cleiton Kielse, Augustinho Zucchi, Tiago de Amorin Novaes, Nelson Garcia, Algaci Túlio, Ademir Traiano, Antonio Baratter, Basílio Zanusso, Fernando Ribas Carli, Albanor Gomes, Antonio Carlos Belinati, Edno Guimarães, Elio Rusch, Chico Noroeste, 1 ilegível.

PARECER A EMENDA Nº 03

A Emenda Supressiva nº 03, proposta pelo Deputado Valdir Rossoni e outros Senhores Parlamentares suprimindo o art. 61 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, encontra-se em condições de ser apreciada pelo Plenário em razão de não ferir preceitos constitucionais.

Sala das Comissões, em 29.11.99.

(a) CAÍTO QUINTANA

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO,  
DE Nº 04

Artigo Único - Os Parágrafos 1, 2º e 4º do artigo 42 da Constituição do Estado do Paraná, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 42 - (...)

§ 1º - O Estado manterá instituição destinada a concessão e manutenção de benefícios previdenciários e de atendimento à saúde dos servidores titulares de cargos efetivos, incluídos os membros do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Tribunal de Contas, os serventuários da justiça e os militares estaduais,

§ 2º - Toda prestação de serviços de assistência e a concessão de benefícios de previdência, destinada aos servidores do Estado e a seus dependentes só poderá ser concedida, majorada ou estendida mediante efetiva contribuição.

§ 4º - A inscrição ao órgão de previdência e assistência dos servidores de que trata o § 1º é obrigatória, sendo a contribuição social do Estado e de seus servidores devidas na forma e percentual, fixados em lei, sepa-

rando-se as contribuições para a previdência e para a assistência.

Sala das Sessões, em 18.11.99.

(a) VALDIR ROSSONI

#### JUSTIFICATIVA:

Visa adequar o texto da Carta paranaense ao princípio constitucional estabelecido pela emenda nº 20, que trata da Reforma da Previdência e as propostas de emendas Constitucionais encaminhadas ao Congresso Nacional, que buscam equilibrar o problema da contribuição previdenciária do servidor público como um todo, evitando nova revisão constitucional em pequeno espaço de tempo.

#### PARECER A EMENDA Nº 04

A emenda nº 04, de autoria do nobre Deputado Valdir Rossoni e outros, não apresenta nenhum óbice de ordem constitucional que possa obstar seu acolhimento, razão pela qual foi incorporada no art. 42, do Substitutivo Geral apresentado pelo Relator da Comissão de Revisão Constitucional.

Sala das Comissões, em 29.11.99.

(a) CAÍTO QUINTANA - Relator

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 05

Artigo Único - Inclua-se onde couber.

“Art. - O Servidor Público Estadual à disposição de órgão diferente daquele de sua lotação, por tempo igual ou superior a 02 (dois) anos, poderá neste permanecer, desde que haja interesse da administração pública e mediante requerimento, ainda que o órgão seja de outro Poder, sendo definitivamente enquadrado em cargo e nível salarial equivalente, ficando o cargo extinto no órgão de origem”.

Sala das Sessões, em 18.11.99.

(a) TONY GARCIA.

#### Apoiamento:

Cleiton Kielse, Nereu Moura, Antonio Baratter, Luiz Carlos Zuk, Geraldo Cartário, Waldyr Pugliesi, Carlos Simões, Ademar Traiano, Durval Amaral, Ademir Bier, Duílio Genari, Antonio Annibelli, Moysés Leônidas, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin, Beraldin, Nelson Garcia, Algaci Túlio.

#### PARECER A EMENDA Nº 05

A Emenda nº 05 de autoria do nobre Deputado Tony Garcia e outros deve merecer uma discussão mais aprofundada, em razão de promover alterações na lotação e disposição de funcionários públicos, implicando em remanejamento administrativo no Estado.

Dessa forma, transferimos sua discussão e votação para a Revisão Constitucional já instalada, deixando de apreciá-la na Proposição nº 029/99.

Sala das Comissões, em 29.11.99.

(a) CAÍTO QUINTANA

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 06

Artigo Único - O parágrafo 1º do artigo 98 da Constituição do Estado do Paraná passa a ter a seguinte redação:

“Art. 98 - (...)”

§ 1º - O Tribunal de Justiça elaborará a proposta orçamentária do Poder Judiciário, dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na lei de diretrizes orçamentárias.”

Sala das Sessões, em 18.11.99.

(a) VALDIR ROSSONI

#### Apoiamento:

Luiz Carlos Martins, Edgar Bueno, Augustinho Zucchi e 1 ilegível.

#### PARECER A EMENDA Nº 06

A Emenda nº 06, que altera a redação do § 1º do art. 98 da Constituição do Estado do Paraná, tem por objetivo adequar nossa Carta estadual ao mandamento contido no § 1º do art. 99 da Constituição Federal.

Assim, opinamos pelo seu conhecimento e acolhimento, por possuir caráter meramente adaptativo.

Sala das Comissões, em 29.11.99.

(a) Caíto Quintana - Relator

#### EMENDA DE PLENÁRIO, DE Nº 07

Art. Único - Os incisos XVIII e XX do art. 54; os §§ 1º, 2º, 4º e 5º do art. 77 e os incisos XV, XVII, XVIII e XIX do art. 87 da Constituição do Estado do Paraná passam a ter a seguinte redação:

“Art. 54 - (...)”

XVIII - escolher cinco dos sete conselheiros do Tribunal de Contas do Estado;

XIX - (...)”

XX - aprovar, previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha:

a) de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, indicados pelo Governador.”

“Art. 77 - (...)”

§ 1º - Os conselheiros, auditores e controladores do Tribunal de Contas do Estado serão nomeados dentre brasileiros que satisfaçam os seguintes requisitos:

I - mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade;

II - idoneidade moral e reputação ilibada;

III - notórios conhecimentos jurídicos, econômicos, financeiros, contábeis ou de administração pública;

IV - mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados nos incisos anteriores.

§ 2º - Os conselheiros do Tribunal de Contas do Estado serão escolhidos:

I - dois pelo Governador do Estado, com aprovação da Assembléia Legislativa, sendo um de livre escolha e um dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo mesmo Tribunal, segundo critérios de antiguidade e merecimento;

II - cinco pela Assembléia Legislativa.

§ 3º - (...)

§ 4º - Os auditores do Tribunal de Contas do Estado, em número de sete, quando em substituição aos conselheiros, terão as mesmas garantias e impedimentos dos titulares.

§ 5º - Os controladores do Tribunal de Contas do Estado, em número de sete, terão suas contribuições definidas em lei de iniciativa da Assembléia Legislativa do Paraná, com as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos auditores."

Art. 87 - (...)

XV - indicar dois dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado;

XVI - (...)

XVII - nomear os controladores do Tribunal de Contas do Estado, sendo cinco após aprovação da Assembléia Legislativa, obedecido o disposto no art. 77, § 1º;

XVIII - celebrar ou autorizar convênios ou acordos com entidades públicas ou particulares, na forma desta Constituição;

XIX - realizar as operações de crédito previamente autorizadas pela Assembléia;

XX - mediante autorização da Assembléia Legislativa, subscrever ou adquirir ações, realizar ou aumentar capital, desde que haja recursos hábeis, de sociedade de economia mista ou de empresas públicas, bem como dispor, a qualquer título, no todo ou em parte, de ações ou capital que tenha subscrito, adquirido, realizado ou aumentado.

Sala das Sessões, em 18.11.99.

(aa) ORLANDO PESSUTI, CESAR SELEME,  
BERALDIN e LUIZ CARLOS ZUK

#### PARECER A EMENDA Nº 07

A Emenda nº 07, de autoria do nobre Deputado Orlando Pessuti e outros não apresenta nenhum óbice de ordem constitucional que possa obstar seu acolhimento, razão pela qual foi incorporada no Substitutivo Geral apresentado pelo Relator da Comissão de Revisão Constitucional.

Sala das Comissões, em 29.11.99.

(a) CAÍTO QUINTANA - Relator

#### EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 08

Artigo Único - Fica suprimido o inciso VII do artigo 178 da proposta de Emenda Constitucional nº 29/99.

Sala das Sessões, em 18.11.99.

(a) VALDIR ROSSONI

#### PARECER À EMENDA Nº 08

A presente Emenda Supressiva de nº 08, a Proposta de Emenda nº 29/99, apresentada por diversos senhores deputados teve sua sustentação no fato de existir a ADIN 606-1

Com medida liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal, proibindo esta relatoria acatou a emenda em razão de na revisão Constitucional instalada nesta Casa de Leis, pode se discutir com maior profundidade a manutenção do dispositivo que havia sido introduzido pela Comissão.

Sala das Comissões, em 29.11.99.

(a) CAÍTO QUINTANA - Relator

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 09

Artigo Único - Os parágrafos 1º, 2º e 4º do artigo 42 da Constituição do Estado do Paraná passa a ter a seguinte redação:

"Art. 42 - (...)

§ 1º - O Estado manterá instituição destinada a concessão e manutenção de benefícios previdenciários e de atendimento à saúde dos servidores titulares de cargos efetivos, incluídos os membros do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Tribunal de Contas, os serventuários da justiça e os militares estaduais.

§ 2º - Toda prestação de serviços de assistência e a concessão de benefícios de previdência, destinada aos servidores do Estado e a seus dependentes só poderá ser concedida, majorada ou estendida mediante efetiva contribuição.

§ 4º - A inscrição ao órgão de previdência e assistência dos servidores de que trata o § 1º é obrigatória, sendo a contribuição social do Estado e de seus servidores devidas na forma e percentual fixados em lei, separando-se as contribuições para a previdência e para a assistência.

Sala das Sessões, em 18.11.99.

(a) VALDIR ROSSONI

Apoiamento:

Nelson Garcia, Luiz Fernandes da Silva Litro, Plauto Miró Guimarães, Edno Guimarães, Antonio Belinati, Ademar Traiano e Pastor Edson Praczyk.

JUSTIFICATIVA:

Visa adequar o texto da Carta paranaense ao princípio constitucional estabelecido pela Emenda nº 20, que trata da Reforma da Previdência e as propostas de Emendas Constitucionais encaminhadas ao Congresso Nacional, que buscam equilibrar o problema da contribuição previdenciária.

ria do servidor público como um todo, evitando nova revisão constitucional em pequeno espaço de tempo.

# PARECER GERAL À PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 029/99

O substitutivo que ora apresentamos tem a finalidade de introduzir no texto da Proposta de Emenda Constitucional nº 029/99, as modificações apresentadas por emendas de senhores Deputados de conformidade e em obediência ao art. 192, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná.

Emendas eventualmente não apreciadas nesta oportunidade, conforme parecer exarado nas mesmas, foram transferidas para discussão e votação na revisão Constitucional em curso.

Sala das Comissões, em 29.11.99.

(a) CAÍTO QUINTANA

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Caíto Quintana, Pela Ordem.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor Presidente, não há como, infelizmente, não proceder por prudência a uma verificação de quórum, para o qual peço a Vossa Excelência chamada nominal, em razão de uma emenda constitucional geral, na qual durante mais de seis meses se trabalhou em cima, vai para votação e ele necessita de 33 votos favoráveis, e se não tivermos número suficiente de Deputados em Plenário, seria de boa prudência não colocar em votação.

Peço chamada nominal, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente. com a palavra o Senhor 1º Secretário, Deputado Carlos Simões, para chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Carlos Simões)

(Procede a chamada nominal)

33 (trinta e três) Deputados responderam a chamada, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Há quórum. Esta Presidência esclarece ao Plenário que para votação da Proposição nº 029, proposta de emenda à Constituição do Estado, adotará os dispostos pelo § 5º do art. 64, da Constituição, e 196 do Regimento Interno.

Ou seja, a votação será pelo processo nominal, da seguinte forma: os nomes serão enunciados, em voz alta, pelo Senhor 1º Secretário. Os Senhores Deputados, levantando-se de suas cadeiras, responderão "sim" pela aprovação da matéria e "não" pela rejeição.

Serão necessários 3/5 dos membros da Assembleia, ou seja, serão necessários 33 votos "sim".

Solicito ao Senhor 1º Secretário, Deputado Hermas Brandão, que proceda à leitura dos Senhores Deputados,

a começar pelos membros da Comissão do Narcotráfico que têm uma reunião logo em seguida.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Hermas Brandão)

(Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados)

41 (quarenta e um) Deputados falaram "sim".

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Pela aprovação da Emenda, 41 (quarenta e um) Deputados votaram "sim". Está aprovada em 1º turno a Proposição nº 29 - Proposta de Emenda à Constituição do Estado.

## ITEM 02

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 465/99, de autoria do Deputado Antonio Annibelli, que autoriza o Poder Executivo a criar na estrutura da Secretaria de Segurança Pública, uma Delegacia da Mulher no Município de União da Vitória. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.S.P. **Aprovado, artigo por artigo.**

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA DO PROJETO DE LEI Nº 465/99

### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Antonio Annibelli, autoriza o Poder Executivo a criar na estrutura da Secretaria de Segurança Pública, uma Delegacia da Mulher no Município de União da Vitória.

O projeto de lei, traduzindo nobre iniciativa, recebeu pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Segurança Pública. Recebeu também em segunda discussão uma Emenda Supressiva, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, que ora apreciamos.

A emenda em questão suprime o artigo 2º com base na Constituição Estadual, artigo 66, inciso IV que diz serem de iniciativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Ainda, a emenda suprime a expressão "revogadas as disposições em contrário", aprimorando dessa forma a técnica legislativa.

Desta forma, não havendo incompatibilidade legal ou jurídica, somos de parecer favorável à presente Emenda.

Sala das Comissões, em 23.11.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

Apoiamento:

Carlos Simões, Beto Richa, Hermes Fonseca, Antonio Carlos Belinati, Nereu Moura, Waldyr Pugliesi, Pastor Edson Praczyk.



**ITEM 03**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 462/99, de autoria do Deputado Duílio Genari, que autoriza o Poder Executivo a criar, através do DETRAN, a Circunscrição Regional de Trânsito (CIRETRAN) no Município de Corbélia. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.S.. Apreciar neste turno emenda aprovada em 2ª Discussão. **Aprovado.**

**ITEM 04**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 584/99, de autoria do Deputado Péricles de Holleben Mello, que declara de Utilidade Pública a Associação América Pontagrossense Futebol Clube, com sede e foro no Município de Ponta Grossa. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Apreciar neste turno emenda aprovada em 2ª Discussão. **Aprovado.**

**ITEM 05**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 460/99, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que autoriza o Poder Executivo a proceder a doação ao Município de Altônia-PR, da data de terra de nº 07 (sete) da quadra nº 60 (sessenta) da cidade de Altônia. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Apreciar neste turno emenda aprovada em 2ª Discussão. **Aprovado.**

**ITEM 06**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 543/99, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, que proíbe a comercialização ou circulação de erva-mate para chimarrão e tererê com adição de açúcar, aditivos intencionais, ingredientes e coadjuvantes de tecnologia no território do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., C.S.P. Em REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 07**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 450/99, de autoria do Deputado Algaci Tulio, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher no Município de São José dos Pinhais. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Anexo ao Projeto de Lei Nº 457/99, de autoria do Deputado Geraldo Cartário. **Aprovado. (Publ. no DA nº 102, de 23.08.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 450/99

P A R E C E R :

**Relatório**

Da autoria do Deputado Moysés Leônidas, o presente projeto torna obrigatório a expedição de receitas médicas e odontológicas datilografadas ou digitadas pelo computador nos Postos de Saúde da rede pública Estadual e Municipal, inclusive consultórios médicos e odontológicos particulares em todo o Estado do Paraná.

**Fundamentação**

A saúde é dever do Estado. Outrossim, também é dever estatal garantir meios acessíveis e igualitários aos serviços a ações na área de saúde. Essas ações e serviços são de relevância pública, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado art. 197, da Constituição Federal.

**Conclusão**

Analisada a matéria, essa comissão nada encontra de ordem constitucional e legal que obste a regimental tramitação do projeto nesta Casa de Leis.

É o parecer favorável.

Sala das Comissões, em 26.10.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

**ITEM 08**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 490/99, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que autoriza o Poder Executivo a doar um lote de terreno para a Pastoral da Criança do Município e Pérola D'Oeste. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 123, de 22.09.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 490/99

P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei de autoria do Deputado Caíto Quintana, autoriza o Poder Executivo a doar lote de terreno a Pastoral da Criança do Município de Pérola d'Oeste.

Chamada a esta Comissão a manifestar-se, com relação à legalidade e constitucionalidade, da presente proposição, constatamos que não há nenhum óbice, que impeça sua normal tramitação nesta Casa de Leis, por se tratar de Projeto de cunho autorizatório, ficando a cargo do Poder Executivo, sua viabilização.

Pelo exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela aprovação da proposta em questão.

Sala das Comissões, em 23.11.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

WALDYR PUGLIESI - Relator

**ITEM 09**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 560/99, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública a Creche Coração de Maria - CRECOMAR, de Quarto Centenário, com sede e foro no Município de Quarto Centenário. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado. (Publ. no DA nº 161, de 10.11.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 560/99

P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Cleiton Kielse tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a CRECOMAR - Creche Coração de Maria, no Município de Quarto Centenário, Paraná, com sede e foro no Município de Quarto Centenário.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 23.11.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 580/99, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos excepcionais de Boa Ventura de São Roque e foro no Município de Pitanga. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 165, de 16.11.99).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 580/99

P A R E C E R :

O presente projeto de Lei, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Boa Ventura de São Roque, com sede no Município de Boa Ventura de São Roque e foro no Município de Pitanga.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 23.11.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 583/99, de autoria do Deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Funcionários da Creche Municipal Cassiopéia - APFCMC, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 165, de 16.11.99).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 583/99

P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Algaci Tulio, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Funcionários da Creche Municipal Cassiopéia - APFCMC, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 23.11.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, requerimento nº 2616, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2617, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2622 e 2623, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2626, de autoria do Sr. Deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2630, de autoria do Sr. Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2631, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento nº 2632, de autoria do Sr. Deputado Beto Richa, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2637, de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2639-A, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2633 e 2634, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constantes do expediente. **Em Discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 1º, à hora regimental, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 029/99.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 015/96.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 465/99.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 450, 490, 560, 580, 583, 598 e 606/99.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 498/99.

Levanta-se a sessão.

### Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS ZUK, EM SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 1999.

#### “Milícias Combaterão Invasões de Terra”

Jornal da Manhã

Os proprietários rurais do Paraná não assistirão passivamente à invasão de suas terras por trabalhadores ligados ao MST. Para responder às invasões e ameaças, os ruralistas pegarão em armas. O aviso foi dado ontem pelo Presidente da Sociedade Rural dos Campos Gerais, Ilson Morawski. A própria entidade, reunida na última segunda-feira, havia já chegado a uma posição tida como “dura” com relação às invasões. Embora nos Campos Gerais a situação seja de calma, o mesmo não acontece na região Noroeste do Estado. “Tem muita ameaça lá”, relata Morawski, informando ainda que associados da SRCG, que têm propriedades naquela região, estão praticamente sitiados por sem-terras em suas fazendas. “Nossos companheiros estão sofrendo as consequências da falta de ação do Governo”, reclamou ele. Entre os principais problemas - além da invasão pura e simples - está o roubo de gado, “uma constante”, de acordo com Morawski. Para reagir à onda de invasões e roubos, os ruralistas estão arregimentando forças: “estão montando milícias paramilitares para se defender desses assaltantes, desses ladrões de gado, dessa gente que invade as propriedades aí”.

O Presidente da Sociedade Rural lembra ainda ter visto em noticiários da televisão ministros de Estado “invocando a inconstitucionalidade de uma possível invasão na fazenda do Presidente Fernando Henrique Car-

doso. Pois nós também temos esse direito, e queremos nos defender”. A saída, diz o líder ruralista, “é pedir que o Exército nos ajude, agora”. Segundo Morawski, o Governo do Estado já foi notificado de que as milícias dos ruralistas estão sendo mobilizadas. “Vamos nos defender”, assegurou ele.

Para os ruralistas, a passividade do Governo do Estado é “chocante”. Não sei o que o Governo está esperando. Que primeiro morra alguém?” De acordo com Morawski, o Governo “tem que tomar uma atitude, tem que cumprir a lei, e urgente”.

Morawski lembra que nos Campos Gerais até a qualidade baixa da terra se torna vantajosa: “temos a vantagem dessas terrinhas fracas, que não interessam muito para o MST”. Mas ele aponta ainda outra vantagem, que é a de ter um comandante na PM que “nos dá apoio, e nos ajuda a proteger nossas propriedades”.

Embora nos Campos Gerais a situação esteja aparentemente calma, os proprietários rurais da área não podem relaxar. Segundo a Sociedade Rural, está começando a “época” do roubo de defensivos agrícolas. Em duas fazendas já foram registrados roubos e, em outra, os ladrões só não conseguiram seu intento porque foram recebidos à bala.

### Atos da Comissão Executiva:

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 420/99

conceder, a MARIA FRANCO DA LUZ, matrícula nº 40740, funcionária deste Poder Legislativo sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, lotada na Coordenadoria do Cerimonial, nos termos do parágrafo único do art. 247, da Lei nº 6.174/70, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997.

(Prot. nº 8200/99)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 421/99

retificar o Ato da Comissão Executiva da Assembléia Legislativa nº 164/99 datado de 16 de março de 1999, que passa a constar nos seguintes termos:

conceder aposentadoria, a pedido a WILSON RAMOS, matrícula nº 137, ocupante do cargo de Consultor Legislativo “A”, NU-2, do Quadro de Pessoal desta Assembléia Legislativa, nos termos do art. 35, inciso III, letra “a”, da Constituição Estadual, combinado com o art. 140, inciso I e III, da Lei nº 6.174/70, e art. 3º e parágrafo da

Emenda Constitucional nº 20, de 16 de dezembro de 1998, com proventos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo, acrescidos de gratificação Símbolo 1-F; cinco (05) triênios de acordo com o art. 4º e parágrafo 2º, da Resolução nº 02/64 e proposição nº 66/83 cinco (05) quinquênios de acordo com o art. 170 e parágrafo único da Lei nº 6.174/70, calculados em conformidade com a Resolução nº 7894/91, do Tribunal de Contas do Estado; cinco (05) adicionais de acordo com o art. 171 e parágrafo 1º da Lei nº 6.174/70 e art. 37, inciso XIV da Constituição Federal; e, cem por cento (100%) de gratificação pela prestação de serviços em regime de Tempo Integral e dedicação exclusiva, de acordo com o Art. 1º da Lei nº 6.794/76, com nova redação dada pelo art. 6º da Lei Complementar nº 21/84 e conforme o que dispõe o Decreto Legislativo nº 229/85, resultando em proventos de inatividade conforme cálculos de fls. 10, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas da Casa.

(Prot. nº 10.329/98)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 422/99

mandar incorporar, para todos os efeitos ao acervo de serviço público de Rubens Gorny Filho, matrícula nº 40268, funcionária deste Poder Legislativo sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Fisioterapeuta N-E04, lotado na Coordenadoria de serviço Médico, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções, durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta Art. 248, da Lei de nº 6.174/70.

(Prot. nº 8.039/99)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 423/99

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público dos funcionários desta Assembléia Legislativa, sob Regime Jurídico Único, SÉRGIO ROBERTO DE OLIVEIRA, matrícula nº 40260, exercendo o cargo de Compositor Sistema Polymax, lotado na Coordenadoria da Gráfica; CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA, matrícula nº 40817, exercendo o cargo de Compositor Sistema Polymax, lotado na Coordenadoria da Gráfica; SUELI SCHMIDT, matrícula nº 40263, exercendo o cargo de Compositor Sistema Polymax, lotada na

Coordenadoria da Gráfica; FÁTIMA PIAZENTIN ROLIM ROOS, matrícula nº 40495, exercendo o cargo de Compositor Sistema Polymax, lotada na Coordenadoria da Gráfica e SONIA MARY YOSHITANI LONGO, matrícula nº 40160, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, lotada na Coordenadoria de Patrimônio, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haverem se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o Art. 248, da Lei nº 6.174/70, assegurado pelo parágrafo 3º, do Art. 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prots. nºs 9.275, 9.276, 9.477, 9.478, 9.502/99)

PALÁCIO "XIX DE DEZEMBRO", em 10.11.99.

(aa) NELSON JUSTUS

Presidente

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário

#### Atos da Diretoria Geral:

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

#### PORTARIA Nº 56/99

conceder, licença para tratamento de saúde a servidora deste Poder Legislativo, MARIA ELIZABETE CAMATI, de noventa (90) dias, a partir de 10 de agosto de 1999. (CID. 979.4/2 e 480.9/7).

(Prot. nº 10.459/99)

#### PORTARIA Nº 57/99

conceder, licença para tratamento de saúde a servidora deste Poder Legislativo, RITA DE CASSIA MAYER VISOVATY, de cento e vinte (120), dias, a partir de 27 de junho de 1999. (CID. 650.9/9).

(Prot. nº 10458/99)

Gabinete da Diretoria Geral, em 17.11.99.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral